



29 de **abril**
REVISTA DE HISTÓRIA



V2. n3



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

V789 29 de abril: Revista de História / coordenador Roger Domenech Colacios. - Maringá, PR: UEM/PPH, 2022.

ISSN: 2764-9253

Vol. 2 n. 2 (dez. 2022).

Periodicidade semestral.

Disponível em: <https://periodicos.uem.br/>.

1. História - Periódicos. 2. Historiografia - Periódicos.
3. Regionalismo - Periódicos. 4. Cultura - Periódicos. I.
Colacios, Roger Domenech, coord. II. Universidade Estadual de
Maringá. III. Programa de Pós-graduação em História (PPH/UEM).
IV. Título.

CDD 23.ed. 900

Márcia Regina Paiva de Brito CRB 9/1247

Equipe editorial

Coordenador da Revista pela Pós-Graduação

Prof. Dr. Roger Domenech Colacios (PPH/UEM)

Editores Chefes

Bruno Sanches Mariante da Silva (Pós-Doutorando PPH/UEM)

Editor gerente

Guilherme Alves Bomba (Doutorando PPH/UEM)

Editores de Seção

Daniela Reis de Moraes (Doutoranda PPH/UEM)
Rodrigo dos Santos (Egresso Doutorado do PPH/UEM)

Editora de Textos

Regina Daefiol (Doutoranda – PPH/UEM)

Layout

Sofia Alves Cândido da Silva (Mestranda PPH/UEM)

Secretaria

Cristiano de Oliveira Viana Correia (Mestrando PPH/UEM)
Giovana Eloá Mantovani Mulza (Doutoranda PPH/UEM)

Capa v.2 n.2

Tayane Ferreira de Almeida (Mestranda PPGH/UFPE)

Conselho editorial

Aline Vanessa Locastre - UEMS

Ana Heloísa Molina - UEL

Diego Luiz da Silva - FIOCRUZ

Eder da Silva Novak - UFGD

Fabio Pontarolo - UFFS

Geovanni Cabral – UNIFESSPA

Janaína Zdebskyi - UFSC

José Francisco dos Santos - UFOB

Paulo Julião da Silva - UFPE

Marcio Carreri – UENP

Marcos Pirateli – UNESPAR

Paulo Roberto Souto Maior Junior - UFRN

Priscila Gontijo Leite - UFPB

Rafaela Arienti Barbieri - UFSC

Raimundo Nonato Pereira Moreira – UNEB

Thiago Groh de Mello Cesar - UFT

Thiago Henrique Pereira Ribeiro - UFRRJ

Wellington Amarante Oliveira – UFU

Wiliam Junior Bonete - UFPel

Sumário

Apresentação4

Artigos livres

Um olhar crítico a respeito do conceito de liberdade na revista Visão (1980-1981): Fernando Mendes Coelho7

Fragmentos da escrita da história de Hannah Arendt: análise do contador de histórias em *A Condição Humana* (1958), *O Conceito de História – antigo e moderno* (1958) e *A quebra entre o passado e o futuro* (1961): Jaciel Rossa Valente28

A História em quadrinhos: um instrumento possível e necessário: Amanda Cristina Amorim Silva Neves.....51

Rendimentos e dotes para afirmação social: a transmissão de ofícios auxiliares de justiça na comarca de Pernambuco (séculos XVII e XVIII): Pedro Botelho Rocha68

Seção Primeiros Passos

História e cultura africana e afro-brasileira, identidade e resistência: uma análise da obra “Aculturação negra no brasil” de Arthur Ramos (1942): Rafael Mello da Luz80

Apresentação

Bruno Sanches Mariante da Silva
Editor-chefe

Cada edição da *Revista 29 de abril* que é publicada é uma vitória coletiva. São mestrandas/os, doutorandas/os e egressas/os do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá que, em esforço conjunto, trazem à público mais um número de uma revista acadêmica de História. Todo esse trabalho é fruto de muita persistência, de insistência, de aguda determinação, pois acontece em meio a um cenário de fortes cortes orçamentários para as pesquisas no Brasil, incluindo suspensões e/ou contingenciamento do pagamento de bolsas de pesquisa em todas as esferas, afetando o funcionamento de laboratórios e grupos de pesquisa, bem como a vida cotidiana e a sobrevivência de milhares de pesquisadoras e pesquisadores no Brasil. Tornar público um número dessa revista é sempre uma conquista a ser celebrada. Desse modo, se faz também necessário agradecer a cada uma e cada um dos membros de nossa equipe editorial, bem como a todos os/as pareceristas ad-hoc que contribuíram enormemente para que mais um número da *Revista 29 de abril* pudesse ser publicado.

4

As eleições presidenciais de 2022 no Brasil, a persistência da guerra na Ucrânia, a ascensão de movimentos e regimes autoritários por diversas partes do globo, as ameaças cada vez mais contundentes das mudanças climáticas contribuem para que o cenário de produção e de reflexões no campo da História seja ainda mais desafiador, precisando ocupar-se também de tais demandas. Recordando Benjamin que, em suas teses *Sobre o conceito de História*, nos alertou que “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 2012, p.244.). Os inimigos são múltiplos, difíceis de nominar, mas o inimigo da História não é partido A ou partido B, candidato tal ou qual (por vezes, até o são), o maior inimigo da História tem sido o negacionismo sistemático do conhecimento histórico e de suas formas de produção, incorrendo em perpetuação de violências simbólicas, físicas, psicológicas. Os negacionismos, recentemente, têm tomado vastas proporções, incidindo sobre o conhecimento biológico e geomorfológico do planeta. O trabalho histórico, crítico como um bastião de resistência, precisa perseverar. Eis aqui nossa módica contribuição.

A edição que se segue é composta por cinco artigos, sendo quatro da seção Artigos Livres, e um da seção Primeiros Passos, espaço destinado a estudantes de graduação publicarem seus textos. Abrindo a edição temos o texto **“Um olhar crítico a respeito do conceito de liberdade na revista Visão (1980-1981)”**, onde Fernando Mendes Coelho investiga importante periódico do mundo dos negócios, observando especialmente sua guinada a uma perspectiva neoliberal e os desdobramentos sobre o conceito de liberdade. Coelho não perde de vista a importante participação do conjunto empresarial brasileiro nos caminhos econômicos e políticos do país, assim como a reflexão sobre a intelectualidade econômica liberal. Seguindo na esteira de uma história intelectual, temos a oportunidade de refletir sobre as contribuições da filósofa Hannah Arendt e sobre o conceito de História em sua obra por meio do texto de Jaciel Rossa Valente intitulado **“Fragmentos da escrita da história de Hannah Arendt: análise do contador de histórias em A condição humana (1958), O conceito de história – antigo e moderno (1958) e A quebra entre o passado e o futuro (1961)”**. Analisando a metáfora do contador de histórias, Valente busca encontrar traços da concepção de história e de escrita da história em textos de Arendt, oportunizando-nos um aprofundado debate sobre uma das mais destacadas pensadoras do século XX. O texto de Amanda Cristina Amorim Silva Neves, **“A história em quadrinhos: um instrumento possível e necessário”**, propõe um olhar sobre as Histórias em quadrinhos pensando sua relação com o Ensino de História, especialmente de História Antiga, compondo dessa forma um texto que contribui em diferentes ferramentas metodológicas e de abordagens de produções e leituras no campo da História.

O texto de Pedro Botelho Rocha, **“Rendimentos e dotes para afirmação social: a transmissão de ofícios auxiliares de justiça na comarca de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)”**, se ocupa de recortes temáticos e fontes até então poucos explorados pela historiografia, especialmente aquela que se deteve sobre a economia e a sociedade açucareira em Pernambuco nos séculos XVII e XVIII, analisando as relações matrimoniais, familiares e a administração régia, em uma abordagem em conjunto. E, por fim, o texto **“História e cultura africana e afro-brasileira, identidade e resistência: uma análise da obra “Aculturação negra no Brasil” de Arthur Ramos (1942)”**, de autoria de Rafael Mello da Luz. O potente texto de Rafael Mello da Luz apresenta uma leitura da obra do médico e antropólogo Arthur Ramos e suas contribuições para a reflexão crítica da “democracia racial brasileira” e da participação da cultura afro-brasileira na formação

antropológica do povo brasileiro. Esse texto integra a seção Primeiros Passos, a qual temos muito orgulho em trazer à público na *Revista 29 de Abril*, reforçando nosso compromisso com os discentes de História, em seus diversos estágios.

Nessa edição estão publicados textos de pesquisadores/as de diferentes universidades e partes do Brasil: Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual do Centro Oeste, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Estadual do Maranhão; apresentando autores/as graduandos/as, mestrandos/as, mestres/as, doutorandos/as e doutores/as. Os temas são diversos, assim como as temporalidades e suas abordagens. Trazemos, portanto, à tona uma característica da revista, isto é, a diversidade de temas, de estágios da carreira acadêmica e de regiões do país. Gostaria de finalizar essa apresentação e convidar a todas, todos e todes à leitura, ressaltando uma citação de Glória Andalzua (2000, p.235) que nos alerta que: “Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor.”.

Boa leitura e um excelente 2023 para nós, para o Brasil, para as universidades públicas, para a ciência.

Evoé!

Referências

ANZALDUA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo". Tradução: Édina de Marco. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Rouanet. 8ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

UM OLHAR CRÍTICO A RESPEITO DO CONCEITO DE LIBERDADE NA REVISTA VISÃO (1980-1981)

A CRITICAL LOOK AT THE CONCEPT OF FREEDOM IN *VISÃO* MAGAZINE (1980- 1981)

Fernando Mendes Coelho

Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo: A revista *Visão* após 1974 direcionou sua linha ideológica para a defesa do livre mercado e dos valores da econômica liberal. Esta mudança de rumos ocorreu em virtude do seu novo proprietário, Henry Maksoud, ser adepto das ideias do economista Friedrich A. von Hayek, um dos principais teóricos do neoliberalismo. Neste contexto o artigo investiga como o conceito de liberdade é tratado nos editoriais da revista nos anos de 1980 e 1981. A decisão de analisar o conceito de liberdade é derivado da potencialidade que a palavra-chave tem na narrativa que forma a ideia de livre iniciativa dos sujeitos no campo econômico, sendo um dos aspectos centrais do pensamento neoliberal dos anos seguintes. O ponto central é tecer uma crítica à forma como o conceito é discutido por Henry Maksoud, pois a hipótese é que esconde na defesa da ideia de liberdade econômica o discurso hegemônico do capital privado. Diante do objeto de estudos, o artigo utiliza o conceito de hegemonia extraído de Antonio Gramsci para entender o posicionamento hegemônico de Henry Maksoud e a forma como ele usa sua revista para disseminar os anseios do empresariado nacional. São utilizados outros autores para refletir sobre ideologia e as interrelações das elites com o governo: István Mészáros; Andrew Heywood, John Kenneth Galbraith, entre outros.

Palavras-chave: Hegemonia; Henry Maksoud; Revista *Visão*.

Abstract: The magazine *Visão* after 1974 directed its ideological line to the defense of the free market and the values of liberal economics. This change of direction occurred due to its new owner, Henry Maksoud, being a supporter of the ideas of economist Friedrich A. von Hayek, one of the main theorists of neoliberalism. In this context, the article investigates how the concept of freedom is treated in the magazine's editorials in the 1980s and 1981s. The decision to analyze the concept of freedom is derived from the potential that the keyword has in the narrative that forms the idea of free enterprise of subjects in the economic field, being one of the central points of neoliberal thinking in the following years. The central point is to criticize the way the concept is discussed by Henry Maksoud, since the hypothesis is that the hegemonic discourse of private capital hides in the defense of the idea of economic freedom. In view of the object of study, the article uses the concept of hegemony extracted from Antonio Gramsci to understand the hegemonic position of Henry Maksoud and the way he uses his magazine to disseminate the desires of the national business community. Other authors are used to reflect on ideology and the interrelationships of elites with the government, I cite: István Mészáros; Andrew Heywood, John Kenneth Galbraith, among others.

Keywords: Hegemony; Henry Maksoud; *Visão* Magazine.

Introdução

A Revista *Visão* teve grande destaque na imprensa nacional como uma revista de negócios brasileira. Iniciou as suas atividades no ano de 1952, passando posteriormente pelas mãos do publicitário Said Farhat, até ser comprada por Henry Maksoud no ano de 1974. De acordo com o anuário “Quem é quem na economia”, edição especial da revista *Visão* na forma de um compilado dos principais acontecimentos econômicos do ano de 1971, a revista, no referido ano, possuía 90 mil assinantes, fora as edições vendidas em bancas de jornal em todo o país, denotando a grande circulação das edições em nível nacional aos leitores interessados na área de economia e negócios. Dez anos após, no período de 1980 e 1981, do qual se ocupa este artigo, não foi encontrado registro da venda da publicação, porém, eram revistas semanais robustas com 200 páginas em média, com muito material publicitário e espaço concedido a nomes expressivos do pensamento neoliberal brasileiro da época, como Eugênio Gudín, Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, para mencionar os mais expressivos.

A publicação sempre teve o viés liberal, voltado para os interesses do capital privado nacional. Colocava o empresário como principal motor para o desenvolvimento do país. Este posicionamento da Revista *Visão* pode ser observado pelos editoriais, matérias, entrevistas, fóruns e até pela publicidade veiculada nos exemplares. No entanto, é possível dividir a linha editorial de *Visão* em antes e depois de 1974. Qual seria o reposicionamento da publicação que não escondia as suas aproximações com o empresariado brasileiro?

Henry Maksoud, ao comprar a revista, adotou como posicionamento ideológico estabelecer a aproximação com as ideias do economista austríaco Friedrich A. von Hayek. Hayek foi um defensor fervoroso do livre mercado e da retirada do Estado da economia. O liberalismo equilibrado de outrora foi substituído pelo ferrenho combate ao intervencionismo estatal. Ao adotar o pensamento de Hayek como baliza para a escrita dos seus editoriais e matérias jornalísticas, a Revista *Visão*, após 1974, firmou-se como um dos principais meios de difusão da ideologia neoliberal no Brasil. É preciso efetuar algumas ressalvas. Henry Maksoud não produzia uma nova narrativa, apenas repetia as principais conclusões de Hayek. Eram comuns nos seus textos temas como a privatização das empresas estatais, críticas aos sindicatos, desaprovação de gastos do

governo com questões sociais, contra a regulação econômica e cobrança de impostos aos empresários. Além de outros temas, discorre sobre um modelo de democracia limitada, chamada por Hayek de *demarquia*.

Cito esta quantidade expressiva de assuntos sobre os quais Henry Maksoud escrevia para o leitor deste artigo visualizar as possibilidades de imersão nos temas polêmicos abordados pela fonte que proponho analisar. Diante de tantas possibilidades, escolhi neste artigo falar sobre um conceito central nas argumentações dos editoriais de Henry Maksoud, sendo a proposta de “liberdade” defendida pelo proprietário da publicação. Utilizo como fonte um compilado de editoriais organizados por Henry Maksoud na forma de livro, intitulado *Ensaio sobre a liberdade* (1981). São editoriais publicados na Revista *Visão* entre os anos de 1980 e 1981. Através desta fonte reflito sobre como o conceito de “liberdade” defendido pela revista está ancorado na ideologia de um liberalismo extremado por meio das ideias de Friedrich A. von Hayek. Na escolha de abordar apenas os artigos de Henry Maksoud, deixo de me aprofundar em outros temas abordados na revista, como os fóruns, publicidade, matérias especiais, colunas de jornalistas e economistas. Destaco que no material em que me debruço ficarei restrito aos editoriais de Henry Maksoud selecionados pelo próprio escritor entre os anos 1980 e 1981. Uma observação metodológica deve ser ressaltada, pois, quando falamos sobre ideologia neoliberal, temos um objeto muito mais complexo, considerando que diversas correntes de autores contribuem com o pensamento neoliberal. Posso citar a Escola Austríaca onde Hayek está incluído, o monetarismo da Escola de Chicago que teve como principal expoente Milton Friedman e o ordoliberalismo alemão. Cito apenas três das principais correntes nas quais os discursos neoliberais do começo dos anos 1980 se amparavam, não discorrendo sobre o crescimento do movimento neoliberal de toda a década de 1980 e 1990. A conversão da ideologia neoliberal em ações políticas nos anos 1990 com o desmonte dos Estados de Bem-Estar Social dos países centrais do capitalismo e a espoliação dos países periféricos, como o Brasil, também não serão analisados.

Realizadas as considerações iniciais, na próxima seção discorro sobre a figura de Henry Maksoud e o seu posicionamento ideológico, para posteriormente avançar sobre o conceito de liberdade para a linha editorial da Revista *Visão* e a suposta defesa da “liberdade de iniciativa” como uma das maiores realizações do ser humano. Trabalhando essas questões cerco o objeto de estudos com a reflexão sobre a ideologia da revista misturada com a do seu proprietário, e elucidado

como está estruturado o conceito de liberdade para a revista. Por meio desta discussão é possível ao final do artigo estabelecer um parâmetro para a crítica ao pensamento de Henry Maksoud.

Henry Maksoud e a sua linha ideológica

O pensamento de Henry Maksoud e a Revista *Visão* se confundem após 1974. Para elaborar o enquadramento ideológico do empresário, apresento inicialmente a sua trajetória biográfica:

O empresário e estudioso de filosofia política Henry Maksoud nasceu em 1929, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul. Graduiu-se em Engenharia Civil e Engenharia Elétrica em 1951 pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, e obteve o grau de Master of Science em Mecânica dos Fluidos e Engenharia Hidráulica em 1953, pela Universidade de Iowa, nos Estados Unidos. Em 1958 fundou a Hidroservice — Engenharia de Projetos Ltda., que se tornou uma das maiores empresas de engenharia consultiva de todo o mundo. Desde 1974, Henry Maksoud é também proprietário e presidente do grupo jornalístico *Visão*, que, além de outros títulos, publica *VISÃO*, uma das mais importantes revistas semanais do Brasil. Mesmo sendo o cabeça de diversas empresas nos setores de engenharia, jornalismo, hotelaria, indústria e agropecuária, Maksoud dedica parte substancial do seu tempo ao estudo da filosofia, da política e da economia, difundindo os seus conhecimentos e experiência nesses campos através de ensaios, artigos, conferências e palestras (MAKSoud, 1981, contracapa).

10

A breve apresentação pode ser dividida em três partes. Na primeira a trajetória acadêmica de Maksoud, com a sua formação na área de Engenharia Civil e Elétrica, passando pelo seu mestrado na Universidade de Iowa. Sequencialmente, a segunda parte discorre sobre a sua atuação nos negócios, bem diversificada. Foi bem-sucedido com a Hidroservice, aplicando o seu conhecimento teórico na área dos negócios e fundando uma grande empresa que inclusive se colocava à disposição do governo para atuar em obras públicas. Em paralelo com a Hidroservice, atuava no setor de serviços com a hotelaria e o jornalismo, na indústria e na agropecuária. A sua atividade empresarial abarcava empresas nos três setores da economia. Finalmente, a terceira parte da biografia de Maksoud é a que mais se descola das duas anteriores. Se a formação acadêmica do empresário tinha relação com os seus negócios, a sua aventura no ramo da ciência política e economia destoava, a não ser pelo fato de que nas suas narrativas, Maksoud defendia os empresários acima do Estado e dos trabalhadores.

Efetuada essas considerações iniciais, é possível afirmar um posicionamento ideológico alinhado com o neoliberalismo, ainda em fase de consolidação, mas é preciso realizar algumas

restrições. No início dos anos 1980 teoricamente a doutrina neoliberal já estava bem amadurecida, e na ação política alguns exemplos de atuação em países periféricos como no Chile de Augusto Pinochet foram aplicados. Nos países centrais do capitalismo o neoliberalismo operava na Grã-Bretanha de Margareth Thatcher e iniciando no governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos. No Brasil o clima era de reabertura política e desestatização, e por trás da sua defesa ideológica em prol do livre mercado e da livre atividade empresarial, Maksoud parecia ter motivos mais pragmáticos ao propor um modelo de sociedade que beneficiava os seus negócios.

O meu objetivo na continuidade desta seção é analisar posicionamento ideológico de Henry Maksoud, apontando as suas contradições, demonstrando que provavelmente estava mais preocupado com decisões pragmáticas que favorecessem os seus negócios do que no alcance do bem-estar geral com a aplicação do livre mercado. No caso de Henry Maksoud é possível inferir o conceito teórico de hegemonia se interligando com a sua ideologia neoliberal. A defesa do neoliberalismo parece ser a roupagem perfeita que esconde na prática os interesses pragmáticos do capital privado em manter as suas hegemonias. Sobre hegemonia e a interrelação com o pensamento neoliberal é primordial buscar como referência a conceituação de hegemonia de Antonio Gramsci e a discussão sobre neoliberalismo em Andrew Heywood. Para Gramsci:

11

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica; não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2002, p. 48).

A hegemonia tem papel central para manutenção dos poderes econômicos instituídos. É fundamental considerar que a hegemonia transcende os limites econômicos, pois é inserida nas decisões políticas e culturais, assumindo uma perspectiva mais ampla; no entanto, uma das principais formas de manutenção das hegemonias está na acumulação de capital por parte do capital privado. Henry Maksoud é um exemplo de figura hegemônica que está buscando perpetuar o crescimento do seu conglomerado de empresas ao defender a ideologia neoliberal. A retirada do Estado da economia é apenas uma desculpa para ampliar os seus negócios em áreas que segundo ele o poder estatal não possui competência para atuar. Citando ainda a empresa Hidroservice, uma

das interpretações que é possível extrair é a de que, ao inibir a atuação do governo no desenvolvimento de soluções hídricas para o Nordeste, a solução seria transferir a atuação do Estado para a iniciativa privada para o desenvolvimento da região. Uma troca entre capital estatal e capital privado, privilegiando as elites econômicas capitalistas. O que quero evidenciar é que, por trás da ideologia econômica dos grupos hegemônicos, que projetam a sociedade mais próspera para todos a partir do livre mercado e da saída do governo da economia, se esconde o interesse pragmático de manutenção e crescimento dos dominantes.

Na interpretação de Andrew Heywood, o pensamento de Henry Maksoud se aproxima com a categorização de nova direita liberal:

A nova direita liberal foi um produto do fim do “longo boom” pós-1945, que afastou o pensamento econômico do keynesianismo e despertou mais uma vez o interesse pelas antigas ideias do livre mercado. Os aspectos liberais do pensamento da nova direita apoiam-se mais no liberalismo clássico, e em particular no neoliberalismo, do que no liberalismo moderno. Equivalem a uma reafirmação dos argumentos a favor de um Estado mínimo. Essa ideia foi resumida em: “privado, bom; público ruim”. A nova direita liberal é contra o estatismo. O Estado é considerado uma esfera de coerção e ausência de liberdade: o coletivismo restringe a iniciativa individual e destrói a dignidade. O governo, ainda que bem-intencionado, exerce um invariável efeito prejudicial sobre os assuntos humanos (HEYWOOD, 2010, p. 97).

12

A defesa ideológica de Henry Maksoud pode ser resumida através de um trecho da citação, sendo justamente o mantra do: “privado, bom; público ruim”. Além, é claro, do posicionamento em favor do Estado mínimo. A passagem do Estado para a iniciativa privada prevê o projeto de mudança estrutural da economia brasileira, onde a redução da estatização garantiria novos mercados para as hegemonias econômicas. Na discussão sobre ideologia desenvolvida por István Mészáros é possível entender melhor estas relações:

O que nos interessa diretamente é o papel específico da ideologia nesse processo de ajustamentos estruturais, pois a reprodução bem-sucedida das condições de dominação não pode ocorrer sem a mais ativa intervenção de poderosos fatores ideológicos, paralelamente à manutenção da ordem vigente. É claro que a ideologia tem interesse patente na preservação do *status quo*, na qual inclusive as mais clamorosas desigualdades já estão “estruturalmente” entrenchadas e protegidas (MÉSZÁROS, 1993, p.9)

Alguns pontos são centrais na citação de Mészáros. O primeiro quando ele fala no processo de ajustamentos estruturais, os quais direcionariam a favor do capital privado. O segundo ponto

reside na preservação do *status quo*, que nada mais é do que blindar os interesses hegemônicos das investidas das classes dominadas. Por isto, muitas vezes a expansão da democracia não interessa para as hegemonias, explicando a preferência pelo alinhamento com ideologias de direita, sobretudo com as que Andrew Heywood coloca como direitas liberais. Para manutenção das hegemonias em que Henry Maksoud faz parte e defende ferrenhamente, estão desigualdades sociais que fazem parte da estrutura, e sem essas desigualdades as hegemonias não conseguiriam se sustentar. Defender uma ideologia que naturaliza as desigualdades, colocando o destino dos dominados como resultado das suas escolhas e habilidades parece ser uma boa desculpa para manter as diferenças entre dominantes e dominados. A liberdade é a palavra mágica, ou seja, com liberdade de empreender ou criar, os dominados poderiam aspirar alcançar a hegemonia, e a hegemonia no que lhe concerne, justifica a sua posição, pois, “são merecedores e competentes” para estarem onde estão. A ideologia neoliberal casa com a narrativa da liberdade dos sujeitos de buscarem o seu sucesso econômico, enquanto permite aos hegemônicos consolidarem ideologicamente os seus privilégios, sendo inclusive admirados por sua capacidade empresarial pelos dominados.

O conceito de “liberdade” para a linha editorial da Revista Visão

Nesta seção discuto o conceito de liberdade defendido por Maksoud através do seu editorial da Revista *Visão*. A relação com as ideias de Friedrich A. von Hayek é direta, e para evidenciar esta questão apresento o conceito de liberdade defendido pelo economista austríaco antes de adentrar na fonte da Revista *Visão*.

O estado no qual o homem não está sujeito à coerção pela vontade arbitrária de outrem é frequentemente chamado de liberdade "individual" ou "pessoal" e, sempre que quisermos lembrar ao leitor que é exatamente neste sentido que estamos empregando a palavra "liberdade", usaremos a expressão "liberdade individual". O termo "liberdade civil" costuma ser usado no mesmo sentido, mas procuraremos não empregá-lo, por ser possível confundi-lo com o que se denomina "liberdade política" – uma confusão praticamente inevitável, gerada pelo fato de que "civil" e "política" derivam, respectivamente, de palavras latina e grega com o mesmo significado (HAYEK, 1983, p.4).

O primeiro elemento do conceito de liberdade para Hayek é a liberdade individual. Na continuidade da discussão Hayek aprofunda as suas ideias:

Essa definição provisória do significado da palavra "liberdade" já permite descrever um estado do qual o homem em sociedade espera aproximar-se, mas que dificilmente pode aspirar a realizar com perfeição. A tarefa de uma política de liberdade deve consistir, portanto, em minimizar a coerção ou seus efeitos negativos, ainda que não possa eliminá-la completamente (HAYEK, 1983, p.5).

No trecho Hayek fala da impossibilidade de alcançar um “estado puro” de liberdade, mas que deve ser perseguida pelos homens. Nesta passagem o economista fala em minimizar a coerção ou os seus efeitos negativos. Desta forma, o conceito discute o termo da liberdade individual e as forças de coerção que restringem a liberdade. A questão ainda não está bem definida, e Hayek continua a construir o seu conceito:

A liberdade ou a falta de liberdade dos indivíduos não depende da gama de escolhas, mas da possibilidade de determinar sua conduta de acordo com suas pretensões correntes, ou da existência de alguém cujo poder lhe permite manipular as condições de modo a impor àqueles a sua vontade. Assim, liberdade pressupõe que o indivíduo tenha assegurada uma esfera privada, que exista certo conjunto de circunstâncias no qual outros não possam interferir (HAYEK, 1983, p.6).

A dimensão privada é o imperativo do conceito de Hayek, é no íntimo do sujeito que as escolhas nascem e a liberdade de atingir as suas expectativas floresce. A liberdade é uma relação de poder em que pressões externas cercam ou direcionam as decisões das pessoas, minimizando o potencial das suas decisões. Neste ponto é construída a noção de que o maior limitador da liberdade é o governo, ou a intervenção do governo nas escolhas das pessoas. Resumindo a relação é a seguinte: a maior liberdade é a individual, porém existem forças externas que limam as decisões e escolhas das pessoas, assim é construída a retórica do poder estatal como limitador das decisões. Naturalmente, a complexidade da construção da liberdade em Hayek é maior, mas resumi as relações para ser mais objetiva a aproximação do pensamento do economista com o conceito de liberdade exposto nos editoriais da *Revista Visão*.

Pelo lado da revista *Visão*, em editorial publicado em 17 de março de 1980, Henry Maksoud deixa evidente o posicionamento político do veículo:

Em setembro de 1974, quando adquirei a empresa, falei da meta de retorno à frequência semanal da revista *VISÃO*, que agora se concretiza, ao mesmo tempo, em que afirmei seu novo posicionamento político, e conclamei todos os diretores, editores e redatores da revista no sentido de agudizar a forma de tratar e interpretar os fenômenos da realidade brasileira (MAKSoud, 1981, p.14).

Havia explicitamente um alinhamento de toda a equipe da revista *Visão* com a vertente ideológica do seu proprietário. Maksoud define no mesmo editorial qual linha de pensamento segue:

Resolvemos àquela época engajar a VISÃO numa filosofia próxima ao liberalismo clássico, e posteriormente propusemos um novo regime político, evolução desse, porque o clima era, como ainda continua sendo, amplamente antilibertário, antiindivíduo, a despeito de todas as falas bonitas sobre “liberdades democráticas”, “justiças sociais” e “distribuição social da riqueza” que sempre culminaram com mais e mais proposições de controles estatais e taxaço sobre o homem e seus afazeres e menos responsabilidade de cada um quanto ao seu destino; e com mais e mais propostas coletivistas irrealizáveis, denominadas demagogicamente “direitos humanos”, e menos e menos liberdade para a pessoa humana como ser individual (MAKSOU, 1981, p. 14).

Henry Maksoud assume uma postura antiestatal e antioletivista, com a desculpa de que está se alinhado a uma filosofia próxima ao liberalismo clássico. Como liberalismo clássico entendemos as escolas econômicas oriundas do pensamento de Adam Smith, David Ricardo, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus, Jeremy Bentham; e o próprio Karl Marx como o principal crítico dos liberais clássicos. E.K Hunt define as origens da escola com a seguinte preocupação teórica:

Das ideias dos capitalistas sobre a natureza da humanidade e suas necessidades de serem livres das grandes restrições econômicas é que nasceu a filosofia do individualismo, que serviu de base para o liberalismo clássico. Contra a visão bem ordenada e paternalista que a Europa tinha herdado da sociedade feudal, eles sustentavam “a ideia de que o ser humano deveria ser independente, dirigir-se a si mesmo, ser autônomo, livre – deveria ser um indivíduo, uma unidade distinta de massa social, e não ficar perdido nela” (HUNT, 2013, p.63).

As ideias do liberalismo clássico parecem se encaixar com as preocupações de Henry Maksoud, mas é preciso se atentar a alguns detalhes. A filosofia econômica baseada principalmente em Adam Smith é fruto do seu tempo histórico, isto é, século XVIII. Quando Smith escreveu *A Riqueza das Nações* em 1776, o Ocidente estava se estruturando no modelo de produção da Revolução Industrial Inglesa, fazendo a teoria de Smith surgir a partir da transformação do mercantilismo em capitalismo. Este processo marca a passagem do controle dos Estados Nacionais Modernos ainda com influências do final da Idade Média, para um sistema econômico onde o capital privado assume o poder de transformação da sociedade. É um momento histórico de profundas transformações econômicas, diferenciando do capitalismo do século XX, e principalmente do capitalismo brasileiro de 1981, quando Maksoud escreveu o editorial. Esta

contextualização serviu para questionar a filiação da revista *Visão* no dito liberalismo clássico defendido por Maksoud. Maksoud está falando de dimensões muito diferentes sem dar a devida explicação para a aparente anacronia de adotar o liberalismo clássico para analisar a realidade brasileira. Colaborando com minhas impressões a respeito da imprecisão de Maksoud ao usar o conceito de liberalismo clássico, Pierre Dardot e Christian Laval expõem as distinções do liberalismo clássico em relação ao pensamento neoliberal com base em Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises:

Obviamente, o ponto comum com o liberalismo clássico é ainda a exigência de que se justifique a limitação do Estado em nome do mercado, sublinhando o papel da liberdade econômica na eficácia da máquina econômica e no prosseguimento do processo de mercado. Daí certa confusão que leva a entender que Mises ou Hayek são apenas fantasmas do velho liberalismo manchesteriano (DARDOT & LAVAL, 2016, p.134).

A citação aponta que a aproximação entre o pensamento neoliberal e o liberalismo clássico é a limitação do Estado em nome do mercado, relação que não se sustenta com o aprofundamento no conhecimento desenvolvido pelos clássicos que pensavam questões mais amplas. Concorro que a direita liberal parte dos pressupostos básicos do liberalismo clássico, como a adoção do livre mercado e a retirada do governo das decisões econômicas, porém, não é apenas isso que torna a direita liberal de Henry Maksoud herdeira do liberalismo clássico.

Na sequência do trecho do editorial Henry Maksoud critica as políticas de bem-estar social e os discursos de igualdade sociais pautados nas discussões de reabertura política pró-democracia. Para Maksoud os discursos voltados para a justiça social e distribuição da riqueza escondem interesses estatizantes, que segundo ele, são antiindivíduo e antilibertário. Esses interesses são amparados em ideologias coletivistas que limitam a liberdade do indivíduo. A narrativa defendida por Henry Maksoud aproxima-se do conceito de liberdade tecido por Hayek, em que os valores da liberdade estão amparados na individualidade acima da coletividade, e na intervenção governamental como principal limitadora da liberdade.

Na continuidade do editorial, Maksoud aprofunda o compromisso da revista *Visão* de discutir a liberdade do indivíduo:

A bandeira de VISÃO tem sido, pois, a de valorizar a liberdade do indivíduo e de se mostrar sensível aos perigos inerentes a todas as formas absolutas de poder e de autoridade. Dentro dessa linha a ênfase é colocada na possibilidade integral de ação individual como condição

da vida em sociedade, de que derivam todos aqueles usos da liberdade que, seja no campo das ideias, seja no dos negócios, permitem a cada um de nós ter capacidade de iniciativa, de crítica, de escolha e de decisão. Numa época em que se fala tanto na autodeterminação dos povos, afirmamos que antes de tudo é imprescindível a autodeterminação do indivíduo (MAKSoud, 1981, p.15).

A liberdade individual referenciada por Maksoud é voltada para a esfera econômica. Tanto que o editorial coloca ênfase nas decisões do indivíduo voltadas para os negócios, ou seja, a capacidade de iniciativa está ligada ao potencial empreendedor das decisões no campo empresarial. O trecho parece encorajar as pessoas em geral para buscar seu sucesso econômico através da iniciativa e da capacidade pessoal no campo criativo, inventando possibilidades e explorando mercados em expansão. Maksoud não cita as dificuldades para a entrada, manutenção e crescimento do empreendedor, que tem como fator primordial do volume de capital investido. A narrativa da livre iniciativa e do empreendedorismo esbarra no elemento que sustenta as hegemonias econômicas, sendo a concentração de capital e o volume de recursos investidos no mercado. O que seria mais limitante para a entrada de novos concorrentes no mercado capitalista? A intervenção do Estado ou o capital concentrado nas grandes empresas? Maksoud aponta para um lado, mas esconde o outro. Deixando o “indivíduo livre” exposto à aridez do livre mercado para aqueles que não dispõe de capitais e investimentos financeiros. Em *O Neoliberalismo: história e implicações*, David Harvey realiza uma importante observação a respeito o papel da liberdade individual para o pensamento neoliberal:

As figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tornando-os como “valores centrais da civilização”. Assim agindo, fizeram uma sábia escolha, porque esses certamente são ideais bem convincentes e sedutores. Esses valores, sustentavam essas figuras, estavam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos (HARVEY, 2014, p.15).

O autor coloca o discurso da liberdade individual como convincente e sedutor. Incute nas pessoas a ideia de que elas são limitadas pelo poder estatal, e por isso não conseguem alcançar maior sucesso econômico. Este posicionamento acaba sendo aceito principalmente por parcelas da classe média, base da direita liberal. Entretanto, apoiar a retirada do Estado das suas funções sociais, previdenciárias e de regulação trabalhista acaba entregando as pessoas a todos os riscos do

mercado, ficando abandonadas se suas investidas forem infrutíferas. A filosofia de liberdade individual defendida pela revista *Visão* desampara o sujeito ao invés de o direcionar para a liberdade plena, retira todas as suas garantias de sobrevivência oferecidas pelo Estado.

Vale ressaltar que Maksoud é apenas um divulgador de ideias, e claro, um grande empresário, sua influência é maior devido ao seu poder econômico e não ao poder de suas ideias. O que Maksoud conduz na revista *Visão* é divulgar o pensamento liberal com base em Hayek, mas se o empresário não fosse proprietário da revista não teria suas ideias vinculadas em uma publicação de circulação nacional. Desta forma, o pensamento de Maksoud carece de originalidade, até porque existiam teóricos brasileiros do liberalismo com envergadura intelectual incomparável à Henry Maksoud, em que posso citar Eugênio Gudín, Octávio Gouvêia de Bulhões e Roberto Campos, entre outros. Sobre a capacidade de Maksoud ser um efetivo influenciador da economia com um projeto de sociedade aplicável e chamado neoliberal já no início dos anos 1980, é improvável. Por isso acredito que Gervasio César Junior, em importante texto chamado *Organização do projeto neoliberal nos anos 1970: revista Visão e sua ação orgânica partidária*, apesar de tocar em pontos importantes, superestima as capacidades de Henry Maksoud em ser o responsável por um projeto neoliberal para o Brasil através da revista *Visão*:

18

Esta grande inserção da editora *Visão* pode ser interpretada da seguinte forma: A editora *Visão*, empresa da qual faz parte a revista *Visão*, atuava no sentido de formular um projeto neoliberal que viesse a se tornar mais tarde um programa para a sociedade brasileira, mas seu principal foco de ação parece-nos ser a organização da classe burguesa em torno do projeto que viria a se consolidar no neoliberalismo. É por isso que temos uma tamanha inserção da editora *Visão* nos mais variados assuntos, dos mais variados setores (CEZAR JUNIOR, 2010, p.4).

Nestas inserções em diversos campos editoriais, apesar de Maksoud acreditar em sua ideologia, o interesse está mais em uma estrutura que proteja sua hegemonia ao invés de um modelo de sociedade que colocaria sua hegemonia em risco através da “liberdade” do livre mercado. O olhar está para dentro do grupo hegemônico, e não para fora. Apesar de ser uma citação de uma situação recuada no tempo do recorte deste artigo, utilizo-a como ferramenta para questionar o combate de Henry Maksoud ao intervencionismo estatal na economia através de uma passagem da autobiografia de Celso Furtado. Na obra *A Fantasia Desfeita*, Celso Furtado relata um encontro com Henry Maksoud no começo dos anos 1960:

Certa vez, sentou-se a meu lado um cidadão que me abordou diretamente: “Tomei este avião para ter a oportunidade de trocar algumas palavras com o senhor, que sei ser pessoa muito ocupada”. Continuou sem inibições, enquanto eu recolhia os papéis que havia escolhido para bem utilizar o tempo de voo: “Eu devo ser, no Brasil, a única pessoa — disse — especializada em recursos de água que aborda na globalidade o ciclo hídrico. Especializei-me nos Estados Unidos. No Nordeste, o problema da água deve ser tratado com essa visão global. Vou deixar com o senhor alguns textos meus, para que os leia quando tiver tempo. Perdoe-me a intrusão. Era o que tinha a dizer”. Calou-se. Guardei os textos que me deu e voltei às minhas leituras de rotina. Poucos dias depois, mandei chamar o cavalheiro e disse-lhe que necessitava dele para iniciar a programação da utilização sistemática dos recursos hídricos do Nordeste, e queria partir de um levantamento do que se sabia sobre a matéria. Contratei-o para a tarefa. No prazo estipulado, ele apresentou um relatório, em realidade um plano para pôr em prática uma política hidrológica. Pensei em contratá-lo para prosseguir com o trabalho na qualidade de diretor do serviço pertinente. Ele se escusou polidamente e me informou que pretendia criar uma empresa, a qual estaria à minha disposição para levar adiante tarefas específicas no campo de aproveitamento de recursos de água. De início, fiquei decepcionado, mas logo compreendi que era importante que surgissem empresas especializadas naquele setor, das quais pudéssemos lançar mão. No caso, tratava-se do engenheiro Henry Maksoud (FURTADO, 1997, p.136-137).

Interpreto a iniciativa de Henry Maksoud ao se aproximar de Celso Furtado como uma contradição enquanto propõe ao economista uma solução envolvendo uma relação público-privada entre o órgão estatal da SUDENE e a empresa que fundava. A ideia de Maksoud era uma solução onde o seu poder econômico invertia a lógica da livre concorrência, pois, ao acertar diretamente com o superintendente do órgão federal posicionou-se como um monopolista. O seu discurso também reflete um interesse hegemônico para capitalização da sua empresa prestando serviços ao governo. A coerência de Henry Maksoud ao defender a sua ideologia deveria ser a de questionar a capacidade de a SUDENE de desenvolver o Nordeste brasileiro, e não dispor dos seus serviços através de uma relação simbiótica com a organização. A respeito da ideia de simbiose entre os interesses privados de Henry Maksoud e o posicionamento de decisão governamental de Celso Furtado, destaco a concepção de Simbiose Burocrática do economista canadense John Kenneth Galbraith e a capacidade das grandes empresas de influenciar as decisões econômicas:

Quanto maior for a firma, tanto maior será na sua indústria. Tanto maior, portanto, será a sua influência na fixação dos preços e dos custos. E tanto maior, de modo geral, será a sua influência sobre os consumidores, a comunidade e o Estado — tanto maior, em resumo, será a sua capacidade de influenciar, isto é, de planificar o meio (GALBRAITH, 1975, p.41).

[...]

Haverá uma tendência semelhante para o apoio recíproco todas às vezes que se justapuserem intimamente uma estrutura técnica e uma burocracia pública. Tal é a relação entre a Comissão de Energia Atômica e as suas indústrias fornecedoras. Tal é a relação,

no que concerne às estradas, entre o Departamento de Transportes e a indústria automobilística. Mesmo quando há uma relação presumivelmente de oposição entre a burocracia pública e a burocracia privada, como entre a Comissão Federal de Comunicações e as redes de Rádio e Televisão, o apoio recíproco é possível. Essa tendência manifestada pelas organizações públicas e privadas no sentido de encontrar e perseguir um propósito comum é tão importante que justifica um nome. Podemos chamá-lo Simbiose Burocrática (GALBRAITH, 1975, p.150).

As conclusões de Galbraith se encaixam com a atitude de Maksoud ao tentar firmar um acordo entre a sua empresa e o Estado. Ou seja, o comportamento adotado por Maksoud visava planificar o meio em que a sua empresa estava buscando se inserir. É um processo utilizado pelas grandes empresas que dispõem de expressivo poder de mercado ao acertarem os seus interesses através da influência que possuem em relação ao Estado. Esta atitude é contrária ao liberalismo que previa na concorrência a soberania do consumidor, neste caso o consumidor seria o governo que contrataria os serviços das empresas que apresentassem soluções para os problemas do Estado. O que parece é que Henry Maksoud buscou uma posição de única empresa a prestar o serviço de soluções hídricas, tentando se firmar como um monopólio de atuação no Nordeste. A contradição entre o seu pensamento e a sua ação encontram-se na berlinda, pois, defendia um modelo ideológico que ele não praticava, por trás do discurso econômico estava o seu interesse pragmático vinculado à busca de perpetuação da sua hegemonia econômica.

As aproximações anteriores de Maksoud com Celso Furtado e a possibilidade de sua empresa Hidroservice prestar serviços para a SUDENE demonstram que, se for lucrativo, o empresário fecharia acordos com o governo, contrariando as bases de sua ideologia. O trabalho de Gervásio César Junior é muito elucidativo e bem aprofundado para compreendermos o pensamento da linha editorial de *Visão*, mas insisto, ele superestima a natureza panfletária do pensamento de Henry Maksoud.

Essa observação elencando o trabalho de Gervásio César Junior e a passagem da autobiografia de Celso Furtado servem para compreendermos que o ideário da revista *Visão* defende um conceito de liberdade voltado para dentro da hegemonia e não para a sociedade. Quando Maksoud fala em liberdade ele está pensando em liberdade de empreendimento para seus pares, e não para o sujeito. Considerando esta breve conclusão, encerro esta seção com a proposta de um aprofundamento maior na próxima a respeito do conceito ampliado de “liberdade de

iniciativa”, isto é, como a revista opera este conceito e como ele pode ser aplicado aos interesses hegemônicos do capital privado.

A defesa da “liberdade de iniciativa”

A última parte do artigo concentra-se na forma com que o conceito de “liberdade de iniciativa” foi introduzido na revista *Visão*. O objetivo é aprofundar a noção de liberdade defendida por Henry Maksoud, em que predomina a liberdade econômica acima da liberdade democrática. É colocada a liberdade econômica como a principal forma de liberdade, culminando com um discurso estruturado no pensamento de Friedrich A. von Hayek. Em *O caminho da servidão*, Hayek expõe a seguinte questão:

A liberdade econômica que constitui requisito prévio de qualquer outra liberdade não pode ser aquela que nos libera dos cuidados econômicos, segundo nos prometem os socialistas, e que só se pode obter eximindo o indivíduo ao mesmo tempo da necessidade e do poder de escolha; deve ser a liberdade de ação econômica que, junto com o direito de escolher, também acarreta inevitavelmente os riscos e a responsabilidade inerentes a esse direito (HAYEK, 1994, p.107).

O ponto central na citação de Hayek é a afirmação que a liberdade econômica constitui requisito prévio para qualquer outra liberdade. No contexto do trecho, Hayek está criticando a noção de liberdade para os socialistas, que segundo ele, eximia as pessoas das escolhas econômicas, ao contrário do conceito para Hayek, onde as escolhas dos indivíduos são diretamente relacionadas com suas motivações econômicas. A economia é o meio onde as pessoas obtêm recursos para conquistar bens ou serviços e assim garantir o acesso à liberdade de usufruir de um amplo conjunto de benesses que o capitalismo pode proporcionar.

Ao iniciar a seção com a passagem de Hayek, ligo mais uma vez a influência que o economista austríaco teve sobre os editoriais de Henry Maksoud, e conseqüentemente sobre a construção da ideia de “liberdade de iniciativa” para a revista *Visão*. Em editorial publicado em 26 de maio de 1980, Maksoud aborda o surgimento do conceito na “história da civilização mundial”:

A história do desenvolvimento da civilização mostra claramente que a liberdade individual só passou a ter existência consistente quando e onde ficou bem caracterizada a separação entre as fontes geradoras de riqueza e o poder. O surgimento e a afirmação de instituições políticas na história da humanidade mostram que o primeiro requisito para a existência de instituições livres é ter fontes econômicas bem distintas do governo; quanto mais fontes

de riqueza e quanto mais independentes estiverem do poder, tanto mais livres, mais fortes e mais estáveis serão as instituições (MAKSOUUD, 1981, p. 24).

Maksoud simplifica a complexidade das interpretações históricas, sobretudo nas de longo prazo, afirmando que o desenvolvimento da civilização mostra “claramente” que a liberdade individual só teve existência quando ocorreu a separação entre as fontes geradoras de riqueza e poder. Destaco a palavra “claramente”, pois é no mínimo controverso em história a afirmação de tal magnitude. Antes do desenvolvimento do capitalismo, os sistemas econômicos eram diferenciados, normalmente o poder político e militar concentrava as riquezas de uma determinada civilização. No entanto, o capitalismo mudou essa estrutura, as camadas burguesas acumularam riquezas após o final da Idade Média, mudando o eixo do poder econômico, até atingir seu ápice com a ascensão do modelo capitalista. Algumas leituras conhecidas aprofundam-se nesse processo de mudança do sistema feudal para o de acumulação capitalista, em que posso citar trabalhos clássicos no marxismo, como *História da Riqueza do Homem* (1976), de autoria de Leo Huberman e *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo* (1977), obra que foi organizada por Maurice Dobb. Não me aprofundarei nessas questões da passagem do poder do Estado para as camadas burguesas, pois não cabe neste artigo, apenas indico as leituras acima citadas.

22

Em outro editorial, desta vez datado de 9 de junho de 1980, Maksoud volta a afirmar que só existe uma liberdade, a individual:

Embora somente exista uma liberdade, a individual, são muitos os usos que se lhe pode dar. Um desses usos é o da chamada “liberdade de iniciativa”, que se refere à iniciativa pessoal livre, desimpedida e espontânea, sujeita apenas à Lei (MAKSOUUD, 1981, p.25).

O enfoque dado na “liberdade de iniciativa” continua:

Existe o sério engano de que a liberdade de iniciativa (que também pode ser referida como liberdade de ação) seja um uso da liberdade que diz respeito apenas ao empresário e não ao trabalhador; que só afeta as pessoas que atuam no setor privado, não importando aos que lidam no setor público; que favorece ao empregador mas que pouco toca ao empregado; que se refere aos homens de negócios e não tem importância para os intelectuais e políticos; que só ajuda as empresas e não tem relação com os indivíduos; que só convém aos leigos e aos materialistas e não importa aos religiosos e aos pensadores; e que traz proveito aos civis mas não interessa aos militares (MAKSOUUD, 1981, p.25).

Henry Maksoud percebe as contradições de como o conceito de “liberdade de iniciativa” afeta a confiabilidade das classes dominadas. Desconstrói a ideia de que o conceito serve apenas

para os grupos hegemônicos da sociedade argumentando que a “liberdade de iniciativa” também pode ser para pessoas que trabalham no setor público, para os empregados, para intelectuais, para políticos, religiosos, etc. A estratégia narrativa modifica a percepção de mundo dos dominados, ludibriando-os com a perspectiva que a “liberdade de iniciativa” é um elemento de mudança de suas condições sociais e econômicas. Na continuidade do editorial, Maksoud amplia a “liberdade de iniciativa” para além do domínio econômico:

Acontece, porém, que o conceito de liberdade de iniciativa é muito mais amplo do que o de ser apenas uma “liberdade econômica”. A liberdade de iniciativa pressupõe o direito à propriedade e compreende uma vasta gama de direitos que interessam indistintamente a todos os indivíduos, destacando-se a liberdade de empreendimento, a liberdade de filiação ou não-filiação a associações, ligas ou sindicatos, a liberdade de escolha da profissão e do trabalho e a liberdade de escolha e decisão quanto ao investimento, à poupança ou ao consumo dos recursos gerados pelas atividades profissionais e empresariais ou pelo trabalho assalariado (MAKSoud, 1981, p. 26).

Existe uma tentativa de descolar o conceito de “liberdade de iniciativa” da ideia de “liberdade econômica”, todavia, Maksoud não obtém sucesso no desenvolvimento de seu argumento. Diz que “liberdade de iniciativa” pressupõe o direito à propriedade, estendendo este direito para a liberdade de empreendimento, de filiação a partidos políticos ou associações, liberdade de escolha de profissão e decisão de investimentos, entre outros. A questão a ser colocada é que toda a “liberdade de iniciativa” que Maksoud sustenta que não é “liberdade econômica”, está presa aos limites da própria economia conforme a definição do conceito no editorial. Não é citado no trecho a liberdade política e da defesa de ideias plurais nos campos sociais, culturais e de direitos. O enfoque é a defesa da propriedade privada, dos lucros, dos negócios, dos investimentos e da empresa. Até quando Henry Maksoud escreve sobre a liberdade de escolha da profissão e do trabalho é conflitante, pois em uma sociedade desigual como a brasileira, tanto em 1980 quanto atualmente, as pessoas não dispõem de livre escolha para sua atividade profissional, muito poucos conseguem esse privilégio. Com a escassez de emprego e de renda das classes trabalhadoras, muitas pessoas aproveitam o emprego que aparece, sem se dar ao luxo de escolher.

Prosseguindo com o editorial, Henry Maksoud expõe os sindicatos como limitadores da “livre iniciativa”:

Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação para, pacificamente e dentro da lei, debater, zelar e buscar proteção de seus interesses econômicos e profissionais. Ninguém, entretanto pode ser obrigado a filiar-se a qualquer tipo de associação e todo

indivíduo tem o direito de liberar-se de qualquer domínio sindicalista ou qualquer movimento coletivista restritivo ou monopolista que possa sacrificar seriamente sua liberdade individual (MAKSOUND, 1981, p. 26-27).

Os sindicatos são um empecilho para as hegemonias, enquanto compõe forças de resistências no campo do trabalho. Contrariando a vontade de empresários como Henry Maksoud, de oferecer remunerações baixas aos seus trabalhadores, os sindicatos promovem coalizões que buscam equalizar as forças de negociação entre empregadores e empregados. Não só dos salários, também melhores condições de trabalho, como carga horária adequada e instalações salubres. Após o ataque aos sindicatos, em editorial do dia 14 de abril de 1980, Maksoud expõe o outro inimigo da livre iniciativa, o intervencionismo do governo:

É flagrante o paradoxo político quando a pregação da moda insiste na defesa dos direitos humanos, porém simultaneamente despreza a individualidade. Nesse ambiente, o dirigismo e o centralismo são postulados contra a ação espontânea do mercado. Prega-se com veemência a liberdade de expressão, de pensamento e de religião, mas se condena furiosamente a ideia de que os indivíduos possam agir, fazer coisas, com sua mente livre: liberdade intelectual, sim; liberdade de iniciativa, não! (MAKSOUND, 1981, p. 46).

Contrapõe direitos humanos e individualidade. Compreensível esta distinção, considerando que os direitos humanos buscam atender o conjunto enquanto a individualidade despreza o amparado coletivo. São valores opostos. A segunda contraposição é entre dirigismo ou centralismo contra ação espontânea do mercado. Mais uma vez Maksoud constrói uma narrativa vitimista onde o livre mercado ou os valores do capitalismo são sufocados por uma espécie de coletivismo que era soberano nos governos, o qual limava a boa vontade do capital privado. O terceiro elemento citado por Maksoud é a defesa da liberdade de expressão, de pensamento e de religião como permitidas, mas quando se fala em “liberdade de iniciativa” não é permitido. Interessante é que o capital de Henry Maksoud só prosperou neste período em que o “socialismo” estava disfarçado nas ações do governo limando os empresários. Cabe lembrar que a Hidroservice, fundada na década de 1950, atingiu o *status* de empresa multinacional e os negócios de Henry Maksoud se diversificaram, sem nenhuma trava institucional.

Concluo esta seção com a reflexão de que a “liberdade de iniciativa” é uma liberdade apropriada para as hegemonias continuarem operando seu domínio econômico. Pensar a “liberdade de iniciativa” para os dominados é incompatível com a noção de coletivo e de ampliação dos direitos sociais, pois o conceito é limitado ao aspecto econômico dos grupos empresariais

hegemônicos. As hegemonias capitalistas não precisam do Estado e seus serviços: eles podem conseguir privadamente, excluindo o apoio a qualquer forma de gastos do governo em questões como saúde, educação, moradia e direitos trabalhistas. A “liberdade de iniciativa” debatida por Henry Maksoud é a liberdade da ampliação do capital privado, sem as resistências sociais que podem vir tanto de um governo progressista ou social-democrata, quanto da organização das camadas populares.

Conclusão

O artigo investigou o posicionamento ideológico da revista *Visão* em seus editoriais escritos por Henry Maksoud no recorte temporal dos anos de 1980 e 1981. Os anos para análise foram estrategicamente escolhidos por três motivos. O primeiro considera que, seis anos após a compra da revista por Henry Maksoud, suas linhas ideológicas estavam consolidadas. O segundo motivo deve-se ao avanço das discussões a respeito da reabertura política, campanha empresarial antiestatal e idealização de um novo projeto nacional com o desgaste da ditadura civil-militar. O terceiro motivo avança sobre a influência de Hayek no pensamento de Henry Maksoud, considerando que o economista austríaco já havia feito duas visitas ao Brasil convidado pelo próprio Maksoud. Esses três elementos, além de servirem para reforçar a escolha do recorte temporal do artigo, colaboram para a discussão a respeito do conceito de “liberdade” e “liberdade de iniciativa” para a revista *Visão*.

A partir da análise das fontes foi possível observar a apologia ao pensamento de Friedrich A. von Hayek, em que Henry Maksoud reproduzia os argumentos do economista em seus editoriais. Toda a estrutura da narrativa de Henry Maksoud não estava amparada na linha do liberalismo clássico por ele proclamado, mas sim, nas premissas teóricas de Hayek. Com base nesta percepção trouxe no início da segunda e da terceira seções os trechos escritos por Hayek que se ligavam com a argumentação do editorial de Henry Maksoud. Com isso, o elo ideológico de Maksoud com o conceito defendido de “liberdade” reflete o pensamento de Hayek onde a liberdade econômica está acima das outras liberdades. Tanto o termo “liberdade” quanto “liberdade de iniciativa” discorriam no sentido da perpetuação das hegemonias econômicas representadas pelo capital privado, sobretudo na figura de grandes empresários. A questão não é uma defesa apaixonada de uma

ideologia econômica pró-livre mercado e contra a intervenção estatal na economia, mas sim o rompimento de qualquer amarra que impeça que as hegemonias mantenham ou ampliem seu poder econômico.

Realizadas essas considerações, finalizo com o argumento de que Henry Maksoud usava sua revista não como um espaço para divulgação do modelo econômico neoliberal pensado como um projeto de sociedade, mas como um modelo que sustentaria os privilégios do grupo econômico em que ele estava incluído. Maksoud não pensava a liberdade de iniciativa para os trabalhadores, como era defendido em seu editorial, ele percebia a retirada do Estado das questões sociais e da economia como um espaço de crescimento de seus negócios, sem o avanço estatal em áreas em que ele poderia lucrar. No fim, a “liberdade de iniciativa” que ele defendia para todos, era na verdade a “liberdade de iniciativa” para ele e seus pares aumentarem seus lucros e capitais, reforçando um discurso de “liberalismo de conveniência”, ou seja, o liberalismo só é válido quando reforça os interesses dos negócios de Henry Maksoud.

Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOBB, Maurice; HILTON, Rodney; SWEEZY, Paul; KATAHASHI, Kohashiro; LEFEBVRE, Georges; HILL, Christopher; PROCACCI, Giuliano; HOBBSAWN, Eric; MERRINGTON, John. *Transição do feudalismo para o capitalismo*. Trad. Isabel Didonnet. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GALBRAITH, John Kenneth. *A economia e o objetivo público*. Trad. Otávio Mendes Cajado. São Paulo: Martins, 1975.

CEZAR JUNIOR, Gervásio. *Revista Visão: ação partidária e disputas de projetos hegemônicos na década de 1970*. In: Anais do X Encontro Estadual de História - ANPUH-RS: O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre o regional e o nacional, 2010, Santa Maria - RS.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. V.2. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Trad. Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

_____. *Os fundamentos da liberdade*. Trad. Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Editora Visão, 1983.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo*. Trad. Janaína Marcoantonio e Mariane Janikian. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 2010.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Trad. Waltensir Dutra. 12ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HUNT, Emery Kay; LAUTZENHEISER, Mark. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Trad. André Arruda Villela. 3ªed. São Paulo: Elsevier, 2013.

MAKSOUUD, Henry. *Ensaio sobre a liberdade*. São Paulo: Editora Visão, 1981.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. Trad. Laboratório de tradução do CENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.

FRAGMENTOS DA ESCRITA DA HISTÓRIA DE HANNAH ARENDT: ANÁLISE DO CONTADOR DE HISTÓRIAS EM *A CONDIÇÃO HUMANA* (1958), *O CONCEITO DE HISTÓRIA – ANTIGO E MODERNO* (1958) E *A QUEBRA ENTRE O PASSADO E O FUTURO* (1961)

FRAGMENTS OF THE HISTORY WRITING BY HANNAH ARENDT: ANALYSIS THE STORYTELLER IN *THE HUMAN CONDITION* (1958), *THE CONCEPT OF HISTORY – ANCIENT AND MODERN* (1958) AND *THE GAP BETWEEN PAST AND THE FUTURE* (1961)

Jaciel Rossa Valente

Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) Bolsista CNPq.

Resumo: O presente ensaio aborda a metáfora do contador de histórias de Hannah Arendt. A suspeita que rege a pesquisa é que tal metáfora contém fragmentos da escrita da história de Arendt. Para desdobrar tal hipótese, analisamos três textos da pensadora: *A condição humana*, *A quebra entre o passado e o futuro* e *O conceito de História – Antigo e Moderno*. A problemática que tangencia nossa pesquisa é quais são as principais características do contador de histórias de Arendt? E quais suas contribuições para a compreensão da escrita da história da pensadora? Dessa forma, objetivamos mapear e analisar as características do contador de histórias e verificar suas contribuições para a compreensão da escrita da história da autora. Nossa análise esteve calcada na operacionalização dos seguintes conceitos koselleckianos: *Ausgrenzung*, *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Os principais resultados podem ser divididos nos seguintes eixos: concepção de sujeito e do contador de histórias, objetivo e localização do contador, finalidade da narrativa e contribuições para o entendimento da escrita da história.

Palavras-chave: Contador de histórias; Escrita da história; Hannah Arendt; Lacuna; Ruptura.

Abstract: The present essay approaches the storyteller metaphor of Hannah Arendt. The suspect that conducts the search is that their metaphor contains fragments of the history writing by Arendt. To this hypothesis, we analyse three texts of thinker, *The human condition*, *The gap between past and the future* e *The concept of History – Ancient and Modern*. The problem that covers the search is what are the mean characteristics about the storyteller of Arendt? And what are the contributions to comprehension of history writing of the thinker? Therefore, we objectively map and analyze the characteristics of the storyteller. Our analyse was established in operationalization of concepts *Koselleck: selection, experience space* and *horizon of expectation*. The mean results can be divided into the axis: conception of subject and storyteller, objective and location of the teller, purpose of the narrative, and contributions to the understanding of history writing.

Keywords: Storyteller; History writing; Hannah Arendt; Gap; Rupture.

Introdução

O ensaio em tela inicia ressaltando a você, caro leitor, que não encontrará uma discussão propriamente sobre a escrita da história de Hannah Arendt. Nossa temática se configura como exploratória de aspectos temáticos que circundam a noção de escrita da história de Arendt. Partimos da hipótese que as características do contador de histórias presentes em *A condição humana* (2019), nos ensaios *A quebra entre o passado e o futuro* (2016a) e *O conceito de História – Antigo e Moderno* (2016b)¹ comportam fragmentos significativos para futuras pesquisas que almejam a compreensão da escrita da história da autora.

Destarte, problematizamos quais são as principais características do contador de histórias de Hannah Arendt nas fontes selecionadas? E quais suas contribuições para a compreensão da escrita da história de Arendt? Dessa forma, objetivamos: a) mapear as características do contador de história e; b) analisar as características levantadas e suas contribuições para a compreensão da escrita da história da autora.

De modo panorâmico, nosso quadro está dividido em três focos. O primeiro, diz respeito aos biógrafos de Arendt que se empenharam em mapear a trajetória de vida e obra da pensadora; segundo se refere aos comentadores arendtianos, os quais, com exceção de Celso Lafer, são todos historiadores; terceiro, autores preocupados na discussão sobre a escrita da história.

Para levar a cabo esta empreitada, partimos do pressuposto que as fontes e a metáfora do contador de histórias são um núcleo de *tempo histórico*. De acordo com Koselleck (2006a, p. 16), “no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, [...], entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um ‘tempo histórico’”. Noutras palavras, o *tempo histórico* é o fragmento que une evento e estrutura, inovação e permanência, experiência e expectativa e experiências alheias e próprias. Isso possibilita tratar as fontes e a metáfora como detentoras de *estratos de tempo*.

Os *estratos de tempo* ou *estratos de experiências* são uma metáfora heurística cunhada por Koselleck que “permite separar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos que desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados” (KOSELLECK, 2014, p. 19). Noutras palavras, o *tempo histórico* contido em uma

¹ Ambos os ensaios citados estão contidos no livro *Entre o passado e o futuro* publicado em 1961.

fonte, metáfora ou conceito detém a unidade do presente que o concebeu. Significa que reúne as experiências do passado (alheias e próprias) e as expectativas do futuro que existiam naquele *agora*. Dessa forma, *estratos de tempo* significa o diálogo entre diferentes temporalidades e pessoas em um *tempo histórico*.

Indicado nosso pressuposto inicial, conduzimos a análise por meio da operacionalização de três conceitos – advindos da *Begriffsgeschichte* (história dos conceitos) –, sendo respectivamente: *Ausgrenzung* (seleção), *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. O primeiro indica separação/seleção “daquilo que diz respeito a um conceito daquilo que não diz respeito” (KOSSELLECK, 1992, p. 137) por meio da língua. Assim, mapeamos todos os aspectos que estão ligados diretamente a metáfora do contador de histórias. Após termos aplicado esse conceito, passamos para o uso das categorias *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Por *espaço de experiência* Koselleck (2006b, p. 309) entende o “passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento”. Refere-se ao passado que repercute no presente. Diz respeito às experiências alheias que passam e as vividas pelo sujeito que se encontram gravadas na semântica. Já por *horizonte de expectativa* Koselleck (2006b, p. 311) se entende “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”. Refere-se ao futuro-presente, no qual os prognósticos e as expectativas quanto ao futuro já se fazem presentes no agora e o afetam. Ambas as categorias possibilitam uma das fontes e metáfora de modo fluído. Ao invés de serem objetivas, se comportam como ondas que vêm e vão revelando pequenos fragmentos ocultos pelo mar.

O ensaio está dividido em: a) mapeamento do espaço de experiência das fontes; b) a revelação do contador de história e seu intuito; c) a constatação de ruptura de Arendt; d) o movimento do contador na lacuna e; e) nas considerações finais, expomos as contribuições da análise do contador de história para o entendimento da escrita da história de Arendt.

Espaço de experiência na déc. de 1950

A condição humana (2019) publicada em 1958 e *Entre o passado e o futuro* (2016a; 2016b) publicado em 1961², estão inseridos em um momento chave da vida de Hannah Arendt. Situam-se entre o sucesso de *Origens do Totalitarismo* de 1951 e as reflexões polêmicas de *Eichmann em Jerusalém* de 1963. Dessa forma, o período de gestação de ambas as fontes são as experiências da década de 1950.

O estrato de experiência que se destaca nesse período é a ascensão acadêmica de Arendt nos Estados Unidos, fruto do sucesso de *Origens*. Ainda em 1951, Arendt sinalizou a iniciativa de escrever um livro intitulado *Os elementos totalitários no marxismo*, o qual não progrediu. De acordo com Bruehl (1997, p. 256),

tudo o que Arendt escreveu entre 1952 e 1956 estava destinado originalmente ao livro sobre o marxismo. O próprio livro nunca foi escrito. Os ensaios sobre 'A grande tradição' foram incorporados a *Entre o passado e o futuro*, e a análise de Marx foi transformada no estudo sobre labor, trabalho e ação em *A condição humana*.

A iniciativa de Arendt em 1951 não chegou a ser finalizada, mas suas reflexões desse período se esfacelaram em pequenos excertos esparsos em notas, artigos e livros publicados em vida. Enquanto outros, permaneceram inéditos, sendo reunidos após seu falecimento sob o título *O que é política?* (ADLER, 2007, p. 340).

Gostaríamos de chamar a atenção para um ponto da fala de Bruehl que indica o caráter seriável que está no cerne de nossas fontes. Primeiro, o espaço de experiência de Arendt na década de 1950 a levou a pensar, em termos de projetos, um livro sobre o marxismo. Ao mesmo tempo, a levou a escrever no formato de ensaios, indicando compartimentos ao invés de uma linha linear de raciocínio. Isso não significa afirmar que Arendt se moveu de modo nômade entre seus textos, chegando a cada assunto do zero e saindo dele como algo sem ressonâncias. Muito pelo contrário, a técnica de compartilhamento se dirige apenas na execução e não sobre o conteúdo. Arendt abordou diferentes questões na década de 1950, tais como liberdade, política, autoridade e *vita activa*, sem abrir mão de noções basilares como pluralidade, ação e narrativa, mantendo fios condutores de seus pensamentos ao longo dos ensaios. Dessa forma, camadas de conteúdo se formaram sobre um espaço sólido de entendimento.

² Em 1956, Arendt buscou financiamento para a publicação de ambos os livros na *Rockefeller Foundation*.

Conforme Kristeva (2002, p. 88) argumenta, a narrativa de Arendt foi pautada em narratemas que são “sequências narrativas breves que condensam ou metaforizam o testemunho pessoal de uma experiência histórica”. Os narratemas têm por base a própria experiência de Arendt e suas inquietações, havendo uma seriedade de interesses e fontes de fomento, como a ascensão do totalitarismo e a tentativa de compreender o mundo.

A década de 1950 marcou para Arendt também uma explosão de convites para ministrar seminários, palestras e cursos em diferentes universidades. Iniciou no colégio *College* da Universidade de Columbia, depois passou para *New School for Social Research*, passando por universidades como *Rand*, *Berkeley* e *Yale*, *Chicago* (KRISTEVA, 2002, p. 108). Um ano após a publicação de *A condição humana*, em 1959, foi convidada pela Universidade de *Princeton* para ministrar um curso, sendo a primeira mulher a realizar esse feito na instituição (BRUEHL, 1997). Somado a esse destaque, ela foi a primeira mulher a ministrar os *Christian Gauss Seminars*.

Com a expansão acadêmica nos anos 1950, Arendt após a publicação de *Entre o passado e o futuro* em 1961 e do livro *Eichmann em Jerusalém* em 1963, tornou-se uma pensadora com projeções internacionais. Como afirma Lafer (2001, p. 11), em uma de suas lembranças de Arendt, em 1965 em um curso na *Universidade de Cornell*, Arendt “era uma personalidade conhecida, mas controvertida, presente na vida universitária e intelectual norte-americana, tendo já transposto os círculos acadêmicos”. Somado a isso, nos anos 1960 despontam no Brasil estudiosos entusiastas de sua obra como Marcílio Marques Moreira, José Guilherme Merquior, Hélio Jaguaribe, Tércio Sampaio Ferraz Jr., Miguel Reale e Antônio Candido.

Tanto nos anos de 1950 e 1960, Arendt manteve o modelo de elaboração próprio de seu pensamento. Sua obra, antes de se tornar livro, aparecia primeiramente em ensaios publicados em periódicos. O primeiro jornal no qual Arendt trabalhou em 1941 nos Estados Unidos foi o germanófono *Aufbau*, o qual era distribuído a refugiados de linha alemã no mundo inteiro (HABERLEIN, 2021, p. 129). Posteriormente, os ensaios de Arendt apareceram, principalmente, nos periódicos *Partisan*, *Jewish Social Studies*, *Review of Politics* e *Commentary*³. Chamamos a atenção, em especial, para o livro *Entre o passado e o futuro* que foi fruto da compilação de seis ensaios esparsos no verão de 1957 (ADLER, 2007, p. 278). Ao passo, em 1968 Arendt acrescentou

³ A grande maioria está reunida nas obras póstumas como: *Escritos judaicos*, *The Jew as Pariah*, *Lectures on Kant's political philosophy*, *Essays in Understanding 1930-1954* e *O que é política?*

Verdade e política e *A conquista do espaço e a estatura humana*. Sendo essa a versão e o primeiro livro traduzido para o português em 1972 por iniciativa de Celso Lafer com revisão de Octavio Paz. Lafer (2018b) também escreveu o prefácio do livro da edição brasileira.

No prefácio, Lafer (2018b, p. 121) indica que o livro é um interessante ponto de partida para os leitores arendtianos, pois nele está contido de modo disperso todos os temas da obra de Arendt. Isso demonstra um profundo estrato de experiência no qual Arendt reuniu, no instante fugas do seu agora, diferentes experiências de forma consciente e inconsciente. Ao passo, indica que o narrador arendtiano (sinônimo de contador de histórias e *storyteller*), mostra como “se movimentar neste complexo impasse que traduz todo o alcance da lacuna entre o passado e o futuro e que equivale à perda da sabedoria, é o objetivo da reflexão política de Hannah Arendt” (LAFER, 2018b, p. 129).

Já o livro *A condição humana*, de acordo com Lafer (2018a, p. 94), visa “restaurar, recuperar e resgatar o espaço público que permite, pela liberdade e pela comunicação, o agir conjunto, e com ele a geração do poder, é o grande tema unificador da reflexão” de Arendt. Ao passo, acrescentamos ao apontamento de Lafer que Arendt visava discorrer sobre a singularidade e pluralidade do sujeito. Em ambos os livros, Arendt abordou os diferentes assuntos com base em fios condutores, sendo o contador de história um desses. Ao passo, quando analisamos *A condição humana* (2019) e *Entre o passado e o futuro* de modo conjunto, focamos na questão da seriedade de informações e na posição direta das fontes com relação ao nosso tema de pesquisa.

O contador de histórias e seu intuito

Para Hannah Arendt, os seres humanos são seres finitos, por possuírem uma vida finita, sendo seres mortais. De acordo com Arendt (2019, p. 119), “a principal característica dessa vida especificamente humana, cujo aparecimento e desaparecimento constituem eventos mundanos, é que ela é plena de eventos que no fim podem ser narrados como uma história [*story*] e estabelecer uma biografia”. Viver é participar do mundo e engendrar acontecimentos que se configuram como histórias que posteriormente poderão ser contadas no formato de biografia.

Com a recém chegada de um novo ser humano, nasce novamente a possibilidade do novo e se renova a mortalidade da vida. De acordo com Arendt (2016b, p. 71), a mortalidade é “mover-

se ao longo de uma linha retilínea em um universo onde tudo, se é que se move, se move em uma ordem cíclica”. A ordem cíclica é o tempo da natureza, remetendo a uma denominação da concepção de história clássica grega. O tempo da natureza é visto como cíclico, pois, tudo que nele se encontra permanece imortal. Diferente do tempo da natureza, o tempo dos assuntos humanos é retilíneo, um tempo finito (nascimento e morte) colocado sob um tempo infinito (passado e futuro).

De acordo com a pensadora, “apenas porque o homem se insere no tempo, e apenas na medida em que defende seu território, o fluxo indiferente do tempo parte-se em passado, presente e futuro” (ARENDT, 2016a, p. 37). Com isso, podemos considerar que para Arendt, as instâncias temporais básicas para nossa historiografia atual, nascem com o sujeito e permanecem apenas na medida que agem. Folgueral (2020, p. 22) indica que, se para Arendt o tempo histórico advém com o homem, juntamente com ele advém a história. Destarte, Arendt ao afirmar que o homem introduz as instâncias temporais basilares, acaba por indicar o espaço da história sendo o próprio agir humano.

Ao passo, como afirma Benjamin (2020, p. 50-51) na tese XII “a história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não pelo tempo homogêneo e vazio [da natureza], mas por aquele que vem preenchido pelo tempo-agora”. A concepção de Benjamin da história como cheia do “tempo-agora”, ilumina a concepção de Arendt do tempo histórico, como sendo aquele repleto do instante do agora que afirmaria a ação em curso. A compatibilidade de linhas discursivas de Benjamin com Arendt se deve muito ao espaço de experiências de ambos. Arendt foi a responsável por levar as teses sobre o conceito de história de Walter Benjamin para os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e as entregá-las para Adorno as publicarem. Arendt decorou todas as teses e as incorporou em suas reflexões, nunca deixando de citar seu amigo Benjamin.

Retomando ao nosso foco, na medida que os sujeitos agem e falam entre iguais, cada um revela sua singularidade e identidade. A ação é a pedra de toque dessa distinção entre iguais. Por mais que almeje a distinção, ela não pode ser individualizada ou solitária. De acordo com Arendt (2019), a ação é sempre repartida em dois: entre aquele que inicia, propõe um agir e aqueles que apoiam, que levam a cabo a execução de tal ação⁴. Por conta do seu caráter plural, a ação é

⁴ Arendt, muito parecida com as análises de Reinhart Koselleck ao aplicar os *estratos de tempo*, resgata os *Indiktor* do verbo grego agir, sendo respectivamente *archein* (começar, liderar e governar) e *prattein* (atravessar, realizar e acabar). Arendt indica que ambos os verbos correspondem no latim aos verbos *agere* (pôr em movimento e liderar) e *gerere* (conduzir). Ao buscar as experiências contidas nos verbos, Arendt (2019, p. 234) afirma que “é como se toda ação

imprevisível. Arendt afirma que “a ação, do ponto de vista dos processos automáticos que aparentemente determinam a trajetória do mundo, parece um milagre”, em decorrência de seu caráter incerto e imprevisível.

Schittino (2010, p. 193) comenta que “a ação arendtiana nunca é simplesmente mera realização de uma intenção. Arendt acredita que a ação é sempre um acontecimento inesperado. Um evento que irrompe como um milagre”. Importante afirmar que o milagre para Arendt está descarregado de seu sentido religioso e tem o intuito de fazer uma crítica aos sistemas de pensamento processuais e deterministas, como a história positivista e a estruturalista. Ao passo, Folgueral (2020, p. 24) comenta que “a imagem dos milagres na obra arendtiana diz respeito justamente ao momento em que o novo eclode e dá início à outra temporalidade que não se inscreve no tempo de consumo da vida biológica”. Noutras palavras, a ação é sempre um novo agir e, como tal, introduz novamente as instâncias passado, presente e futuro, pois seu referencial passa ser o tempo-agora da ação.

A eclosão do novo via ação, resulta em acontecimentos que são em seu cerne frágeis perante o tempo. Arendt (2019, p. 67) comenta que o mundo/espço público não pode ser construído no passar de uma geração e planejado somente pelos/para os que estão vivos, o mundo necessita de duração. As ações e discursos formam o mundo e necessitam de durabilidade. Frente a isso, Arendt (2019, p. 216) comentou:

os homens que agem e falam necessitam da ajuda do *homo faber* em sua capacidade suprema, isto é, da ajuda do artista, dos poetas e historiadores, dos construtores de monumentos ou escritores, porque sem eles o único produto da atividade dos homens, a estória que encenam e contam, de modo algum sobreviveria.

A solução de Arendt está embasada na solução poética homérica (ARENDT, 2016b), a qual por meio da poesia e do contador de estórias, conseguiram dotar os acontecimentos, ações e falas, antes perecíveis, de durabilidade. Dentre o rol de possibilidades para dotar um acontecimento de durabilidade, os artistas, poetas, escritores e historiadores têm em comum o uso da narrativa, podendo ser considerados todos como contadores de estórias.

estivesse dividida em duas partes: começo, feito por uma só pessoa, e a realização, à qual muitos se associam para ‘conduzir’, ‘acabar’, levar a cabo o empreendimento”.

O contador de estória nasce como sujeito, ou seja, um mortal que engendra acontecimentos e possui uma biografia. De acordo com Arendt (2019), o contador de estória é ao mesmo tempo um *homo faber*, devido sua característica da narração, e um homem de ação, por participar na *teia dos assuntos humanos*. Devido a peculiaridade e a potencialidade do contador de estória, ele foi convocado para “salvar um acontecimento e afirmá-lo como documento/monumento” (BREPOHL, 2008, p. 11).

Os homens na medida que agem e falam deixam pelo caminho estórias, sendo essas o único produto da ação/falar (ARENDR, 2019). Corroborando com perspectiva, Arendt indica que “embora todos comecem a própria vida inserindo-se no mundo humano por meio da ação e do discurso, ninguém é autor ou produtor de sua própria estória de vida”. Dessa forma, o contador de estória se mostra como sujeito fundamental para a revelação do *quem*, da singularidade e identidade de cada sujeito, uma vez que o próprio ator não é seu biógrafo. A “ação [do ator] só se revela plenamente para o contador de estória [*storyteller*], ou seja, para o olhar retrospectivo do historiador que realmente sempre sabe melhor o que aconteceu do que os próprios participantes” (ARENDR, 2019, p. 238). O olhar retrospectivo não implica em uma superioridade do narrador sob o ator, mas se trata de focos diferentes. O ator está preocupado com a condução da ação e seus desdobramentos, enquanto que o narrador foca no que estava oculto para os atores.

Arendt (2016b, p. 112) reforça que o olhar retrospectivo não está voltado para as concepções de escrita da história de Hegel e Vico, no qual o historiador de modo contemplativo descartaria os “desígnios estreitos” dos homens em ação, focando assim nos “desígnios superiores”, ou seja, a mão/espírito que move os homens sob suas costas. Ao passo, Arendt (2016b, p. 124) abre uma crítica aos historiadores de seu tempo que viam como possível buscar e atingir de modo objetivo um fato, acontecimento ou ideia. Arendt comenta que “aquilo que o contador de estória narra deve necessariamente estar oculto para o próprio ator, pelo menos enquanto este último estiver empenhado no ato ou enredado em suas consequências, pois, para o ator, a significação do ato não está na estória que dele decorre” (ARENDR, 2019, p. 238). Isso levou Aguiar (2001, p. 219) a constatar que “o *storyteller* convida o ouvinte ou leitor a penetrar nas várias facetas de um acontecimento”. Ao passo “o *storyteller*, o mergulho na espessura da experiência, só é possível com a ativação da capacidade de associar e rememorar, isto é, do pensar” (AGUIAR, 2001, p. 224). É uma narrativa pensada que mergulha na experiência, ao invés da pura descrição dos fatos. Devido

focar na experiência, Rosanvallon (2010) indicou Arendt como um dos fundamentos para sua história filosófica do político, pelo caráter de atrelar pensamento a experiência, deixando a história multifacetada, uma vez que a experiência não é objetiva ou única.

O contador de estória de Arendt se assemelha nesse sentido ao historiador da tese XV de Benjamin (2020, p. 61), o qual “aprende a constelação [experiências], na qual sua própria época entra em contato com uma época anterior, totalmente determinada. Ele funda assim um conceito de presente como o ‘tempo-agora’”. O tempo do contador de estória é o tempo do encontro das experiências passadas no tempo presente do próprio.

Dessa forma, o contador de estória arendtiano não se distancia do contador de histórias de Benjamin (2018, p. 57) que “assimila ao que tem de mais intimamente seu aquilo que aprendeu por ouvir dizer”. Brepohl (2008, p. 11) faz notar que esse contador se aproxima do historiador que “como uma criança de sete anos na idade dos porquês” se dirige como inquirido ao que ouviu, viu e leu. Mantém assim a experiência por meio da linguagem e das fontes, mas não necessariamente se baseia em sua experiência vivida.

A questão da experiência vivida pelo contador é deveras importante. Arendt (2016a, p. 37) afirma que “nas palavras de Faulkner: ‘o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado’”. Ao passo, o narrador é também um ator em seu contexto (ARENDT, 2019). Destarte, podemos considerar que Arendt vê um hiato, uma lacuna, no qual o contador de estórias, por mais que não foque em suas experiências vividas, não abre mão de seu presente, pois o passado que investiga se faz presente, não estando o “passado morto” e dissociado do presente do contador. Essa posição se assemelha ao objetivo de Rosanvallon (2010, p. 44) que é “entender como uma época, um país ou um grupo social tenta construir respostas para aquilo que, com maior ou menor precisão, elas percebem como um problema”. Assim, fragmentos da escrita da história de Arendt repercutem em historiadores contemporâneos, como Rosanvallon, que por mais ligado que esteja a *Escola dos Annales*, mantém ligações com o pensamento arendtiano.

O contador de estória no contexto da ruptura

O contador de estória se ocupa com as estórias produzidas pela ação e discurso. Arendt (2016b, p. 72) aponta que os homens “interrompem o movimento circular da vida diária no mesmo sentido em que a *bíos* retilinear dos mortais interrompe o movimento circular da vida biológica. O tema da História são essas interrupções – o extraordinário”. A História enquanto disciplina, área de estudo ou coletivo-singular (nas definições koselleckianas) possui em seu meandro as estórias individuais que se formam como milagre, sendo consideradas por Arendt como extraordinárias. Como indica Brepohl (2008, p. 1), Arendt recusa “o desaparecimento do sujeito em virtude das pesadas estruturas que condicionariam ou mesmo subordinariam a consciência” e, acrescentamos, esconderiam as ações singulares dos sujeitos.

Dessa forma, o conteúdo da narrativa que o contador de estória produz são as estórias. Ao passo, as estórias quando reificadas em história, são dotadas de durabilidade. Aprofundando essa colocação, indicamos que a ponte de ligação entre estória vivida e a história narrada é a lembrança.

De acordo com Hannah Arendt (2019, p. 111) “a lembrança prepara o intangível e o fútil para sua materialização final”. Noutras palavras, prepara as estórias para serem narradas. O uso da lembrança é deveras importante, pois, de acordo com Arendt (2019, p. 117), “sem a lembrança e sem a reificação de que a lembrança necessita para sua realização, as atividades vivas da ação, do discurso e do pensamento perderiam sua realidade ao fim de cada processo e desapareceriam como se nunca houvessem existido”. A reificação apontada por Arendt é a narrativa que torna tangível as estórias. O procedimento realizado pelo contador de estórias, via lembrança como ponte entre o passado vivido e o passado presente, vai ao encontro da tese V de Benjamin (2020, p. 36), a qual afirma que “articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘como ele foi de fato’. Significa apoderar-se de uma recordação, tal como ela relampejou no instante de um perigo”. Benjamin realizava uma crítica ao historicismo e, em especial, a Rank de buscar conhecer o passado como realmente ocorreu. Todavia, sua tese ilumina a colocação de Arendt de que a lembrança age como ponte que retém o passado e quando reificada em narrativa, salva o acontecimento do instante de perigo/esquecimento.

A reificação da lembrança em narrativa pelo contador de estória gera, segundo Arendt (2016a) o acabamento. Devemos lembrar que a ação permanece ressonante para além do instante que a narrativa concretiza sua tangibilidade na escrita. A ação, de forma extraordinária, continua a

ecoar por anos, como indicado por Arendt (2019) sobre o conceito de *política*, nascido entre os gregos no século V a. C. que ainda repercute, com modificações, no tempo hodierno. Por isso, Arendt preferiu o termo acabamento ao invés de “conclusão”.

Segundo Arendt (2016a), o acabamento é a narrativa do acontecimento que acontece no momento que o passado vivido se faz presente no instante narrativo, dotando de durabilidade e sentido a estória vivida. De acordo com Folgueral (2020, p. 29) “ela [a narrativa] pode ser retomada como uma forma de se conciliar com o passado e atribuir significado aos acontecimentos”. A indicação de “conciliar o passado” é interessante para percebermos outra característica do acabamento.

Se temporalizarmos e ampliarmos a ótica sobre o passado-presente e o presente do passado, podemos indicar que existe um choque de presentes, o presente do narrador com o presente do passado. Porém, o presente do passado, ainda assim é passado, mesmo que ressoe no nosso presente. Assim, o acabamento narrativo age como reconciliador, pois incorpora o que passou em nosso tempo, mantendo o passado vivo em nós, conciliando o passado e o presente.

Todavia, Hannah Arendt chama atenção em sua obra para uma cisão que ocorreu entre o passado e o futuro e está situada no presente do sujeito que age. Segundo Arendt (2016a, p. 32) “aquilo que Char chamara ‘acabamento’ do ato e do acontecimento, se esquivara também de si”, ou seja, desaparecerá. Em outra passagem, Arendt (2016a, p. 31-32) comenta que:

O ponto em questão é que o ‘acabamento’ que de fato todo acontecimento vivido precisa ter nas mentes dos que deverão depois contar a história e transmitir seu significado deles se esquivou, e sem este acabamento pensado após o ato e sem a articulação realizada pela memória, simplesmente não sobrou nenhuma história que pudesse ser contada.

Arendt constata o desaparecimento do acabamento, ou seja, a perda da capacidade de transmitir significado de uma geração para outra. Isso, segundo a pensadora, indica uma ruptura entre o passado e o futuro. Muito próximo de Arendt, Benjamin (2018, p. 26) vê no indivíduo solitário do século XVII e XVIII o local de nascimento do romance e a derrocada do conto. Com isso, Benjamin indica a perda de experiências, pois no romance o narrador descreve e explica, ao invés de conservar o enigmático da experiência dos acontecimentos. De acordo com Benjamin (2018, p. 28) “cada manhã nos informa acerca das novidades do globo terrestre. E mesmo assim somos pobres em histórias dignas de nota. A razão é que nenhum fato mais nos atinge sem estar

cercado de explicações”. Noutras palavras, não há espaço para a reflexão e interpretação dos acontecimentos, pois eles vêm carregados de explicações e informações objetivas. Interessante como Arendt e Benjamin possuíam um horizonte de expectativa fértil, pois realizaram tais constatações em um período que as inteligências artificiais e de navegações na *web* estavam engatinhando.

A constatação de ruptura por Arendt não se restringe à prática do acabamento. Segundo a pensadora, ao refletir sobre a fissão do átomo em seu espaço de experiência, indica que “introduzimos a natureza no mundo humano como tal, obliterando as fronteiras defensivas entre os elementos naturais e o artefato humano nas quais todas as civilizações anteriores se encerravam” (ARENDR, 2016b, p. 92). Com isso, Arendt aponta para o rompimento de linhas básicas que mantinham a estabilidade do mundo, a separação entre natureza e os assuntos humanos. Com o rompimento dessa linha, a instabilidade e imprevisibilidade da ação foram introduzidas na natureza. A fissão do átomo, antes um evento natural, se tornou possível pelo fazer humano, logo, suas repercussões são imprevisíveis, gerando sérios receios quanto ao futuro do mundo.

Arendt aponta para outro evento que indica a ruptura, o surgimento do Existencialismo. Segundo Arendt (2016a, p. 35), o Existencialismo desponta:

Quando o homem moderno começou a despertar para o fato de ter chegado a viver em um mundo no qual sua mentalidade e sua tradição de pensamento não eram sequer capazes de formular questões adequadas e significativas, e, menos ainda, dar respostas às suas perplexidades. Neste momento crítico, a ação, com seu envolvimento e compromisso, seu engajamento, parecia abrigar a esperança, não de resolver quaisquer problemas, mas de fazer com que fosse possível conviver.

O Existencialismo desponta da constatação de incapacidade de formular questões e obter respostas significativas para os problemas que se apresentavam. Os exemplos que Arendt dá para indicar a ruptura se multiplicam, mas, por fim, indicamos como último, o fenômeno totalitário. De acordo com Lafer (2018a, p. 83), foi o fenômeno totalitário que gerou a consciência e a percepção da ruptura em Arendt. A inversão da lógica que fundamentou a civilização ocidental, o “não matarás” e o “não levantaiis falso testemunho” foram invertidas. Mas, o que de fato rompe entre o passado e o futuro?

O que se rompe é a transmissão de conhecimento e experiências de geração para geração. Entre uma geração e outra, assim como na temporalidade, entre o passado e o futuro, existe um

hiato entre ambas, o qual Arendt denomina de “lacuna”, sendo um dado natural. Segundo Arendt (2016a, p. 40), “esta lacuna foi transposta por aquilo que, desde os romanos, chamamos de tradição”. A lacuna é um fato intangível, não possuindo um espaço físico ou tempo definido.

Havíamos situado a lembrança como ponte entre a estória vivida e a narrativa formulada pelo contador de estórias. Destarte, a lembrança está situada nessa faixa, não espacial e intemporal, que é a lacuna de uma geração para outra. De acordo com Arendt, a tradição, seja pela lembrança, seja pela narrativa, transpôs esse abismo. Ao passo, dotou de durabilidade os feitos humanos. Arendt (2016a, p. 31) afirma que sem a tradição “parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e, portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo das criaturas que nele vivem”. A tradição é a condução das experiências no tempo de modo consciente.

Com os acontecimentos contemporâneos de Arendt, os quais não podiam ser explicados pela moral e ética advinda da tradição, o que se “desaparece em Arendt no mundo moderno é a tradição. [...] A tradição é uma forma de se relacionar com o passado cada vez menos presente durante o século XX” (FOLGUERAL, 2020, p. 29). Esse desaparecimento, implicou para Lafer (2018b, p. 122) na perda de sabedoria. Ao mesmo tempo, para Benjamin (2018, p. 20) essa ruptura gerou a sensação nas pessoas que haviam “sido privados de uma faculdade que nos parecia inalienável, e era a mais segura entre todas: a faculdade de trocar experiências”. O esfacelamento da tradição implicou então na perda de sabedoria e da troca de experiências.

Arendt (2016a, p. 40) constatou que:

Quando, afinal, rompeu-se o fio da tradição, a lacuna entre o passado e o futuro deixou de ser uma condição peculiar unicamente à atividade do pensamento e adstrita, enquanto experiência, aos poucos eleitos que fizeram do pensar sua ocupação primordial. Ela tornou-se realidade tangível e perplexidade para todos, isto é, um fato de importância política.

A lacuna antes intangível, se tornou tangível com o rompimento da tradição. A importância política ressaltada por Arendt (2016a, p. 32) pode ser compreendida quando ela cita Tocqueville que afirmou “Desde que o passado deixou de lançar sua luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia nas trevas”. Arendt prefere “vagueia” ao invés de “caminhar”, o que indica um estado de desorientação do sujeito em seu tempo. Ao passo, as travas representam a incerteza sobre os

rumos/perguntas/respostas que o sujeito deve tomar diante das perplexidades de seu tempo, o que pode gerar desastres ao mundo.

Frente a esse cenário, o contador de estórias arendtiano toma a dianteira, não como um encarregado de reatar o fio da tradição rompido, mas como responsável em iluminar o acontecimento passado que fará lançar flashes sob o sujeito desorientado. De acordo com Aguiar (2001, p. 216) “quando o pensamento e a realidade se apartam, segundo Arendt, contar ‘estórias’ é o meio mais apropriado de remeter-nos à realidade que os nossos conceitos abstratos não são mais adequados para penetrar e iluminar”. As estórias refletem flashes capazes de fornecer alguma forma de guia que as teorias e as práticas de outrora não podem mais. O contador de Arendt não almeja então iluminar o presente, mas se dirigir ao passado que quando iluminado pelo próprio acontecimento, lança luz sobre o presente. Posicionamento que ainda repercute na historiografia. Rosanvallon é um exemplo interessante dessa continuidade. De acordo com o historiador, “o que é interessante na história do passado é sua capacidade de lançar luz sobre o presente” (ROSANVALLON, 2010, p. 53). Rosanvallon com esse posicionamento se aproxima da *Primeira geração dos Annales*, contemporâneos de Arendt, mas nunca citados por ela.

O contador de estória e a lacuna

O contador de estória almeja fazer relampejar das suas narrativas, flashes de luz sobre o presente. Ao passo, o contador possui um olhar retrospectivo, visa salvar os acontecimentos de sua corrosão do tempo e, por meio da memória/narrativa, legar experiências para o futuro. Esses objetivos foram embaralhados com a constatação da ruptura da tradição. O passado deixou de ser um local seguro para responder às inquietações e formular as problemáticas adequadas para os problemas contemporâneos e futuros. Ao passo, as narrativas do contador de estória também deixam de fazer sentido e com isso o acabamento não é realizado. Perde-se tanto a estória como a história.

Porém, afirmamos há pouco que o contador de estória toma a dianteira frente a ruptura. A razão para isso decorre do fato de Arendt encontrar na lacuna escancarada um local propício para manter e ampliar certas características do contador. Destarte, devemos aprofundar nosso

entendimento da compreensão de Arendt de lacuna. Para isso, as passagens que Arendt cita e interpreta a parábola *He* de Frank Kafka, são significativas.

A “imagem-pensamento” empregada por Arendt para descrever essa lacuna foi a parábola *He* de Frank Kafka, no qual *ele* luta contra dois adversários que também lutam entre si, havendo assim três lutas simultâneas. O primeiro está nas costas *dele* enquanto o segundo *à sua* frente. O “primeiro ajuda-o na luta contra o segundo, por empurrá-lo para frente, e, do mesmo modo, o segundo o auxilia na luta contra o primeiro, uma vez que o empurra para trás” (ARENDT, 2016a, p. 33). Nesse embate, o sonho do *ele* é em “alguma ocasião, num momento imprevisto – e isso exigiria uma noite mais escura do que jamais foi nenhuma noite –, saltar fora da linha de combate e ser alçado, por conta de sua experiência de luta, à posição de juiz sobre os adversários que lutam entre si (ARENDT, 2016a, p. 33).

Arendt (2016a, p. 36) interpreta que “a cena é um campo de batalha no qual se digladiam as forças do passado e do futuro; entre elas encontramos o homem que Kafka chama de ‘ele’, que, para se manter em seu território, deve combater ambas”. Dessa forma, Folgueral (2020, p. 20) comenta que para Arendt “não há um caminho do passado para o futuro, mas sim uma lacuna na qual o homem se situa”. Ao mesmo tempo, Arendt (2016a, p. 37) afirma que “a posição ‘dele’ [ref. a parábola] não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à ‘sua’ luta constante, à ‘sua’ tomada de posição contra o passado e o futuro”.

Destarte, Arendt indica via parábola de Kafka que o tempo e a lacuna surgem com o homem, pois sem a presença do homem (*ele*) as forças do passado e do futuro (os adversários) ter-se-iam neutralizado, uma vez que não a diferença de força entre ambos. Observamos que Arendt assim reatualiza, graças a seu espaço de experiência da antiguidade, a antiga diferença entre tempo da natureza e tempo dos assuntos humanos. Mesmo o homem trazendo ao mundo a divisão temporal, a lacuna não está situada no presente, mas sim no momento de embate entre as forças do passado e do futuro. É uma percepção de momento intemporal, percebida no momento do pensar.

Outra característica exposta pela parábola está na atenção que Arendt dá aos adversários, o caracterizando como forças temporais. Segundo Arendt (2016a, p. 37) “esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de voltar ao passado”. Arendt

dota o passado de força ao invés de indicá-lo como um fardo, como usualmente era visto nas correntes historiográficas pautadas na ideia do progresso inevitável.

A percepção de Arendt, via Kafka, vai ao encontro da tese VII de Benjamin, a descrição do *Angelus Novus* de Klee ou o Anjo da História. De acordo com Benjamin (2020, p. 39), o Anjo volta seu olhar para o passado. A visão que tem é de uma catástrofe única, na qual a pilha de escombros não cessa de aumentar. O Anjo parte para arrumar esse passado. Porém “uma tempestade sopra do paraíso, que se agarra às suas asas, e é tão forte que o Anjo já não as consegue mais fechar” (BENJAMIN, 2020, p. 39). A tempestade que sopra dos escombros, do passado, empurra o Anjo que estava caminhando para lá, a se dirigir para frente, ou seja, para o futuro. Notamos que não é o futuro que não deixa o Anjo regressar ao passado, mas o próprio passado que empurra o Anjo para o futuro. Destarte, tanto Benjamin, quanto Arendt, recusam a noção de tempo linear, em favor da identificação do passado como um tempo que é evocado ou assalta o tempo presente, precisamente num momento de perigo (BREPOHL, 2008, p. 9). Arendt recusa, como Benjamin, o passado quanto fardo e o futuro quanto progresso inevitável. O Anjo da História de Benjamin, auxilia a compreensão do *ele* de Arendt, como aquele que está entre, na lacuna de um embate de forças antagônicas. O espaço de experiência de Arendt ultrapassa a parábola de Kafka e mantém ligações com o Anjo da História de Benjamin.

Contudo, Arendt recusa o salto fora do embate desejado pelo *ele* de Kafka. Ela comenta que seria necessária “uma noite mais escura que qualquer outra” já vista, indicando assim a dificuldade de sair completamente dessas circunstâncias temporais. Devido a essa contestação, Arendt propõe a visão de uma força diagonal. Essa força “seria limitada no sentido de sua origem, sendo seu ponto de partida o entrechoque das forças antagônicas [passado e futuro], seria, porém, infinita quanto a seu término, visto resultar de duas forças cuja origem é o infinito” (ARENDT, 2016a, p. 38). Observamos que Arendt aprofunda a parábola de Kafka, pois para ela o salto significava sair dos assuntos humanos, como os filósofos desejaram por tantos anos, permanecer no *Mundo das Ideias*. Para Arendt, o sujeito não pode abandonar suas próprias experiências. Rosanvallon (2010, p. 51) comenta que para Arendt “o próprio pensamento emerge de incidentes da experiência viva e a eles deve continuar vinculado, na medida que são os únicos guias de quem é possível obter orientação”. Assim, a lacuna é o pensamento que não salta, mas permanece ligado às experiências vivenciadas.

Nessa força diagonal, o contador de histórias “teria encontrado um lugar no tempo suficiente afastado do passado e do futuro para lhe oferecer a ‘posição de juiz’, da qual poderia julgar com imparcialidade as forças que se digladiam (ARENDT, 2016a, p. 39). Dessa forma, a escrita da história do contador de história foi abalada com a ruptura da tradição. Mas, o espaço da lacuna, esse espaço da reflexão, do pensamento, no qual o contador de história pode percorrer sem se distanciar do seu presente, fornece um espaço para manter o olhar retrospectivo e elaborar juízos imparciais sobre a história. Essa busca de juízos imparciais, mas atrelados aos problemas, é a solução proposta para superar a ruptura da tradição. O contador de história se voltaria para um julgamento imparcial, não somente do passado que vêm perdendo sentido para o presente, mas para o próprio agora.

Nossas considerações sobre a lacuna e o contador de história arendtiano, podem parecer aos olhos do leitor, uma “história do tempo presente” (HTP). De acordo com Dosse (2012, p. 6), a HTP está situada na interseção entre o presente e o passado de longa duração. Corroborando com essa visão, Padrós (2004, p. 200), com base em Hobsbawm, definiu a HTP como “a história do nosso próprio tempo, do próprio tempo de vida do historiador”. Tanto Padrós, quanto Dosse, indicam a HTP como o próprio tempo de vida do historiador. Referem-se aos acontecimentos que estão em

Segundo Dosse (2012, p. 17) “O presente do passado, é a memória, o presente do presente, é a visão, o presente do futuro, é a espera’, de onde surge um triplo presente que dá lugar a uma abordagem de um tempo íntimo, psicológico”. A HTP é então a junção de três presentes e da comunhão da memória, visão e espera. Dessa forma, o historiador está situado no tempo presente e analisa acontecimentos de seu próprio tempo. Todavia, Hannah Arendt se distancia de alguns pontos básicos da HTP nas fontes analisadas. Para Arendt, não existe ato finalizado, então toda ação, por mais que receba um acabamento quando narrada, continua a ressoar no futuro. Dessa forma, toda história é uma história que trabalha com facetas que se renovam, multiplicam e estão inacabadas, não sendo uma característica unicamente da HTP. Outro ponto, o contador de história não está situado no presente, mas na lacuna. Arendt não é uma historiadora do tempo presente se seguirmos como pressupostos as indicações de Dosse e Pádro, ressaltando que nossa afirmativa está calcada em um número seletivo de fontes. Mas, ela pensa e narra a história no tempo presente,

preocupada com seus assuntos; busca no passado os flashes que orientaram suas inquietações, não se restringindo a uma instância temporal o ocorrido.

A escrita da história de Arendt, pode se assemelhar mais a abordagem interativa e compreensiva da história filosófica do político descrita por Rosanvallon (2010). Segundo o historiador, é “interativa, pois ela consiste em analisar o modo pelo qual uma cultura política, suas instituições e eventos interagem para estabelecer formas políticas mais ou menos estáveis” (ROSANVALLON, 2010, p. 48). Ao mesmo tempo que é “compreensiva, porque seu objetivo central é apreender uma questão situando-a no contexto de sua emergência” (ROSANVALLON, 2010, p. 48). Dessa forma, a história filosófica do político analisa como um conceito/cultura política se formou, sobrevive e ressoa pela cultura. Arendt também realiza esse olhar retrospectivo com vistas a problemas que ressoam no seu presente. Sua busca é sempre compreender o ocorrido por meio das histórias, ou seja, pelo próprio acontecimento ao invés de teorias. Isso aproxima Arendt de Rosanvallon. Novamente indicando diálogo entre as escritas da história distintas temporalmente e espacialmente.

Considerações finais

Partimos com a hipótese que as características do contador de histórias, presente nas fontes investigadas, continham fragmentos significativos para o desdobramento da escrita da história de Hannah Arendt. Com isso, problematizamos quais as características desse contador e suas contribuições para a compreensão da escrita da história da autora.

Constatamos que para Arendt, as instâncias temporais (passado, presente e futuro) nascem com o sujeito e permanecem na medida que agem. Com isso, retoma a diferença grega de tempo da natureza e tempo dos assuntos humanos. Os sujeitos introduzem a ruptura no tempo circular da natureza. Com os homens, a mortalidade ganha vida e também o tempo linear finito. Dessa forma, a escrita da história é uma escrita pautada no tempo dos assuntos humanos, não sendo circular ou progressiva.

No decorrer das vidas mortais, os sujeitos engendram acontecimentos e produzem histórias. As histórias são os produtos da ação e do discurso, as quais constituem o conteúdo da narrativa do

contador. Destarte, a escrita da estória teria o mesmo embasamento. Ao invés de ser calcada em estruturas ou teorias, a escrita de Arendt almejaria os sujeitos, em suas singularidades próprias.

A ação constitui o núcleo das estórias, logo, da narrativa do contador. Com a ação, o novo aparece no mundo. Porém, Arendt observa que ações e discursos são frágeis perante o tempo, necessitando do contador de estória para dotá-los de durabilidade. Com isso, podemos considerar que a escrita da história tem o intuito de salvar os acontecimentos do esquecimento.

Outra questão interessante é que o ator engendra ações e discursos, mas não é autor de sua própria biografia. Isso implica em afirmar que para Arendt, todo ator necessita de um contador de estórias, o qual será um biógrafo. Para Arendt essa é uma questão de foco. O ator está preocupado com a condução da ação, enquanto o narrador foca no que estava oculto no momento dos atos. Dessa forma, a narrativa do contador é aquela que mergulha nas experiências, ao invés das descrições. Com isso, fragmentos da escrita da história de Arendt despontam como o olhar retrospectivo sendo uma questão de foco. Ao passo, a escrita está voltada para as experiências, indicando uma posição contrária da pura descrição dos fatos.

Arendt evidencia que o contador de estórias, por mais que não foque em suas experiências no momento da narrativa, não abre mão de seu contexto, pois o passado que investiga se faz presente, não estando o passado morto e dissociado do presente do historiador. Dessa forma, a escrita da história de Arendt está voltada para o passado que se faz presente e inquieta o seu contexto.

A lembrança constitui a ponte entre as estórias vividas e as histórias narradas. O contador de estórias articula o intangível por meio das lembranças para, por meio do processo narrativo, contar uma história. De tal forma que a lembrança é a ponte que liga passado e presente. Destarte, a escrita da história de Arendt vê nela mesma uma reificação do acontecimento, das estórias em história. Ao passo, tem a lembrança como pedra basilar do vivido, antes de sua reificação em narrativa. Arendt indica o acabamento como narrativa desenvolvida pelo contador de estória sobre uma estória. Podemos considerar o acabamento como a escrita da história, que realiza uma narrativa de uma faceta da estória, não concluindo o caso, mas deixando-o em aberto.

Arendt constatou o rompimento da tradição em seu tempo. Esse rompimento significou que as experiências e estórias deixaram de ser transmitidas e de fazer sentido perante os problemas das novas gerações. Também apontou que existe uma lacuna entre o passado e o futuro, a qual foi

preenchida pela tradição que é a capacidade de levar experiências por diversos meios, como a narrativa, monumentos e histórias. Essas questões afetaram o contador de estória, colocando em dúvida a pertinência de suas narrativas.

Arendt notou nesse processo de rompimento a lacuna escancarada entre o passado e o futuro. Observou que a lacuna é o ponto no qual o passado e o futuro se chocam enquanto forças. Ao passo, no seio da lacuna está o homem, responsável por manter esse embate de forças temporais. Arendt reforça sua visão de tempo como força, não considerando o passado como fardo e nem o futuro como progresso inevitável. Ademais, considerou que é o futuro que empurra o sujeito para o passado e o passado empurra o sujeito para o futuro. Com isso, a escrita da história de Arendt detém críticas aos moldes dos paradigmas positivista, historicista, estruturalista e marxista da sua época. Ao mesmo tempo indica que a volta ao passado pela escrita é decorrente aos problemas que o futuro vem colocando.

Por fim, Arendt indica que o contador, face ao rompimento com a tradição passou a se situar na lacuna, a qual caracterizou como terceira força diagonal. Passou a considerá-la como o pensamento, no qual o contador pode elaborar juízos imparciais sobre as estórias. Ao mesmo tempo, esse local está atrelado e somente se chega via reflexão das experiências vividas/relatadas. Com isso, o contador pode iluminar o próprio acontecimento por meio de um olhar retrospectivo imparcial. Dessa iluminação, escapam flashes de experiências que podem clarear o presente do contador. Assim, a escrita da história é uma instância que está situada entre o passado e o futuro; faz parte de uma conduta reflexiva calcada na atividade do pensar; elabora juízos sobre as situações; e não visa iluminar o presente com histórias exemplares, mas iluminar o próprio acontecimento por ele mesmo e disso relampejar flashes sobre seu contexto.

Referências

ADLER, Laure. *Nos passos de Hannah Arendt*. Trad. Tatiana Salem Levy e Marcelo Jacques. Rio de Janeiro: Record, 2007.

AGUIAR, Odilio Alves. Pensamento e narração em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo Jardim de.; BIGNOTTO, Newton. (Orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 215-226.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação Adriano Correia. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

ARENDT, Hannah. A quebra entre o passado e o futuro. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016a, p. 28-42.

ARENDT, Hannah. O conceito de História – Antigo e Moderno. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016b, p. 69-126.

BENJAMIN, Walter. M HA <Sobre o conceito de História – O manuscrito de Hannah Arendt>. In: BENJAMIN, Walter *Sobre o conceito de história*. Trad. Adalberto Müller e Marcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

BENJAMIN, Walter. O contador de histórias: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *A arte de contar histórias*. Trad. Georg Otte, Marcelo Backes e Patrícia Lavell. São Paulo: Hedra, 2018, p. 19-58.

BREPOHL, Marion. Hannah Arendt e suas suspeitas ao método histórico: excelência da ação. *A condição humana: 50 anos*. Curitiba: UFPR, 2008, p. 1-12. Disponível em: https://www.academia.edu/32007068/Hannah_Arendt_e_as_desaven%C3%A7as_com_a_historiografia_de_seu_tempo.pdf. Acesso em: 08/12/2021.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. Trad. Silvia Maria Fávero Arend. Florianópolis, *Tempo e Argumento*, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan/jun, 2012.

FOLGUERAL, Mariana Amaral. Rupturas na continuidade histórica e ação política: diálogos entre Hannah Arendt e Walter Benjamin. *Trilhas da História*, v. 10, n. 18, p. 17-32, 2020.

HABERLEIN, Ann. *Arendt: entre o amor e o mal: uma biografia*. Trad. Kristin Lie Garrubo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. Prefácio. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006a, p. 13-18.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart.. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006b, p. 305-328.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart.. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KRISTEVA, Julia. *O gênio feminino: a vida, a loucura, as palavras*. Tomo I Hannah Arendt. Trad. Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

LAFER, Celso. A trajetória de Hannah Arendt. In: LAFER, Celso. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018a, p. 81-96.

LAFER, Celso. Da dignidade da política. In: LAFER, Celso. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b, p. 121-142.

LAFER, Celso. Reflexões de um antigo aluno de Hannah Arendt sobre o conteúdo, a recepção e o legado de sua obra, no 25º aniversário de sua morte. In: MORAES, Eduardo Jardim de.; BIGNOTTO, Newton. (Orgs.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 11-34.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 199-223, 2004.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história filosófica do político. In: ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Trad. Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010, p. 37-64.

SCHITTINO, Renata Torres. Hannah Arendt e o sentido da história. In: BREA, Gerson.; NASCIMENTO, Paulo.; MILOVIC. (Orgs.). *Filosofia ou política? Diálogos com Hannah Arendt*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 185-202.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

A HISTÓRIA EM QUADRINHOS: UM INSTRUMENTO POSSÍVEL E NECESSÁRIO

COMIC BOOKS: A POSSIBLE & NECESSARY INSTRUMENT

Amanda Cristina Amorim Silva Neves

Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Resumo: As Histórias em Quadrinhos sempre estiveram presente no cotidiano dos alunos, professores e sociedade em geral como um mecanismo de entretenimento e ferramenta de contato com a leitura na primeira infância. O caráter divertido dos desenhos em quadrinhos traçou um caminho que as manteve afastada das paredes da escola por muito tempo. Todavia, as reformas da BNCC e a possibilidade de inserção de novas ferramentas no ambiente pedagógico trouxeram as HQs para dentro dos livros didáticos através das tirinhas e geralmente trabalhada na disciplina de Português. Nesse artigo, discutimos a contribuição desse instrumento nas aulas de História, com foco nas aulas de antiguidade romana e como essa seria um contributo para compreensão de um conteúdo que muitas vezes é visto como distante da realidade do alunado.

Palavras-chave: Ensino, História, Antiguidade, Quadrinhos, Roma.

51

Abstract: Comics have always been present in the daily lives of students, teachers and society in general as an entertainment mechanism and a contact tool with early childhood reading. The amusing character of the comic books traced a path that kept them away from the school walls for a long time. However, the reforms of the BNCC and the possibility of inserting new tools in the pedagogical environment brought the comic books into textbooks through comic strips and generally worked in the Portuguese discipline. In this article, we discuss the contribution of this instrument in History classes, focusing on seniority classes and how this would be a contribution to the understanding of a content that is often seen as distant from the students' reality.

Keywords: Teaching, History, Antiquity, Comics, Rome.

Introdução

A humanidade sempre demonstrou uma espécie de fascínio por imagens, elas estão na vida do ser humano ainda nos tempos da caverna e chegam até hoje nas mais diversas formas, tais como pinturas, desenhos, fotos, entre outros. As imagens têm um potencial imenso no que se referem à transmissão de conteúdo, comunicação coletiva e ensino de alguma atividade. O mundo em que

vivemos tem como uma das características a alcunha de “Sociedade da Imagem”⁵, somos pessoas acostumadas a ler o mundo através da ferramenta visual, sendo essa uma condição irrevogável no diálogo de qualquer essência a humanidade da pós-modernidade que está condicionado a trabalhar as informações dessa forma.

Histórias em quadrinho, ou simplesmente HQs, estão presentes na humanidade há mais tempo que o imaginável, sobretudo quando percebemos que o intuito desse tipo de produção durante um denominado período foi representar um acontecimento. Partindo desse ponto, é considerado “um dos mais difundidos e populares meios de fabulação visual do planeta” (PATATI; BRAGA, 2006, p. 9). Nesse sentido, podemos associar a origem desse tipo de produção com as pinturas rupestres⁶, que contam história há 35 mil anos. Ainda na Pré-História, o homem primitivo “transformou a parede das cavernas em um grande mural, em que registrava elementos de comunicação para seus contemporâneos” (VERGUEIRO, 2012a, p.8).

⁵ Para Michel Maffesoli, a sociedade da imagem demarca o fim do individualismo e o nascimento da sociedade tribal caracterizada pela convergência entre práticas arcaicas e desenvolvimento tecnológico. A imagem tem função gregária, gera laço social, cria microgrupos transitórios, efêmeros, protagonizados por “personas” que fazem da vida uma sucessão de instantes eternos fundamentados no prazer. A imagem não é o conteúdo que forma uma nova sociedade, mas o elemento que promove a socialidade, o reencantamento do mundo. (TONIN, 2008, p.18)

⁶ Chamamos de arte rupestre as criações artísticas feitas em rochas durante a Pré-História. Elas podem ser categorizadas em pintura rupestre e gravura rupestre. Os achados mais antigos desse tipo de arte datam do período Paleolítico Superior (aproximadamente 40.000 a.C.). Também foram encontrados exemplos de manifestações artísticas europeias ou pré-colombianas da época do Neolítico (de até 8.000 a.C.). Essas imagens podem ser vistas em todos os continentes e provavelmente surgiram após o aparecimento de objetos artísticos móveis, como utensílios e esculturas em pedras, ossos, chifres, etc.



Figura 1: Figuras humanas, algumas representadas em cor mais clara, outras em cor mais escura, em pintura rupestre encontrada em Tassili n'Ajjer. Crédito: Patrick Gruban/Fonte: Wikimedia

A humanidade é visual, que tem sua atenção retida em imagens desde os tempos remotos onde viviam em cavernas e costumeiramente retratavam seu cotidiano e rotina como já citamos. As imagens veiculam informações através de códigos e são veículos de tradição⁷, memória⁸ e cultura⁹. Ainda traçando essa “linha temporal”, vemos também no Egito esse tipo de representação cotidiana por meio das pinturas que traziam imagens sobre acontecimentos daquele povo. Ainda na antiguidade podemos atrelar os vasos e cerâmicas gregos como uma espécie de arte que produz

⁷ Eric Hobsbawm menciona a “tradição inventada”. Inventar tradições significa criar rituais e regras que busquem traçar uma continuidade com o passado, criando uma memória que funciona como um estoque de lembranças. Nem tudo que a “tradição inventada” abarca é realmente passado; várias de suas manifestações são recentes, mas surgem para as pessoas como algo há muito existente.

⁸ No Dicionário Básico de Filosofia Japiassú e Marcondes afirmam: “A memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto com uma capacidade de evocar o passado através do presente” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 2006, p.183-184).

⁹ Tomando em seu amplo sentido etnográfico [cultura] é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (apud Laraia, 2006, p.25).

uma narrativa, que conta uma história do período e que inclusive demonstra e traz com bastante significado a ideia do que seria um herói.

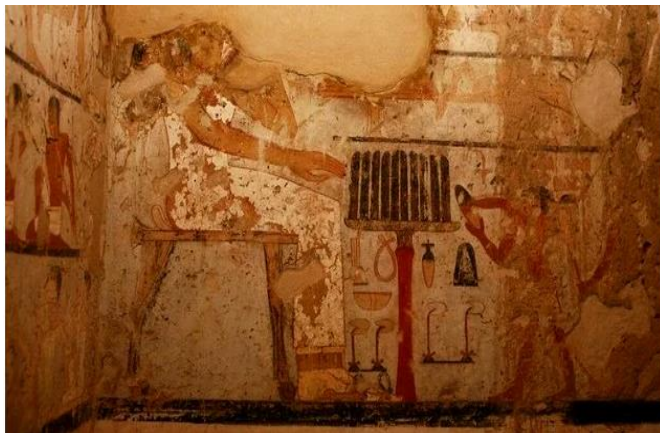


Figura 2: Detalhe de uma das pinturas murais encontradas. Ministério de Antiguidades do Egito



Figura 3: Vaso grego pintado com técnica de "figuras vermelhas"

Narrar fatos, histórias heroicas, o cotidiano ou lendas de um povo podem ser datadas, portanto, desde a antiguidade. As histórias em quadrinhos podem e devem ser consideradas uma arte que ganha papel de destaque ao longo do tempo nas sociedades. Remonta-se ao século XVII a primeira obra em quadrinhos que fora produzida, em terras inglesas. Em meados do século XIX, o mundo foi palco de várias mudanças na produção de arte e papel, o advento da máquina de prensa a vapor traz então a produção do que conhecemos atualmente como história em quadrinhos. Com a prensa a vapor esse tipo de arte começa a ter um alcance muito maior e chega ao mais diversos públicos.

As HQs ganham um espaço maior ainda quando temos mais uma criação humana que seria o papel-jornal, esse papel tornaria a impressão dessas histórias mais baratas e tornaria os quadrinhos mais acessíveis, sendo difundidos pelos mais diversos gêneros literários e registrando seu “boom” durante o século XX nos Estados Unidos no período da Grande Depressão de 1929.¹⁰

As HQs são “[...] obras ricas em simbologia – podem ser vistas como objeto de lazer, estudo e investigação. A maneira como as palavras, imagens e as formas são trabalhadas apresenta um convite à interação autor-leitor (REZENDE, 2009, p. 126)

¹⁰ A Crise de 1929, também conhecida como Grande Depressão, foi uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no final da década de 1920. Marcou a decadência do liberalismo econômico, naquele momento, e teve como causas a superprodução e especulação financeira.

Destaca-se o papel fundamental da imprensa e impressos literários na divulgação desse formato de arte, que teve um papel bastante significativo na formação cultural do que se entende por civilização moderna e ainda hoje tem sua importância em opiniões contemporâneas. Nesse momento da história, vemos as HQs ganharem uma nova função social que seria a do entretenimento, a busca por um clima de menos hostilidade e desesperança faz a produção dessas histórias ganharem personagens que ficariam famosos em todo o mundo, os super heróis, geralmente combatendo problemas que assolavam a humanidade, percorrendo inclusive o imaginário da guerra com vilões ligados ao nazismo.



Figura 4: Fonte: Capitão América, as primeiras Histórias, 1991

Essa fase é tão importante que ficou conhecida como a “Idade de Ouro” dos quadrinhos, pois nesse momento as discussões abordadas naquelas páginas já conhecidas do público ganham as mais diversas temáticas, para além do caráter salvador no contexto de guerra trazido pelo Capitão América, por exemplo, como vemos na imagem acima.

Durante a década de 50, as histórias em quadrinhos ganham um teor filosófico e questionador e até mesmo existencialista. Surgem nos gibis personagens da turma do Charlie Brown e levam aos jornais mais que tirinhas humorísticas, vemos a inserção da chamada contracultura e a promoção de contestação dos valores ditos tradicionais. Surgindo assim personagens como Mafalda, na Argentina.

A década de 80 traz ao mundo das histórias em quadrinhos personagens pautados em mundo bem mais obscuro e atentos a problemas sociais que tem como resultado violência urbana e pobreza social, tais como Batman e Watchmen. No Brasil esse movimento é amplamente representado pelas produções de Angeli, Laerte e Glauco.

Nesse sentido, percebemos o quanto as histórias em quadrinhos participam do dia a dia das pessoas ao longo dos tempos, sendo instrumento de diversão e até mesmo de auxílio ao ensino aprendizagem, principalmente quando a tecnologia ainda não estava presente em nossos lares. Diversas gerações tinham nos gibis seu principal refúgio durante a infância, adolescência e até mesmo já adultos. Isso foi bastante possível pela difusão de heróis criados por empresas como a DC Comics¹¹ e Marvel Comics¹² e também pelos personagens tão conhecidos da Turma da Mônica.

Na década de 90 nota-se o crescimento vertiginoso da venda dos quadrinhos, da chegada as livrarias, bancas de revista e inclusive vê uma nova forma de produção oriunda das terras japonesas, que são os mangás. Esse tipo de HQ teve uma aceitação enorme e entrou no mercado internacional com bastante força e traz uma nova concepção de contar histórias no formato de quadrinhos.

No contexto brasileiro, temos como vanguarda o artista Manuel de Araújo Porto-Alegre, que teve como trabalho inicial arte produzida em litografia¹³ e deu origem à primeira sátira conhecida no país e à primeira revista do contexto humorístico do país. Já no ano de 1905 temos o

¹¹ DC Comics é uma das maiores companhias de história em quadrinhos e mídias relacionadas. Ela é a editora de revistas como "Batman", "Superman", "Mulher Maravilha", "Flash", "Aquaman".

¹² Marvel Comics é uma editora americana de histórias em quadrinhos. Fundada no começo da década de 1930 por Martin Goodman, a Marvel Comics foi originalmente chamada de Timely Comics. Seu fundador era editor de revistas que faziam sucesso com histórias de faroeste. Visionário, Martin Goodman expandiu seu trabalho no sentido de um mercado muito promissor. Com a sede estabelecida em Nova York, Goodman detinha o poder na editora, acumulando diversos cargos. A primeira publicação só aconteceria em 1939 através de uma revista chamada Marvel Comics que mostrou pela primeira vez ao público os personagens Tocha Humana e Namor.

¹³ A litografia consiste em um processo de impressão que é feito a partir da utilização de uma matriz de pedra polida com uma imagem pressionada contra o papel. O desenho era feito com materiais que possuíam gordura em sua composição e, posteriormente, a pedra passava por diversos processos químicos.

lançamento da revista *Tico-Tico* que é tida como a primeira revista em quadrinhos brasileira, foi publicada em um periódico chamado *O Malho*.

Renato de Castro, o idealizador do projeto sofre influências de várias regiões do mundo que já via a efervescência do mundo dos HQs. Na década de 60, surge no cenário das produções artísticas o hoje famoso criador e cartunista brasileiro, Ziraldo, que trouxe o personagem tão famoso Menino Maluquinho e vários personagens que tinham inspiração na cultura nacional.

Ainda na década de 60, mais precisamente em 1964, os gibis são retirados de circulação pela ditadura militar pautada em um movimento de censura às produções. Seu retorno se dará somente no ano de 1975. Pelas mãos de Mauricio de Sousa vêm ao mundo os conhecidos personagens Cebolinha, Cascão e Mônica, que serão publicados na *Folha de S. Paulo* até ganharem suas próprias revistas.



Figura 5 – Capa da Revista em Quadrinhos Tico-Tico. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2017/09/a-saudosa-revista-infantil-o-tico-tico-9899906.html>.

O uso das HQs em sala de aula

O universo infantil sempre contou com as histórias em quadrinho como uma das primeiras leituras e principalmente como ferramenta utilizada pelos pais para inserir as crianças no mundo da leitura. Como já citamos boa parte dessa introdução se dá pelos quadrinhos de super heróis, Turma da Mônica e os famosos mangás.

Os quadrinhos podem ser utilizados na educação como instrumento para a prática educativa, porque neles podemos encontrar elementos composicionais que poderiam ser

bastante úteis como meio de alfabetização e leitura saudável, sem falar na presença de técnicas artísticas como enquadramento, relação entre figura e fundo entre outras, que são importantes nas Artes Visuais e que poderiam se relacionar perfeitamente com a educação, induzindo os alunos que não sabem ler e escrever a aprenderem a ler e escrever a partir de imagens, ou seja, estariam se alfabetizando visualmente. (ARAÚJO, 2008, p. 29)

Ao longo dos anos escolares as histórias em quadrinhos ganham um caráter ainda mais importante na vida das crianças e no dia a dia dos professores. Para Burke (1994) por exemplo, a história ganha muito em trabalhar com as imagens, ainda mais quando não se limita a tornar estas apenas mais uma prova de que o que estão falando é verdade. As imagens são extremamente importantes no que se refere à reconstrução do passado de forma mais intensa e, em certo ponto, de forma mais próxima do que estamos estudando, análise do presente e discussão sobre o futuro. Portanto, as imagens dentro da escola são instrumento de um valor imensurável. “Ler imagens não é fácil quanto parece, pelo menos quanto à distância cultural entre o autor e o espectador é tão grande quanto a que nos separa” (BURKE, Peter. P. 30, 1994).

A imagem se mostra um instrumento muito rico, sobretudo por se mostrar um instrumento pedagógico que dialoga com diferentes faixas etárias escolares sendo um grande aliado no processo de ensino-aprendizagem. A escolha desse instrumento, é lógico, também se explica por uma evidente preferência infanto-juvenil por esse tipo de produção textual:

O segredo dessa inequívoca predileção tem fundamento na própria dinâmica psicológica da criança, dada a natureza de seus interesses e a modalidade da sua percepção (sincrética). O motivo do interesse genérico das crianças pelas histórias e contos é, pois, a necessidade de crescimento mental. E o motivo particular de seu interesse maior pelas histórias em quadrinhos está nos incentivos que esse tipo de literatura traz à mente infantil atendendo a sua natureza e às suas necessidades específicas. (ALVES, 1996, p. 148)

Quando se ultrapassa a barreira imposta ao longo do tempo pela sociedade, passamos a entender que o conhecimento histórico não está restrito ao espaço acadêmico ou científico, e sim inserido nas mais diversas práticas sociais cotidianas, como na escola, nas vivências familiares, nas práticas religiosas, no conteúdo dos meios de comunicação, cinema e por que não nas revistas em quadrinho. A criança que está na escola atualmente está inserida em um mundo onde a comunicação se dá de forma massiva e praticamente ininterrupto, então utilizar de uma ferramenta que faz parte de seu micromundo é sobretudo unir um objeto carregado de um certo entretenimento e transformá-lo em um aporte teórico e metodológico.

O gibi, portanto, se apresenta desde sempre uma importante ferramenta no estímulo da leitura (geralmente o nosso primeiro contato com revistas em quadrinhos se dá em uma idade onde ainda estamos sendo alfabetizados) e ainda é um mecanismo que está indicado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para ser usado em sala de aula.

Bittencourt (2011) destaca que não faz muito tempo que a escola passou a trazer objetos e discussões pertencentes a realidade do aluno e que sobretudo estão alocadas nas temáticas transversais. E para que isso seja efetivamente estabelecido temos que nos munir de instrumentos que tenham uma aceitação do corpo discente e o que se observa é uma participação mais ativa por parte dos alunos quando existe esse tipo de ferramenta.

[...] A literatura em quadrinhos agrada tanto à criança porque constitui um sistema que corresponde rigorosamente à sua natureza profunda, atende às suas necessidades orgânicas e aos seus interesses naturais. Daí a transformá-la num poderoso instrumento de educação vai apenas um passo. Na realidade, toda literatura infantil, como qualquer jogo, físico ou mental, constitui para a criança uma prática estimuladora do crescimento, um exercício útil para o desenvolvimento de suas aptidões e habilidades: a literatura em quadrinhos, entretanto, no que se concerne ao crescimento mental, é exercício mais funcional do que os outros, mais orgânico e natural, mais científico mesmo.” (ABRAHÃO, 1977, p. 140).

Percebemos que muitas vezes as Histórias em Quadrinhos são utilizadas de maneira monopolizante nas aulas de Português, como se fosse útil apenas a esse tipo de conteúdo. A presença da indicação do uso pelos PCNs não está restrito somente ao português, mas também à disciplina de História. O potencial pedagógico de um material como esse e as associações que podem ser construídas a partir da narrativa contida nas páginas de uma revista em quadrinhos podem promover uma grande transformação na construção de questões como as múltiplas temporalidades da História Antiga.

Ainda em se tratando dos pontos positivos do uso dos quadrinhos em sala de aula, podemos discutir a inserção do ensino através da análise imagética que torna possível estabelecer mais um canal de compreensão de questão aparentemente mais complexas, como tempos e espaços. São inegáveis a proximidade e a influência das histórias em quadrinhos na vida do alunado.

A imagem deve ser vista como parte integrante do processo de significação, pois ela auxilia o aluno a compreender o texto, pois a criança não lê apenas as palavras em um livro, mas “lê”, ou atribui sentido, também considerando as ilustrações, bem como o contexto social em que a leitura se dá. Por estes motivos, a utilização de histórias em quadrinhos em sala de aula pode proporcionar, além de facilidades de compreensão de conteúdos, o desenvolvimento da criatividade por parte dos alunos, pois as apresentações

em figura são mais interativas, levando a um melhor desempenho da memória (FRIZZO e BERNARDI, 2001)

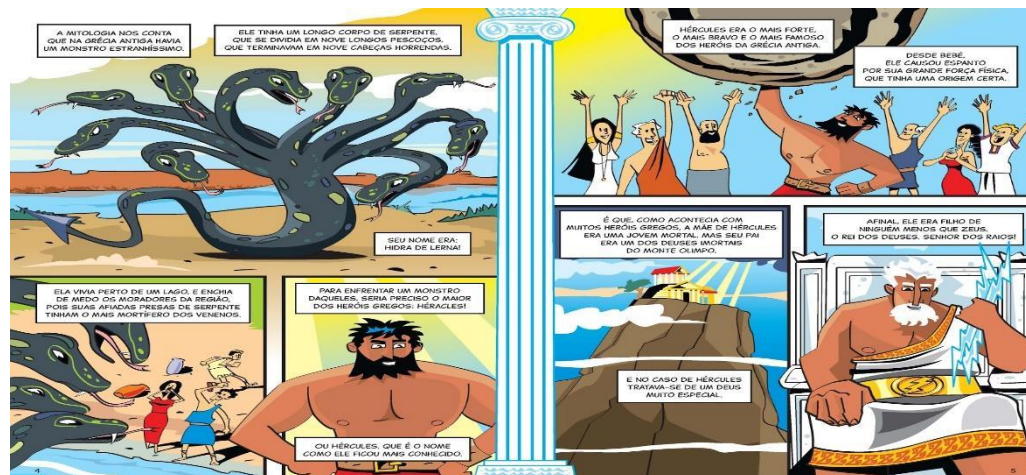


Figura 6 – Fragmento da Revista Monstros e Heróis

No fragmento da revista “Monstros e Heróis” de autoria de Wellington Srbek, podemos perceber a construção da narrativa ligada aos mitos sendo recriada em quadrinhos e sendo reproduzida em linguagem acessível e funcional. A partir de um quadrinho como esse, podemos trabalhar, conjuntamente com documentação arqueológica, que esses mitos foram reelaborados pelos romanos a partir dos contatos com os gregos, redimensionando a história organizada em função de um tempo linear.

O ensino de História Antiga através dos quadrinhos

Ensinar História Antiga no contexto da educação básica brasileira se traduz muitas vezes em um desafio, o modo como esse recorte historiográfico foi transmitido em sala de aula se traduz em uma formatação do século XIX, principalmente caracterizado por Hegel¹⁴. Outro problema característico do estudo desse período é a distância para com a realidade, o que pode afastar ou atrair o aluno.

A História Antiga vem enfrentando os mais diversos problemas no que se refere a sua permanência no currículo escolar, os debates estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular destacam a luta entre manutenção e extinção dos conteúdos de História Antiga e Medieval,

¹⁴ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1830) foi um filósofo alemão idealista que abriu novos campos de estudo na História, Direito, Arte, entre outros, através dos seus postulamentos e da lógica dialética.

conteúdos esses que precisam muito mais de uma reforma na forma como são ministrados do que uma exclusão.

A aula de conteúdos da antiguidade é feita carregadas de anacronismo, erros, generalizações, eurocentrismo e etnocentrismo e muitas outras questões que estabelecem um grande número de problemas no estudo de um período que tornaria possível reflexões sobre os mais diversos conteúdos primordiais para crianças que estão se construindo enquanto cidadãos.

Nesse sentido, é fundamental que o profissional docente se arvore em instrumentos pedagógicos que consigam suprir as lacunas encontradas nos livros didáticos. Renovar as formas de ensinar conteúdos em sala de aula permite que tanto o ensino-aprendizagem seja mais rico e que atenção do alunado seja maior nas atividades promovidas na escola.

A utilização das revistas de quadrinhos em sala de aula tem vários benefícios como sabemos, desde o mais simples que seria tornar a aula mais divertida e mais próxima do aluno, mas também se insere na proposição de um ganho em capital cultural para esse aluno que através dessa metodologia de entretenimento terá referências culturais próximas e que fazem parte do seu cotidiano.

Nas palavras de Dionísio (2002), o reconhecimento, a valorização e sobretudo a utilização dos quadrinhos como ferramenta pedagógica estão traçando um caminho cada vez mais intenso de se imposição de sua necessidade como recurso, partindo do ponto que vivemos em uma época onde a imagem trabalha em conjunto com a palavra, associadas para a produção de sentido nos diversos cenários comunicativos.

A historiografia passa por uma adaptação e mudança com o advento da Escola dos Annales¹⁵ que abriu os caminhos para o uso de diferentes fontes históricos. As histórias em quadrinhos podem ser utilizadas de diversas maneiras, por exemplo, elas contam muito sobre a época em que foram escritas e quais os paradigmas que a sociedade em questão enfrentava no contexto em que fora produzida.

¹⁵ A Escola dos Annales é um movimento historiográfico do século XX que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, propunha-se a ir além da visão positivista a história como crônica de acontecimentos (*histoire événementielle*), substituindo o tempo breve da história dos acontecimentos pelos processos de longa duração, com o objetivo de tornar inteligíveis a civilização e as mentalidades.

Os quadrinhos têm uma característica de formação bastante interessante, vemos nesse instrumento a utilização de linguagem verbal e não verbal, trazendo então uma rica e vasta possibilidade uso como ferramenta pedagógica para as mais diversas áreas do conhecimento, incluindo a História Antiga.

Utilizaremos como exemplo de material as histórias em quadrinho do Asterix que conta a trajetória de dois amigos que residem em aldeia gaulesa durante o processo de expansão romano, por volta de 50 A.C. A obra tem como discussão o movimento de ocupação por parte de uma Roma expansionista e que chega a uma aldeia em especial que resiste ao domínio romano exercido durante a Guerras da Gália¹⁶.

Asterix vive no período da República Tardia, onde Roma está sendo governada pelo Senado¹⁷, todavia está perdendo força e o poder então se encontra em retorno às mãos de uma pessoa só, na figura do general aspirante a imperador, mas que não ocupou de fato esse espaço, o famoso Júlio César¹⁸, que estava à frente da conquista da Gália.

A história de Asterix surge na revista francesa Pilote, sendo um estrondoso sucesso tanto de venda quanto de crítica, e por conta desse fenômeno as aventuras do gaulês ganham uma série própria, sendo traduzidas para oitenta e três idiomas e vinte e nove dialetos. Sem contar adaptações para o cinema, jogos, animações e até um parque.

Os personagens ali encontrados são resultado da idealização do roteirista René Goscinny e o desenhista Albert Uderzo, a famosa história em quadrinhos foi lançada em 1959 em um contexto pós segunda guerra mundial e além de reflexões sobre História Antiga, os amigos gauleses conseguem estabelecer discussões sobre questões mais contemporâneas aos anos que foram

¹⁶ Historiograficamente, designa-se por Guerras da Gália ou Gálicas a série de campanhas de Júlio César (58 a.C.-51 a.C.) que permitiram estabelecer o domínio romano sobre a Europa a oeste do rio Reno (Gália).

¹⁷ O senado romano foi uma forma de organizar e dirigir a sociedade, presente tanto na monarquia, como na república e no império romanos, embora com mais poderes e destaques durante o período republicano. Configurava-se como uma assembleia política, que, em seus primeiros tempos, durante a monarquia, era formada somente por patrícios e tinha como principal função à época a escolha, após a morte de um monarca, de um novo rei.

¹⁸ Caio Júlio César (nome real de Gaius Julius Caesar) foi um militar e governante romano no período de transição no final do período republicano da história de Roma Antiga. Nasceu em Roma em 13 de julho de 100 a.C e faleceu em 15 de março de 44 a.C. no mesmo local de nascimento. Pertencente a dinastia Julio-Claudiana, Júlio César teve um papel fundamental na passagem da República para o Império Romano. Durante o seu governo (outubro de 49 a.C. a 15 de março de 44 a.C.) fez grandes conquistas militares para Roma.

produzidas, trazendo assim mais um elemento para ser trabalhado em sala de aula que é o anacronismo.

Em 1959, Albert Uderzo e René Goscinny ajudam a criar o jornal semanal *Pilote* que se destina a um público jovem. Em 29 de outubro do mesmo ano, o número um de *Pilote* apresenta a primeira tábua das aventuras de Astérix le Gaulois. Logo no primeiro dia, são vendidos os 300,000 exemplares que haviam sido impressos, e o sucesso do jornal é inquestionável. Asterix torna-se num verdadeiro herói da banda desenhada francesa. As suas aventuras continuam a ser publicadas no jornal *Pilote* até 30 de maio de 1973 (GUIET, 2018, p.09)

Esse tipo de obra quadrinística traz sobretudo um discurso através da subjetividade do material ali produzido e esses discursos marcam um período e são capazes de demonstrar uma situação social e sobretudo histórica, trazendo debates de cidadania, direitos, status de cidadão e como os romanos viam os gauleses como “bárbaros”.



Figura 7 - (UDERZO, A.; GOSCINNY, R. Asterix – Os louros de César. Rio de Janeiro: Companhia Editorial Brasileira, s.d.) - Na imagem, os criadores de Asterix se referem a um aspecto importante da sociedade romana no final do período republicano, trata-se do desenvolvimento da escravidão mercadoria, em Roma e na Península Itálica, associado ao sucesso das conquistas e ao aumento do número de escravos advindos das capturas de prisioneiros de guerra.

As histórias de Asterix são vivenciadas em território francês no contexto da ocupação romana. É muito interessante observar a riqueza de detalhes na apresentação dos povos que se relacionam com os gauleses, cada povo é apresentado através de tradições culturais, étnicas e até

mesmo folclóricas. Os godos, que são inimigos dos gauleses, são sempre autoritários; já os belgas são excelentes guerreiros.

Historicamente, os gauleses ofereceram resistência aos processos de dominação promovidos pelo exército de Júlio César, sendo palco inclusive da reunião de duas tribos gaulesas localizadas ao leste e no centro comandadas pelo gaulês Vercingetórix¹⁹, sendo vitorioso em algumas batalhas, até que foi vencido e se rendeu na tentativa de minimizar os danos causados a seu povo pelos romanos. Já na obra de Asterix, os gauleses vencem no final.

Diversas são as figuras históricas que aparecem nas históricas de Asterix, em destaque podemos elencar Cleópatra²⁰, Brutus²¹ e Júlio César, sendo esse último presente em um grande número de revistas como já comentamos anteriormente. Fora as personagens de cunho historiográfico, tempos ainda a representação de diversos povos do período antigo: bretões, gregos, egípcios, normandos, belgas, godos, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo do artigo aqui apresentado, entendemos que as Histórias em Quadrinhos representam uma ferramenta extremamente rica do ponto de vista do conteúdo, pois conseguem abordar inúmeros conteúdos e tornam possível debates e reflexões sobre diversos períodos da história. E em se tratando reflexões, é importante que o leque de materiais vá além dos livros didáticos.

Sendo as HQs, obras que têm certa proximidade com o público-alvo das aulas de História, tanto no fundamental ou quanto no médio, notamos que isso pode fazer com o que o conteúdo da aula de História Antiga que passa por algumas questões de proximidade com o aluno estará mais compreensível do ponto de vista da linguagem e mais acessível por ser um recurso com o qual o aluno já possui familiaridade.

¹⁹ Vercingetórix ou Vercingetorix (Auvérnia, 80 a.C.— Roma, 46 a.C.) foi o chefe gaulês do povo dos arvernos que liderou a grande revolta gaulesa contra os romanos entre 53 a.C. - 52 a.C.

²⁰ Cleópatra, rainha do Egito de 51-30 a.C., era filha de Ptolomeu XII Auletes. Falava seis idiomas, era uma política admirável e soube usar sua sedução para garantir uma posição favorável ao Egito dentro da crescente influência de Roma.

²¹ Marco Júnio Bruto (em latim: *Marcus Junius Brutus*; Roma, 85 a.C. – Filipos, 42 a.C.), foi um patrício, líder político de orientação conservadora republicana romana, e militar romano. Depois de ser adotado por seu tio, começou a usar o nome Quinto Servílio Cépio Bruto, mas voltou a usar seu nome original. Foi um dos assassinos de Júlio César.

Referências

ABRAHÃO, A. *Pedagogia e Quadrinhos. Em: Álvaro de Moya. Shazam!. Coleção Debates.* Editora Perspectivas. 2ª Ed. São Paulo: 1977.

ARAÚJO, Gustavo Cunha; COSTA, Mauricio Alves; COSTA, Evânio Bezerra. As histórias em quadrinhos na educação: possibilidades de um recurso didático-pedagógico. *Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Letras e Artes.* Uberlândia, n. 2, p. 26-27. 2008

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos.* São Paulo: Cortez, 2011.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque; LOMBOGLIA, Ruth. HQ: Uma manifestação de arte. In: LUYTEN, Sonia M. (org.). *Histórias em quadrinhos – leitura crítica.* São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

DIONISIO, A. P. et al. (Org.). *Gêneros textuais e ensino.* 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FEIJÓ, Mário. *Quadrinhos em ação: um século de história.* São Paulo: Moderna, 1997.

GUIET, Mathilde. *Os desafios da tradução de Banda Desenhada: o caso de Astérix na tradução para português.* 2018. 63 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Coimbra, 2018.

MARINHO, Fernando. *História em quadrinhos.* Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/redacao/historia-quadrinhos.htm>. Acesso em 04/09/2021.

MENDONÇA, Maria R. de Souza. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In: DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A.. *Gêneros textuais & ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 194-207

PATATI, C.; BRAGA, F. *Almanaque dos quadrinhos: 100 anos de uma mídia popular.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

REZENDE, Lucinea Aparecida de. *Leitura e Formação de Leitores: Vivências Teórico Práticas.* Londrina: Eduel, 2009.

TONIN, Juliana. *Espectáculo, simulacro, tribalismo, hipermodernidade: paradoxos da sociedade da imagem.* 222 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VERGUEIRO, W. Uso das HQs no ensino. In: RAMA, A.; VEGUEIRO, W. (orgs.). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula.* 4 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 7-29.

_____. A linguagem dos quadrinhos: uma “alfabetização” necessária. In: RAMA, A.; VEGUEIRO, W. (orgs.). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2012b. p. 31-64

**RENDIMENTOS E DOTES PARA AFIRMAÇÃO SOCIAL: A TRANSMISSÃO DE
OFÍCIOS AUXILIARES DE JUSTIÇA NA COMARCA DE PERNAMBUCO (SÉCULOS
XVII E XVIII)**

**PROFITS AND DOWRIES FOR SOCIAL AFFIRMATION: THE TRANSMISSION OF
AUXILIARY JUSTICE OFFICES IN THE DISTRICT OF PERNAMBUCO (17TH AND
18TH CENTURIES)**

Pedro Botelho Rocha

Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE)

Resumo: Este presente trabalho visa analisar especificamente o campo dos postos auxiliares de justiça na comarca de Pernambuco e as estratégias de transmissão por herança e dote executadas por serventuários e proprietários de ofícios. Analisando os rendimentos e as trajetórias familiares destes oficiais da justiça, pretendemos demonstrar como funcionavam as estratégias, lógicas e os usos do mercado das mercês para postos até então pouco explorados pela historiografia e menos presentes para indivíduos das elites mercantis e da açucarocracia pernambucana, na tentativa de elaborar perfis sociais, delimitações e possibilidades para estes servidores da justiça local na América Portuguesa dos séculos XVII e XVIII.

Palavras-chave: justiça; mercê; transmissão

Abstract: This present work intends to analyze specifically the field of auxiliary posts of justice in the judicial district of Pernambuco and the strategies of transmission by inheritance and dowry executed by servants and owners of offices. By analyzing the income and the family trajectories of these officers of justice, we intend to demonstrate how the strategies, logics and uses of the market of the bounties for positions hitherto little explored by historiography and less present for individuals of the mercantile elites and of Pernambuco's sugar industry worked, in an attempt to elaborate social profiles, delimitations and possibilities for these servants of the local justice in the Portuguese America of the 17th and 18th centuries.

Keywords: justice; grace; transmission

Introdução

A tônica das conexões que permeavam o império ultramarino português parece ter sido, desde muito tempo, o estabelecimento da distribuição das mercês régias nos mais diversos cantos desta monarquia moderna. Firmando novos e renovando antigos pactos vassálicos, os reis portugueses, assim como as demais autoridades diretivas nas colônias, agiam para estimular cada

vez mais súditos no cumprimento de uma diversificada gama de serviços, que iam desde os mais comuns, como parece ter sido as expedições militares, ao socorro financeiro e outras formas de patrocínio particular aos bens das instituições do Reino. Em contrapartida, as formas de recompensas poderiam garantir inúmeros êxitos: nobilitação, prestígio local, emolumentos, propinas, isenções, tenças soldos etc.

Sendo o comprometimento do súdito no ato do serviço uma força seguramente motivada pela recompensa e movida pela necessidade régia de utilização de seus vassallos, a reciprocidade pactual conduzia a gestão dos bens régios, isto é, o mercado das mercês, uma forte tendência em obrigar a Coroa a pagar os serviços prestados no Real Serviço. A chamada justiça distributiva era a prática de dar aquilo que era de pertencimento a tal indivíduo, ou seja, premiando quem servido tivesse, ou castigando um transgressor. Esta virtude era o que se costumava observar nos reis, além da graça pura de doar, conceder em benevolência e generosidade. A própria concepção cristã do Antigo Regime português procurava cercear a autonomia régia no monopólio das mercês, conduzindo a prática da justiça distributiva além do campo da crença ou político. O servidor que atendesse aquilo que era de demanda da Coroa não possuía apenas o dever moral e nobiliárquico de ser recompensado, mas, sobretudo, lhe cabia o direito jurídico (OLIVAL, 2001, p. 22).

69

Quando o poder régio faltava com o dever de repartir as premiações com os indivíduos que participaram do Real Serviço, o que muitas vezes se observava, principalmente nas porções coloniais do império, onde era precária ou custosa demais a comunicação entre as instituições locais e as do Reino, se verificou que era bastante recorrente que os herdeiros mais próximos buscassem assegurar os direitos de soldados, fiscais e demais integrantes do funcionalismo da monarquia lusitana, em longos processos que dependiam bastante da mediação do Conselho Ultramarino:

Nos primeiros anos após a fundação do Conselho Ultramarino, os vassallos puderam contar com a intervenção de seu primeiro Presidente, o marquês de Montalvão, que governara brevemente o Estado do Brasil, e por diversas vezes se manifestou em favor dos suplicantes luso-brasílicos, por tê-los visto servindo ‘com boa opinião’ na Bahia (KRAUSE, 2010, p. 79-80).

É neste conjunto de valores e obrigatoriedades entre Coroa e os vassallos, que adentramos no desenrolar destas conexões diretas e indiretas para a América Portuguesa, privilegiando a observação da capitania de Pernambuco, que, após a expulsão dos holandeses, se tornará um foco

de distribuição de premiações e concessões régias que perdurará até o início do século XVIII. Este trabalho visa destacar a função que a transmissão das mercês de ofícios auxiliares de justiça teve no contexto em que a justiça distributiva se tornava um fator diplomático entre os poderes locais de Pernambuco e o Reino, destacando principalmente a necessidade que esse grupo específico de servidores da Coroa pôde instalar formas de monopólio para seus cargos, transformando-os em bens familiares, usufruindo de rendimentos e arrendando-os na forma de serventias, garantindo um sólido prestígio e articulação social.

Para explicar os pontos descritos acima, pretendemos abordar duas áreas. Primeiramente, analisaremos o panorama da concessão de ofícios e demais premiações que foi praticado em Pernambuco nas décadas finais do século XVII e na alvorada do século XVIII, seguindo os movimentos de apropriação familiar de algumas destas ocupações, analisando especificamente o caso do tabelionato de Olinda. A segunda parte versará sobre os rendimentos dos ofícios executivos de justiça e a sua importância para o sustento financeiro de seus proprietários, o estímulo ao arrendamento e demais fatores que encorajava uma ampla quantidade de indivíduos a se debruçar nesta parte do funcionalismo jurídico da colônia.

A distribuição de ofícios auxiliares de justiça no *post bellum* e seus rendimentos

A historiografia dedicada ao período colonial brasileiro produziu alguns trabalhos importantes que versaram, de forma direta ou indiretamente, sobre a premiação dos soldados que participaram das guerras de restauração da capitania de Pernambuco e todo o contexto do século de crise econômica da segunda metade do século XVII. Excetuando a clássica monografia da professora Cleonir Xavier de Albuquerque sobre a remuneração dos soldados luso-brasileiros, muitos estudos foram publicados nas últimas duas décadas, ressaltando principalmente a obra de Thiago Nascimento Krause.

No entanto, os vieses abordados trataram de observar a passagem de títulos nas ordens militares (de Cristo, Santiago e de Avis), familiares do Santo Ofício, foros de fidalgo e outras patentes, deixando de lado os requerimentos para certos ofícios judiciais que foram demandados, sobretudo pelos filhos, sobrinhos e demais parentes dos soldados, nos tempos seguintes ao fim do

domínio batavo no litoral nordestino. Depositados no Arquivo Histórico Ultramarino, nos deparamos com uma infinidade de pedidos, desde tenças e meia tenças em dinheiro ou moradas localizadas no Recife, para si ou em nome de terceiros.

É exatamente nessa última forma que o frei Francisco de Andrade pede ao Conselho Ultramarino a mercê de dois ofícios, meirinho ou escrivão da ouvidoria do Maranhão, que se achavam vagos e seriam destinados a um parente seu, e duas casas no Recife²². Como era de costume no mercado das mercês, uma extensa carta descritiva dos feitos do frei que o próprio Conselho enviou à rainha regente, d. Luísa de Gusmão, indicava a participação na batalha dos Guararapes e outros conflitos em que Francisco de Andrade esteve auxiliando no socorro das tropas, ainda que com grande precariedade de materiais. O registro minucioso, ou exagerado, das grandes obras realizadas em favor da Coroa servia recorrentemente para aumentar o apelo para que os ministros das instituições do Reino pudessem aprovar os requerimentos, já que muitas vezes não se atendia integralmente o pedido que se fazia, concedendo um ofício menor, equivalente, tenças na metade do valor, ao invés de premiar um hábito da Ordem de Cristo, lograr o requerente como fidalgo. Da mesma forma, e cremos que até mais latente, ocorria com os herdeiros daquele servidor falecido ou invalidado. Para o caso do frei Francisco de Andrade, por ser eclesiástico e trabalhar na obrigação da caridade, não lhe poderia obter a mercê régia, sendo o Conselho Ultramarino inclinado a negar o parecer, porém, concedendo a recomendação dos ofícios de meirinho e escrivão da ouvidoria do Maranhão para um parente que o frei desejasse prover.

Nestes casos em que era concedida a permissão para o servidor nomear um favorecido que lhe possa usufruir de sua mercê, transferindo o direito da premiação, subvertia a lógica do monopólio régio dos bens públicos. Embora houvesse a necessidade prévia de aprovação do rei para transmitir um ofício, o esfacelamento dessa autoridade exclusiva surgia quando inúmeras famílias se instalavam como proprietárias, passando décadas de monopólio nestes cargos. O direito de passar adiante uma ocupação por meio do dote matrimonial ou da herança era não somente bastante fácil de se obter, como também era procurado e estimulado pela própria Coroa.

²² CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha regente D. Luísa de Gusmão, sobre o requerimento do padre Frei Francisco de Andrade, religioso mercedário, em que pede mercê de duas moradas no Recife ou na Ilha de Santo Antônio, e do ofício de Meirinho ou escrivão da Ouvidoria do Estado do Maranhão para um parente, em remuneração dos serviços prestados na guerra da capitania de Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 7, D. 626.

Admitia-se na qualidade de herdeiro um conjunto de virtudes, além dos efeitos práticos de se estabelecer um estreito laço entre o poder régio e uma família de agentes locais do império. Ainda que não fossem cargos vultosos e de grandes rendimentos, mas de importantes funções burocráticas, os ofícios auxiliares de justiça que foram controlados por grandes famílias, acabava gerando a estas uma boa fonte de poder e distinção, solidificando as bases sociais e as redes políticas que poderiam se estabelecer nas câmaras e ouvidorias de Pernambuco e também das capitanias do Norte.

Não apenas isso, mas a necessidade de prover herdeiros e conceder o ofício como dote era uma estratégia da Coroa para o preenchimento de postos vagos na justiça colonial. Para se ter uma ideia da falta de proprietário de ofícios, as listas de funcionários locais, elaboradas pelos governadores das capitanias, permitem demonstrar a necessidade de atrair mais indivíduos em tomar posse destes cargos. Em 1713, o governo de Pernambuco elabora os quadros de seus domínios, que abarcavam não apenas a capitania, como Alagoas, e as demais capitanias sob seu controle. No Rio Grande do Norte, três ofícios de justiça estavam sem proprietários, o de alcaide, escrivão da alcaidaria e meirinho do campo. Para estes, serviam temporariamente serventuários, provavelmente nomeados pelo governador ou ouvidor, enquanto não se passava provisão régia para alocar novos proprietários. Já em Itamaracá, na vila de Goiana, o escrivão do meirinho do campo estava totalmente vago, sem proprietário ou serventuário que fosse. Para a vila de Nossa Senhora da Conceição, a situação era ainda mais difícil para a completude do quadro judicial, estando vagas as propriedades de tabelião e meirinho. Ainda mais, os ofícios de escrivão da almotaçaria, inquiridor, distribuidor e contador, estes três últimos que sempre andavam juntos num mesmo agente, estavam vagos, sem proprietários ou serventuários, o que representava um atraso bastante impactante na vida burocrática daquela vila, pois eram ofícios demasiadamente práticos.

O reinado de d. João V representou um ponto de virada para esta situação de postos vagos ou de muitos serventuários alocados na burocracia do império português. Será na renovação destes postos, reafirmando e concedendo novas propriedades, criando um verdadeiro mercado, inclusive especulativo, para a venalidade destes postos, com o estabelecimento dos donativos, em 1741. Antes, nos parece correto dizer que já em 1723, quando se institui as terças, isto é, recolhimento de um terço dos rendimentos de proprietários de ofícios, a Coroa busca reamarrar as relações entre

os bens régios e seus vassallos, direcionando para um caminho onde o monopólio de ofícios deveria também representar um controle financeiro latente.

Antes, porém, a comarca de Pernambuco observou a formação de bem construídos monopólios familiares para alguns ofícios auxiliares de justiça. Houve exemplos como o da família Sá Moraes, proprietária do ofício de tabelião do público, judicial e notas de Olinda e Recife durante pelo menos noventa e três anos. Estes casos representam bem não apenas como se estabeleceu uma perpetuação dessa família no controle do ofício, suas relações com os serventuários que arrendavam ou ocupavam temporariamente o cargo, mas também denota as diversas situações que se seguiram durante a transição para o século XVIII, desde o contexto da remuneração pelas guerras de restauração, que fora o marco inicial para que o primeiro membro da família pudesse explorar o tabelionato de Olinda e Recife; mas também se observou outros conflitos políticos locais que assolaram a capitania de Pernambuco, mesmo a família tendo seguido a frente do ofício, sem maiores problemas. Para melhor compreender esta trajetória familiar que construiu seu patrimônio ligado ao poder jurídico e notarial, remontaremos suas origens e as correspondências que foram tramitadas pelo Conselho Ultramarino, na tentativa de dar resolução para algumas situações ao longo do tempo, como a passagem de dotes para as filhas mais moças e a nomeação para provisões temporárias.

O tabelionato de Olinda e Recife se liga aos caminhos da família Sá Moraes quando a propriedade do ofício é requisitada pelo capitão João Lopes Lobo como recompensa da guerra holandesa, confirmada pelo traslado que apresentou ao Conselho Ultramarino, que fora passado pelo rei D. Afonso VI ao mestre de campo Francisco Barreto²³. Aproveitava-se também que o antigo proprietário, Domingos Velho, havia falecido, pondo o posto em vacância, e que já atuava no ofício, sem qualquer nomeação formal como serventuário ou proprietário, desde 1656. Na passagem da consulta, exalta-se mais uma vez os feitos do fiel servidor da Coroa, tendo acompanhado o cerco do Arraial do Bom Jesus, a prisão, o retiro à Bahia e as duas batalhas dos Guararapes, resultando em grandes ferimentos, que lhe causaram a imobilidade de uma das mãos.

²³ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre o requerimento do tabelião do Público Judicial e Notas, capitão João Lopes Lobo, pedindo confirmação da propriedade do dito ofício. AHU_ACL_CU_015, Cx. 8, D. 739.

Exatamente por esta lesão, quem servia em seu lugar era Francisco Machado, antes e depois da formalidade da mercê da propriedade do ofício²⁴.

Dos dois filhos e quatro filhas de João Lopes Lobo, a mais velha é a que aciona o Conselho Ultramarino em 1671 para a sucessão do ofício de tabelião após a morte do pai²⁵. Dona Páscoa de Moraes requisita a propriedade do ofício para transmitir por dote a quem casar com ela, comprometendo-se a transmitir metade dos rendimentos a sua mãe e demais irmãos. Porquanto não se havia algum acordo matrimonial, pedia também a liberdade de nomear serventuário.

Até o ano de 1724 o ofício se encontrava nas mãos de Calisto Lopes Lobo, cujo parentesco com dona Páscoa de Moraes não pode ser definido, mas que acreditamos que lhe seja filho. Pelo falecimento deste, sua esposa, Isabel de Sá, resolve alterar as formalidades costumeiras que se seguiam para os proprietários deste ofício auxiliar de justiça. Como sempre se seguia, os filhos mais velhos poderiam requerer a transmissão da mercê, tendo os homens a prioridade nestes requerimentos. A definição de Isabel de Sá é, na verdade, renunciar e doar a propriedade do ofício para sua filha mais nova, Madalena de Sá Moraes, em detrimento de Maria de Sá Moraes, para reforçar seu dote, num disputado mercado matrimonial²⁶. O casamento acontece com Teodósio Nunes, quatro anos depois, pelo tempo que passou os três anos em que o ofício esteve ocupado por serventia²⁷. No entanto, em 1740, a morte do marido leva Madalena de Sá e Moraes a acionar novamente o Conselho Ultramarino, dessa vez para pedir a renúncia de seu ofício, tal como sua mãe o fizera anos antes, mas, dessa vez, privilegiando sua filha mais velha, Maria Madalena de Sá Moraes, ao invés da filha mais nova Rosa Tereza da Cunha²⁸. Este último requerimento demandava

²⁴ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre o requerimento do proprietário do ofício de tabelião do Público Judicial e Notas de Olinda, João Lopes Lobo, pedindo provisão para Francisco Machado continuar como serventuário do dito ofício, pagando a pensão que até então pagava. AHU_ACL_CU_015, Cx. 9, D. 815.

²⁵ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre o requerimento de Moraes, pedindo a posse do ofício de tabelião do Público Judicial e Notas de Olinda que foi do seu pai João Lopes Lobo. AHU_ACL_CU_015, Cx. 10, D. 928.

²⁶ REQUERIMENTO de Isabel de Sá, viúva de Calixto Lopes Lobo, ao rei [D. João V], pedindo para repassar a propriedade do ofício de Tabelião do público, judicial e notas da cidade de Olinda e vila do Recife, que pertence a seu finado marido, para sua filha Madalena de Sá Moraes. AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2786.

²⁷ REQUERIMENTO da proprietária do ofício de tabelião do público judicial e notas de Olinda, Madalena de Sá Moraes, ao rei [D. João V], pedindo faculdade para nomear serventuário para o dito ofício. AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2799.

²⁸ REQUERIMENTO da proprietária do ofício de Tabelião do Público Judicial e Notas de Olinda, Madalena de Sá e Moraes, ao rei [D. João V], pedindo alvará para poder renunciar o seu ofício em favor de quem casar com sua filha mais velha, Maria Madalena de Sá, e Moraes, pagando os direitos do primeiro encarte do seu falecido marido, Teodósio Nunes de Sousa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 56, D. 4831

bastante pressa, tendo em vista que o procurador da Coroa não havia registrado a mercê da propriedade para seu marido falecido, Teodósio Nunes, ficando ameaçada de não receber os rendimentos, além do estado de pobreza que alegava estar vivendo. Por isso, os direitos que não foram pagos por seu marido, deveriam ser empenhados por quem casasse com sua filha, tomando posse do ofício.

Por fim, Maria Madalena de Sá Moraes toma posse do ofício em 1748, nomeando serventuário para ocupar seu lugar enquanto não realizasse matrimônio. O nome escolhido foi o do tenente Vicente Gurjão, figura bastante articulada e de currículo logo no serviço do funcionalismo local, visto que passaria dez anos no cargo e não acumulou apenas a serventia do tabelionato do público, judicial e notas de Olinda e Recife, mas também atuou em outras funções como o de escrivão do Crime e de juiz da balança da Alfândega do Recife, cargo de importância e de boas possibilidades de emolumentos e propinas²⁹.

A trajetória desta família segue uma linhagem feminina, o que significava uma relação bastante pautada na transmissão pelo dote. O papel destas herdeiras não ficava apenas na aceitação da passagem do ofício para seus maridos, mas agiam conforme a necessidade de se empossar, renunciar em favor de suas filhas, enriquecer a premiação matrimonial e principalmente de estabelecer relações de favorecimento e arrendamento quando pedem a autorização régia para obter a liberdade de nomear um serventuário, o que significava um considerável poder de trocar favores e receber as pagas das serventias, quando mexia com os interesses de personagens como Vicente Gurjão, um sujeito que indubitavelmente buscava ascender cada vez mais na burocracia colonial, desempenhando uma carreira em diversas ocupações.

A viuvez e a construção do dote permitiam que estes serventuários acabassem se tornando ancoradouros para que estas mulheres pudessem continuar na propriedade do ofício e recebendo seus rendimentos, isto é, as terças partes dos ganhos anuais. Eles surgiam quando se precisava manter a propriedade em posse feminina, de acordo com os interesses familiares, e eram

²⁹ DECRETO do rei D. João concedendo a Vicente Gurjão o ofício de juiz da Balança da Alfândega da capitania de Pernambuco. AHU_ACL_CU_015, Cx. 68, D. 5732.

REQUERIMENTO do escrivão e tabelião do Público Judicial e Notas de Olinda, tenente Vicente Gurjão, ao rei [D. João V], pedindo provisão para servir por mais um ano no dito ofício, de que é proprietária Maria Madalena de Sá e Moraes. AHU_ACL_CU_015, Cx. 70, D. 5882.

REQUERIMENTO do escrivão do Crime e tabelião do Público Judicial e Notas de Olinda e do Recife, Vicente Gurjão, ao rei [D. José I], pedindo provisão para continuar na serventia do dito ofício por mais um ano. AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6623.

rapidamente substituídos pela resolução dos acordos matrimoniais, como foi o caso de Teodósio Nunes. Porém, as serventias que apareciam nas mãos da família Sá Moraes representavam uma grande possibilidade de articular diversos sujeitos comprometidos na atuação de tabelião, visto os ganhos possíveis. Embora houvesse grande número de dúvidas em relação às contas, para se ter uma noção destes rendimentos, uma lista de cargos em vacância, elaborada em 1725, demonstrava que o ofício de tabelião de Sirinhaém conferia 120\$000, tendo que pagar quarenta mil réis de terças³⁰. Porém, um requerimento do próprio tabelião, Manoel Souza Teixeira põe em xeque o valor do tabelionato de Olinda que estaria postado na Chancelaria do Reino por 180\$000, um pouco mais alto do que Sirinhaém, porém, valeria na verdade 500\$000, o que lhe provocava grande prejuízo, pois esperava das terças partes deste rendimento um valor bem maior que o registrado³¹. A defasagem de informações poderia ser, inclusive, uma estratégia do tabelião para aumentar sua taxa de recebimento, tendo em vista que a queixa é registrada cinco anos após a elaboração da lista, em 1730.

Os valores possíveis iam muito mais além do que se registrava nestes levantamentos de ofícios ou outros documentos formais. O interesse financeiro maior na ocupação dos ofícios auxiliares de justiça estava na possibilidade de acumular emolumentos, taxas e outros ganhos intrínsecos ao cotidiano da ocupação pretendida. Para alguns ofícios de justiça, o registro de presos, recolhimento de testemunhos, folhas corridas e outros tipos de obrigações acabavam rendendo pequenas quantias que, somadas anualmente, poderiam instigar bastante os serventuários ou proprietários.

Para os fatores de impacto social e político que significavam um ofício auxiliar de justiça, a administração processual e executiva dos despachos, autos criminais e demais ações do meio jurídico importava, pois representavam parcelas de poder e autonomia de alterar, subornar, pausar, anular entre outros tipos de ações que subvertiam os próprios ritos da justiça, modificando em favor pessoal ou de terceiros, o que era de necessidade para certas figuras envolvidas em algum tipo de transgressão. Desta maneira, nada mais natural que a relação entre o tabelionato de Olinda e a

³⁰ CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], D. Manoel Rolim de Moura, ao rei [D. João V], remetendo relação dos ofícios vagos para que a Fazenda Real possa cobrar a terça parte dos rendimentos deles aos seus serventuários. AHU_ACL_CU_015, Cx. 32, D. 2917.

³¹ OFÍCIO de Gaspar Salgado ao secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre, sobre o requerimento de Manoel Sousa Teixeira, pedindo nova avaliação dos rendimentos dos ofícios de tabelião do Público, Judicial e Notas de Olinda e Recife, de que é proprietário. AHU_ACL_CU_015, Cx. 40, D. 3650.

família Sá Moraes fosse pautada não apenas no objetivo de arrancar alguma quantia financeira do arrendamento, nomeando serventuário para ocupar seu lugar, mas também se destacar na posse de um ofício de categórica importância para o registro notarial e judicial da edilidade.

Não podemos demonstrar aqui as especificidades da abrangência política que possuíam as mulheres da família que conduziram o cargo de tabelião durante tantas décadas, mas acreditamos que existia um considerável poder de articulação social com demais figuras locais, indubitavelmente a vereança olindense, além de demais agentes das outras áreas da administração régia. A própria existência do Vicente Gurjão, mais uma vez citado, envolvido no tabelionato e na Alfândega do Recife, poderia indicar que existia ali uma frutífera parceria, não se pode afirmar se fora buscada por ele, motivada por objetivos de carreira, ou foi a proprietária do ofício, Maria Madalena de Sá Moraes, que mobilizou sua nomeação. Não se pode definir até mesmo se havia uma relação de subordinação e favorecimento político, após um considerável espaço de tempo ocupando a vaga da propriedade do cargo. Sabemos, no entanto, que foi concedida a liberdade nomeação para a serventia, o que pode indicar alguns caminhos percorridos pela possuidora do ofício de tabelião. Bastaria saber até onde alcançava o poder de barganha de quem possuía uma ocupação auxiliar, mas ao mesmo tempo de notória e de primordial importância.

Considerações finais

Os cargos auxiliares de justiça, tanto das ouvidorias como das câmaras, demonstram que não apenas os rendimentos, mas toda a conjuntura de poder e arbitrariedade que possuíam instigavam a ocupação destes quadros do funcionalismo local do império ultramarino português por sujeitos devidamente motivados para usufruir das prerrogativas jurídicas, das articulações sociais e dos ganhos financeiros que poderiam dispor.

Não apenas de maneira individual, a apropriação familiar não modelava apenas os acessos e partilha do poder para vultuosos cargos diretivos, mas também acabava patrimonializando todos os demais ofícios da esfera da justiça local. A afirmação social era devidamente exercida na ocupação dos ofícios auxiliares, neste caso, na propriedade destes, o que juntamente impulsionava

a solidificação das bases familiares, reforçando acordos através das relações matrimoniais, que poderia gerar uma dinâmica de ascensão social fundamental para algumas famílias.

Dessa forma, a garantia da propriedade de um ofício de justiça como dote de casamento contribuía, assim, para que novos acordos pudessem ser estabelecidos, iniciando uma nova teia de interesses e aproximações familiares, girando em torno desta parcela do poder da justiça régia em âmbito local, num cenário bastante proveitoso para estes rearranjos sociais, como era o cenário pernambucano na virada do século XVII para o XVIII.

Referências

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino:

AHU_ACL_CU_015, Cx. 7, D. 626.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 8, D. 739.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 9, D. 815.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 10, D. 928.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2786.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2799.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 56, D. 4831.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 68, D. 5732.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 70, D. 5882.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 80, D. 6623.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 32, D. 2917.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 40, D. 3650.

Bibliografia

BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FRAGOSO, João & GOUVEIA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos – A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

CHATURVEDULA, Nandini; STUMPF, Roberta (Org.). *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

GALLO, Alberto. La venalidad de ofícios públicos en Brasil durante el siglo XVIII. In: BELINGERI, Marco. *Dinámicas de Antiguo Régimen y orden constitucional: representación, justicia y administración en Iberoamérica, siglos XVIII-XIX*. Turin: Otto Editore, 2000.

GUEDES, Roberto (Org.). *Dinâmica Imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séculos XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Às vésperas do Leviathan – Instituições e poder político em Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

79

HESPANHA, Antônio Manuel. *Direito Comum e direito colonial*. In: *Panóptica, ano 1, n. 03*. 2006.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecillitas – As Bem-aventuranças da Inferioridade nas Sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

HESPANHA, Antônio Manuel. *História das Instituições – Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.

KRAUSE, Thiago Nascimento. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641 – 1683)*. 2010. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DA OBRA “ACULTURAÇÃO NEGRA NO BRASIL” DE ARTHUR RAMOS (1942)

AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND CULTURE, IDENTITY AND RESISTANCE: AN ANALYSIS OF THE WORK “BLACK ACCULTURATION IN BRAZIL” BY ARTHUR RAMOS (1942)

Rafael Mello da Luz
Graduando em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Fundação Carlos Chagas

Resumo: O presente artigo analisa a obra “Aculturação negra no Brasil” do Antropólogo brasileiro Arthur Ramos, publicada em 1942. A seguinte obra é considerada um marco importante na carreira de Ramos e até mesmo nos estudos da antropologia no Brasil, principalmente para as discussões em torno da valorização da cultura afro-brasileira e para os embates sobre a propalada “democracia racial”, a qual ganhava cada vez mais notoriedade a época. No artigo, busco compreender melhor os aspectos culturais que embasavam os estudos antropológicos do médico e que deram resultado a uma leitura da questão racial de recorte brasileiro com uma visão muito específica sobre como a cultura se disseminou entre os africanos escravizados que se tornaram livres e também o impacto significativo que isso tem na história da população negra do Brasil.

80

Palavras-chave: Arthur Ramos; Aculturação negra; História da Antropologia; Identidade; Raça.

Abstract: This article analyzes the work “Black acculturation in Brazil” by the Brazilian anthropologist Arthur Ramos, published in 1942. The following work is considered an important milestone in Ramos' career and even in the studies of anthropology in Brazil, mainly for the discussions around the valorization of Afro-Brazilian culture and the clashes over the so-called “racial democracy”, which was gaining more and more notoriety at the time. In the article, I seek to better understand the cultural aspects that supported the anthropological studies of the doctor and that resulted in a reading of the racial issue of Brazilian scope with a very specific view on how culture was disseminated among the enslaved who became free and also the significant impact this has on the history of Brazil's black population.

Keywords: Arthur Ramos; Black Acculturation; History of Anthropology; Identity; Race.

Introdução

Esta pesquisa procura compreender os estudos e debates de Arthur Ramos em torno da antropologia da cultura afro-brasileira, levando-se em consideração o período entre os anos 1930 e

1940. Importante lembrar aqui que esse período foi muito rico para o debate antropológico entre os intelectuais brasileiros, tendo como expoentes autores como Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), Arthur Ramos (1903-1949) e Gilberto Freyre (1900–1987), este último responsável pela publicação, em 1933, de “Casa Grande & Senzala”, uma das obras mais emblemáticas do pensamento intelectual brasileiro. Compreender que os debates levantados por Arthur Ramos significam olhar para um contexto mais amplo de produção da antropologia e do debate sobre raça, cultura e identidade no Brasil.

Quanto ao período analisado, compreendemos que no Brasil, no sentido antropológico da discussão, cada vez mais ficava “contra a parede” no debate antropológico, no sentido de não poder ignorar as vozes oprimidas, que por sua vez passavam a conquistar espaços em sua luta contra o racismo. Ao mesmo tempo, a antropologia brasileira dos anos 1930 e 1940 também incorporava os avanços de uma nova antropologia, sobretudo aquela inspirada na tradição de Franz Boas (1858-1942), considerado o pai da Antropologia Cultural e também o primeiro criador de um doutorado em Antropologia nos Estados Unidos, em torno do qual se formou uma geração de jovens antropólogos (ROCHA; PEREIRA, 2017). Vale destacar que Boas foi referência importante nos estudos antropológicos aqui no Brasil, que deu abertura para o pensamento que há muito era trabalhado por Arthur Ramos, mas que vem a ser mais reconhecido pelas obras de Gilberto Freyre.

Logo, compreendemos a forma como todas essas problemáticas e discussões do período encontram abrigo nos escritos de Arthur Ramos, especialmente em seu livro “Aculturação Negra no Brasil”, publicado em 1942 e que é analisado com mais detalhe neste artigo. Mas é preciso entender também que a fonte nos mostra, além das discussões raciais, um parâmetro equivocado sobre trabalhos científicos produzidos no Brasil, como apresentou Luana Tieko Omena Tamano ao ressaltar o papel criativo dos usos das ideias, conceitos e teorias antropológicas pelos intelectuais brasileiros. De acordo com a autora, “o Brasil (e num contexto mais amplo, a América Latina), como país colonizado, sempre foi visto como mero receptor de teorias e postulados científicos das metrópoles, na relação metrópole-periferia” (TAMANO, 2011, p.31).

Com isso, pretendemos mostrar também que Ramos, como um intelectual comprometido com o campo científico, teve um papel importante em colocar o Brasil no mapa de produção científica na área da antropologia, não mais apenas como receptor, mas também como produtor de trabalhos científicos. Vale destacar que, a partir do final dos anos 1940, Ramos foi convidado pela

Unesco para liderar um amplo debate sobre raça e racismo, tendo em vista a necessidade de refletir sobre as mazelas produzidas pelo racismo nas primeiras décadas do século XX. Embora a morte prematura de Ramos em 1949 tenha abreviado a sua atuação na Unesco, seu legado foi uma marca importante na instituição e nas discussões antropológicas do período (MAIO, 2000).

Neste sentido, este trabalho busca compreender a obra e o diálogo de Arthur Ramos com os debates raciais do seu tempo, especialmente as discussões sobre identidade e aculturação africana no Brasil. Procuramos entender a figura de Ramos não como um sujeito com uma linha direta e consciente no debate racial, mas como um homem branco, de sua época e que foi se letrando racialmente conforme sua trajetória foi ascendendo até o posto de um dos maiores intelectuais do Brasil.

Considerações iniciais

Este trabalho utiliza como fonte principal de pesquisa o livro “Aculturação negra no Brasil”, do antropólogo e médico Arthur Ramos, que teve sua primeira edição publicada no ano de 1942. A obra representa o que seria a segunda fase da trajetória de Arthur Ramos, onde ele passa cada vez mais a adentrar nos estudos sobre a emergente antropologia cultura, muito influenciado pelos estudos de Franz Boas e Ruth Benedict (1887 - 1948), bem como do antropólogo Melville Jean Herskovits (1895 - 1963), com o qual Ramos trocou correspondências entre os anos de 1935 até 1949. Podemos então compreender, que a fonte dessa pesquisa é traço importante da trajetória intelectual de Ramos, pois a mesma demonstra a preocupação científica e cultural do autor perante os seus estudos da cultura africana e afro-brasileira.

Como metodologia de análise, partimos das referências da metodologia da história intelectual. Podemos compreender a história intelectual como uma história que transita por diversas perspectivas de análise, muito relacionada a história das ideias, a história dos intelectuais e, mais atualmente, inclusive com a história social e cultural. A história intelectual emergiu especialmente a partir dos anos 1930, no processo de abertura criado tanto pela Escola dos *Annales* quanto pela renovação da tradicional história das ideias, o que permitiu a formação de um campo autônomo e bastante promissor na historiografia mundial (DARNTON, 1990). Conforme destaca o historiador francês Jean-Fraçois Sirinelli, a história intelectual, ou a história dos intelectuais, como chama a

tradição francesa, “tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 1988, p.232).

Essa metodologia permite compreender as ideias e a escrita de Arthur Ramos como conectadas com o mundo científico, com a sua sociabilidade intelectual, mas também com o mundo social e político do qual participava como intelectual e ator social. Escrita essa que foi realizada por meio de diversos processos de aprendizagem e, principalmente, da absorção de conhecimentos, tanto por meio dos estudos etnográficos quanto da leitura e do diálogo com as ideias e linguagem que formataram o campo da antropologia e dos debates políticos do período. Compreender a escrita e seu diálogo com o mundo da política é compreender que Ramos foi capaz de juntar suas ideias a um discurso de construção, assim como Jean-François Sirinelli nos apresenta a seguir:

Entre o coro dos intelectuais e a peça cheia de “clamor e fúria” que é representada na frente do palco, urdiram-se relações complexas, cuja observação toca o âmago do político e faz, portanto, dessa história dos intelectuais uma história a seguir, em todos os sentidos do termo. (SIRINELLI, 1988, p. 262).

Devemos, então, nos apropriar das análises de Robert Darnton, que compreendia que a história intelectual se apresentava por meio da história social, cultural e das ideias. Aqui nos atemos mais a forma como a história intelectual e a cultural dialogam, logo que Darnton compreende “a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários)” – “e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas)” (DARNTON, 1990, p. 187). Sendo assim, se apresenta de maneira muito valorosa para essa pesquisa, podermos analisar a fonte por meio do clima de opinião apresentado na fonte em conjunto ao estudo antropológico promovido por Arthur Ramos.

Ao mesmo tempo, o presente trabalho se dispõe tanto da análise da trajetória de Arthur Ramos, quanto da sua obra. Podemos compreender que seguimos aqui pela história intelectual e, mais precisamente, no método de análise da trajetória, exige alguns cuidados para não tomar a trajetória intelectual como homogênea e linear. Sendo assim, pensar através dos escritos de Pierre Bourdieu, em seu memorável texto sobre “A Ilusão biográfica”, que permite problematizar as situações nas quais devemos estar atentos ao fazer o estudo de trajetórias e biografias de intelectuais:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si só suficientes de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação de um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô, sem levar em conta a estrutura de rede. (BOURDIEU, 1996, p. 189).

Pensando ainda por meio das ideias de Bourdieu, vamos compreender que a trajetória de Ramos não é reta, com um objetivo claro e que é atingido de forma proposicional, mas sim que ele é um agente social, cidadão histórico que foi moldado por meio desses acontecimentos, como o próprio Bourdieu nos lembra: Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU, 1996, p. 190).

Neste sentido, Bourdieu chama a atenção para a necessidade de compreender as trajetórias intelectuais também por meio da história social. Assim, em conjunto com a metodologia de estudo de trajetórias, potencializa o nosso poder de percepção de transformação ideológica e literária do autor da obra aqui estudada. Isso permite analisar a fonte por uma perspectiva tanto da macro-história quanto da micro-história, tanto coletiva quanto individual.

Identidade e cultura: um debate primordial na obra “Aculturação Negra no Brasil”

Os escritos de Arthur Ramos têm uma importância fundamental na história da antropologia no Brasil, pois através dele podemos compreender as formas com que os pensamentos dos abolicionistas se transformaram e se perpetuaram ao longo do período da escravidão e, especialmente, no processo de pós-escravidão. É necessário trazer para a análise desta fonte outros autores e debates para que possamos, desta maneira, compreendê-la e problematizá-la de uma maneira mais adequada. Logo, com isso, podemos compreender de forma inicial a importância do poder das ideias e como isso impacta tanto na obra de Arthur Ramos e de sua geração quanto para a nossa época.

Para isso, se faz necessário que primeiro compreendamos o que temos sobre o conceito de “identidade”, discussão na qual se destaca o nome de Stuart Hall (1932-2014) em seus estudos sobre o tema. Hall, em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade”, de 1992, nos entrega

uma análise da construção da identidade ao longo do tempo, por meio de três concepções da ideia, que são a de sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. Essas mesmas concepções, nos apresentam de uma forma simplificada como se dá essa mudança, de um sujeito do Iluminismo, que era unicamente individualizado e masculino, para um sujeito sociológico que passa a sofrer com os questionamentos de seu tempo e, por fim, acaba no sujeito pós-moderno, cuja identidade é móvel (HALL, 1992, p. 8-10).

No entanto, nesse ponto da pesquisa, e para compreender melhor o contexto ao qual Ramos estava inserido, assim como as ideias escritas por ele, vamos nos ater a princípio nas ideias de sujeito iluminista e sociológico. Adentrando mais precisamente na análise e na temporalidade na qual a fonte e o autor se inserem. No capítulo “O espírito associativo do negro brasileiro”, Arthur Ramos procura compreender as formas como a cultura Afro-brasileira foi se disseminando em território nacional, principalmente se valendo da observação e dos conteúdos que tinha a mão sobre os negros escravizados do Brasil.

Ramos é muito direto e pontual quanto a se tratar das problemáticas que envolviam o negro e a inserção do mesmo no Brasil, porém, ele conseguia fazer isso por meio de uma análise cultural do problema, assim como o mesmo apresenta no seguinte trecho:

Os negros que entram no Brasil e em outras partes do novo mundo com o tráfico de escravos pertenciam a vários grupos de cultura. A sabedoria popular não distinguiu as diferenças étnicas e culturais dos negros aqui introduzidos. E isto foi um preconceito “branco”. Uma denominação comum englobou a todos: “negro”, “preto”, “peça da índia”, “Negro da Guiné”, “fôlego vivo”, etc. E no entanto, há tanta diferença entre eles, como no europeu, entre um francês e um alemão. (RAMOS, 1942, p. 117).

Fazendo uma ligação direta das ideias de Hall com os escritos de Ramos, aqui podemos compreender que, com “preconceito branco”, Arthur Ramos fazia o que mais a frente Hall apontaria como um sujeito iluminista, aquele que se vê e se identifica culturalmente através de si mesmo e de sua cultura.

Ao mesmo tempo, precisamos, aqui, compreender melhor o que Ramos enxergava por toda essa situação. Ainda no capítulo I, Ramos explica: “O meu intuito é demonstrar agora que o Negro não foi introduzido ao Brasil, e em outras partes da América, como um elemento humano isolado, mas como o representante de um grupo de cultura” (RAMOS, 1942, p.118). Para Ramos, o problema era direto e claro, a imersão do negro escravizado no Brasil, a qual havia sido feita por força e por meio da escravização, havia de ser um grande problema do presente e do futuro (o qual

também compreendia que logo seria afetada também em um problema do passado, quando se trata de um problema cultural da mesma). O autor compreendia, já a época, os problemas de se unificar uma cultura inteira, seja nas problemáticas de confrontos entre os povos negros escravizados, que aqui eram obrigados a conviver juntos, mesmo que em sua terra estivessem em guerras, tanto quanto no quesito puramente cultural e de apagamento desses sujeitos e culturas.

Dentro dessa mesma ideia de Ramos, podemos compreender como diversas lideranças negras já apontavam (até antes de Arthur Ramos) essa problemática e a compreendiam de uma maneira muito objetiva. Uma dessas lideranças (apesar de que forma póstuma e posterior a Arthur Ramos) foi Abdias do Nascimento (1914-2011), que em seu livro “O genocídio do negro brasileiro: processo de Racismo Mascarado”, publicado em 1978 (relançado em 2016), no qual já apresentava uma visão ainda mais crítica e pontual sobre o mesmo problema. Se Ramos o identificou, Abdias já encaminhava a discussão para a resistência e o resultado do mesmo, assim como vemos no trecho:

As pressões culturais da sociedade dominante, embora seus propósitos e esforços, não conseguiram, entretanto, suprimir a herança espiritual do escravo, como ocorreu nos Estados Unidos onde apenas sobreviveram alguns elementos culturais. Mas essa incapacidade de aniquilar definitivamente a vitalidade cultural africana que se expandiu por vários setores da vida nacional não pode ser interpretada como concessões, respeito ou reconhecimento por parte da sociedade dominante (ABDIAS, 1978, p.101).

Retomando o debate, agora que conseguimos compreender a ideia que Ramos tinha e também podemos dialogar com os escritos de Abdias do Nascimento, vamos compreender de maneira mais política, social e cultural a forma como a identidade do negro foi, por muito tempo, um tema preocupante e que se via com um olhar estranho pela classe dominante ou pelas pessoas brancas. Como evidenciado pelo autor, na fonte dessa pesquisa, o ato de unificar a cultura africana não era uma ação sem fundamento, uma vez que foi feita justamente para que houvesse uma dificuldade na identificação dos mesmos e daqueles que viriam posteriormente. Já Abdias nos apresentou que houve resistências e que por muito foi combatido.

Dentre os atos que o sistema brasileiro teve para com a população negra para o esfacelamento cultural, um dos mais conhecidos foi a queima de arquivos direcionados à escravidão, que estavam em repartições públicas do Ministério da Fazenda, ordem a qual foi dada pelo então ministro Rui Barbosa, na data de 14 de dezembro de 1899. Abdias escreve sobre isso da seguinte maneira:

Anteriormente já tivemos ocasião de mencionar o ato de 1899 do Ministro das Finanças Rui Barbosa, ordenando a incineração de todos. Os documentos - inclusive registros estatísticos, demográficos, financeiros, etc- pertinentes à escravidão, ao tráfico negreiro, e aos escravos; assim se pagaria a "mancha negra" da História do Brasil. Como consequência lógica desse fato não possuímos hoje os elementos indispensáveis a compreensão e análise das experiências africana e de seus descendentes no país. Similarmente negativa se revela (ABDIAS, 1978, p.78).

Esse foi apenas um dos inúmeros atos cometido pelo estado brasileiro na sua luta incansável pela destruição da identidade cultural do negro brasileiro. Mas sem dúvida uma das práticas mais comuns desse apagamento de identidade se deu, com a criação da ideia de um escravizado “manso” e que não se rebelava. Era comum essa representação de um negro que condizia com os padrões que o branco o impunha, que não pensava, não reagia e muito menos reagia, e que, principalmente, não havia feito nada de histórico ou de importante.

Ramos foi muito direto no trato dessas questões, começando aqui pela discussão sobre o apagamento do negro na história do Brasil. O autor acaba sendo muito lúcido ao trazer passagens históricas onde as figuras negras foram apagadas. Uma delas que merece destaque é certamente o caso dos Zuavos Baianos, conhecida companhia negra que lutou na guerra do Paraguai e que por muito foi esquecida. Conforme escreve Ramos:

Houve lutas e garrafadas famosas, que fizeram da capoeira o símbolo do indivíduo vadio e turbulento. Mas o capoeira provou o seu valor em muitas oportunidades. Na guerra do Paraguai, muitos batalhões de capoeiras alistaram-se espontaneamente e combateram com bravura, como o prova o exemplo dos Zuavos Baianos, no assalto ao forte Cazurú. (RAMOS, 1942, p. 128).

Tema pouco visitado por historiadores, as campanhas negras são de extrema importância para a Guerra do Paraguai, tanto por seus atos quanto por demonstrarem uma grande inabilidade do Brasil em lidar com as questões raciais. É intrigante pensar que no período em que a guerra ocorreu, entre 1864 e 1870, o Brasil era a maior sociedade escravista das Américas, o que demonstra a complexidade da política racial e a naturalização do regime escravista. Conforme explica Hendrik Kraay:

A experiência desses soldados, e principalmente a dos seus oficiais, cuja atuação militar pode ser seguida em diversas fontes documentais, revela a complexidade da política racial do Estado brasileiro, que recorreu à mobilização de homens negros, mas não aceitou a identidade racial implícita no ato de organizar companhias negras (KRAAY, 2012, p. 132).

Entendendo, então, que os negros sofrem um apagamento histórico e social nos livros de história, agora podemos nos voltar diretamente para a ideia que a branquitude criou de um negro e escravizado, que tinha por objetivo inibir qualquer ideia revolucionária ou de simples incitação a revolta, logo que sabiam que eram em menor número e que apesar das armas de fogo, sem o controle da situação poderiam acabar facilmente derrotados. Sobre isso, Ramos foi muito categórico quando afirmava: “A lição histórica mostra-nos, do outro lado, que o negro não foi esse tipo dócil, cheio de submissão e incapaz de reagir. É verdade que o tipo de Pai João, manso e humilde, perpassa muitas vezes diante dos nossos olhos, mas isto não é a regra” (RAMOS, 1942, p. 132).

Com isso, Ramos passou a trabalhar também as revoltas que os negros escravizados provocaram, revoltas essas que começaram desde os embarques nos navios, durante as travessias, dentro das senzalas e principalmente nos quilombos. Com isso, o autor procurava mostrar que de fato a figura do dócil não cabia a aqueles escravizados, mas que, antes, foram um povo de luta, tal qual eram em suas terras natais (RAMOS, 1942).

Muitas foram as revoltas dessa época. Podemos pegar como exemplo a figura do líder quilombola Benedito Meia-léguas, conhecido por ter invadido diversas fazendas e libertado diversos africanos e africanas escravizados, tudo isso usando de uma genialidade e de estratégias as quais deixavam os escravagistas confusos. Conforme conta Ale Santos em seu livro “Rastros de Resistência: Histórias de luta e liberdade do povo negro”:

Benedito reunia grupos de negros insurgentes e aterrorizava os fazendeiros escravagistas da região: invadia a senzala, libertava outros negros e saqueava e provocava verdadeiros prejuízos aos racistas. Contam que ele era um estrategista ousado e criativo. Uma de suas táticas era criar grupos pequenos para evitar capturas e atacar fazendas diferentes ao mesmo tempo. A genialidade de seu plano era que o líder de cada grupo se vestia exatamente como Meia-Légua, e quando um deles sofria o infortúnio de ser capturado, o verdadeiro reaparecia em outras rebeliões. (SANTOS, 2019, p.50).

Como Santos nos mostra, não eram apenas revoltas que aconteciam do nada, eram planejadas, feitas por lideranças negras que passavam muito longe da ideia de bestialidade e ignorância que era atribuída a eles, demonstrando uma inteligência que era fora do comum a sociedade dominante da época.

Grande parte do incentivo em se bestializar a figura do negro (e consequentemente o deixá-lo sem identidade) se dava a tal ponto de se retirar qualquer traço humano de sua existência. Por

muito se foi acreditado, inclusive pela própria população negra, de que seus ancestrais não possuíam capacidade organizacional e nem inteligência (ideia essa que já é quebrada com o relato anterior de Meia-léguas). Quanto a isso, Ramos é muito inteligente e apresenta ao seu leitor um retrato do quilombo de Palmares, demonstrando, através de um retrato econômico do mesmo, a sua complexidade e grandeza de organização:

A organização econômica era perfeita. Os negros mantinham relações comerciais com os moradores das vilas vizinhas, levando os seus produtos da lavoura, de cana, banana, feijão, etc, e trocando-os pelos artigos de que necessitavam, como tecidos, instrumentos, armas e munições. Os negros eram recebidos sem desconfiança e os negociantes atestavam a probidade com que se comportavam. Quando a luta se desencadeou contra eles, tornaram-se precavidos e enviavam agentes secretos, que ficaram sendo intermediários dos seus negócios. (RAMOS, 1942, p. 139).

É de fato muito interessante analisar a forma como Ramos era científico e tinha um compromisso inegável com a retratação da história que via, logo que aqui estamos tratando, tanto de formação de uma identidade cultural, quanto do apagamento da mesma.

Agora, voltando a questão histórica, podemos perceber como, já a época de 1940, existiam estudos e documentos que comprovavam ações de africanos e africanas escravizados contra seus senhores, da ação de quilombos na libertação dos mesmos e como a sua estrutura era significativamente complexa e que nada era “primitivo” naquelas que eram atacadas e por anos resistiram a tudo e a todos.

Encaminhando para a conclusão desse subtítulo, podemos tomar por evidente que Ramos olhava para a criação de identidade, tal qual conceitua Stuart Hall (1992). Mais à frente viria dizer como um sujeito sociológico, logo que esses ex-escravizados, quando passavam a fugir das fazendas ou mesmo conseguiam sua carta de liberdade, passavam a conviver em um mundo muito diferente ao qual estavam acostumados, um mundo o qual era datado nas diferenças, divisões e, principalmente, antagonismos (HALL, 1992), e passavam a ter de se encontrar dentro das mesmas.

Ainda quanto a questão cultura-identidade, creio que fica evidente a forma como Ramos foi crítico ao modo como a história foi conduzida no Brasil, não simplesmente como a mesma foi feita, mas principalmente como ela era contada. Ramos deixa claro o seu descontentamento com o abusivo e demasiado apagamento cultural das figuras negras, as quais julgavam de uma importância enorme não apenas para a formação de uma identidade afro-brasileira, mas da formação da própria identidade brasileira como um todo.

O mito da abolição de Isabel e as juntas negras

Ao que compreendemos, pela história da cultura afro-brasileira, tanto quanto e mais ainda da população preta em terras brasileiras, compreendemos que a música é um ato de resistência para os mesmos. Contudo, muitas vezes não se compreende a sua raiz ou de onde se veio, por isso vem a importância de se olhar para o que Arthur Ramos, na fonte desta pesquisa, chamou de “juntas negras”. Compreender o caráter de formação de luta e de impulsionamento que essas juntas tiveram, descambando e iniciando com um projeto abolicionista, é parte essencial para a discussão cultural e racial presente na obra. De acordo com Ramos:

Foram muitos os grupos recreativos do Negro, do Brasil. Nas plantações e nas cidades, eles se reuniam frequentemente, durante o tempo da escravidão e depois dele. As rodas de samba e de batuque, as sobrevivências de muitos autos cerimoniais de caça, guerra e amor... encheram a sua vida em outras terras. (RAMOS, 1942, p. 126).

O antropólogo compreendia que as juntas negras eram de fato a raiz primordial de toda a luta abolicionista que viria acontecer mais a frente e, mais do que isso, um fator cultural que seria um dos pilares principais na construção de uma identidade cultural dos mesmos. Mas agora tratando precisamente de como o abolicionismo é formado nas juntas. Para isso, primeiro precisamos voltar alguns passos e compreender a forma como elas se davam e o caminho traçado pelas mesmas que não ficaram reclusas as senzalas, como mostrado na citação anterior, mas que ganharam forma o poder conforme ia aumentando, como o antropólogo nos mostra:

Foram assim constituídas as reuniões de negros ou juntas, que, por ser o objetivo principal a compra da carta de liberdade, passaram a ser chamadas juntas de alforria. Os escravos reuniam-se nestas juntas, sob a chefia daquele que inspirasse mais confiança. O tesoureiro da caixa de empréstimo, isto é, o encarregado da guarda do dinheiro que os escravos iam depositando anotava as quantias recebidas por um sistema especial de registro e anotação, pois não tinham escrituração. Estas anotações eram feitas por meio de incisões num bastonete de madeira, que cada contribuinte possuía. (RAMOS, 1942, p.124).

Como o autor nos apresenta, as juntas negras, a princípio, já se reuniam com o objetivo da libertação de negros e negras escravizados e por um meio da compra de alforria. É perceptível que havia demasiada organização, objetivo e coerência entre os mesmos, ainda que estivessem em

situação em tão e óbvia desvantagem, conseguiam entre os seus procurar uma maneira onde todos compreendiam o seu funcionamento e poderiam fazer parte da mesma.

O Brasil possui diversos nomes abolicionistas, muitos deles hoje são símbolos da luta contra o 13 de maio e sobre a falsa libertação promovida pela princesa Isabel. Entre nomes famosos, como André Rebouças, Luiz Gama, José do Patrocínio, Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar), Francisco de Paula Brito, entre tantos outros nomes que, por vezes, se não quase sempre, são esquecidos quando se conta a história de um Brasil preto que se tenta tornar o mesmo branco e entregando toda uma luta ancestral em mãos erradas, sem dar o devido crédito e reconhecimento histórico a aqueles que a merecem.

No entanto, Ramos faz uma crítica forte e direta a República. Para o autor, muito antes dos parlamentares e dos filantropos tentarem tomar para si os créditos por uma movimentação, que o próprio autor reconhece que vem das senzalas, assim como vemos a seguir:

Muito antes de os grandes leaders do parlamento e do jornalismo levantarem a bandeira abolicionista, já os negros se reuniam em sociedades de emancipação, amealhando as suas caixas de alforria, para com as suas cartas de liberdade... Cooperativas de emancipação, ideia generosa que os abolicionistas iriam depois imitar (RAMOS, 1942 p.170).

91

Compreender a importância desse posicionamento político e histórico de Arthur Ramos é o que faz termos a plena noção da importância de uma história intelectual no papel de compreender o contexto aos quais os autores estavam subordinados, mas principalmente para compreender o seu processo de “evolução” em sua obra e trajetória.

Podemos compreender isso por meio das ideias do abolicionista Joaquim Nabuco (1849 – 1910) pelas quais Arthur Ramos parece ter seguido em sua obra e trajetória. Nabuco, em seu livro “O Abolicionismo”, publicado no ano de 1883, já apresentava uma ideia bem crítica e direta quanto a questão da abolição, apontando erros significativos e que, na visão dele, haviam sido deixados de lado e também acusava as consequências de um processo de escravização que acumula as centenas de anos, assim como podemos observar nesse trecho:

Quando mesmo a emancipação total fosse decretada amanhã, a liquidação desse regímen daria lugar a uma série infinita de questões, que só poderiam ser resolvidas de acordo com os interesses vitais do país pelo mesmo espírito de justiça e humanidade que dá vida ao abolicionismo. Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenra estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância (NABUCO, 1883, p.12).

Aqui podemos perceber a clara influência das ideias de Nabuco nos escritos de Ramos, logo que é perceptível que as críticas aplicadas por Nabuco foram, de forma significativa, abordadas pelo antropólogo na fonte analisada nesta pesquisa. É importante compreender que Ramos colocou essas questões de ordem pré e pós-abolição como uma forma direta de criticar o tratamento recebido pelos africanos e africanas escravizados.

No capítulo sobre “O Negro e a República”, Ramos se concentrou em compreender a forma como o abolicionismo foi tratado. Conforme já destacamos anteriormente, o autor já aqui exemplifica as problemáticas que levaram a tratar da própria questão dos negros e negras escravizados:

Além disso, havia outras razões de ordem psico-social. O trabalho escravo, por sua própria natureza, não interessando ao trabalhador, pura e simplesmente besta de carga, tinha que se ressentir dessa falta de interesse “humano”, na técnica e no rendimento do trabalho. Todas essas razões já se faziam notar muito antes da abolição, quando lavouras inteiras se perdiam no fracasso indutável e quando esclarecidos fazendeiros paulistas já cuidavam de substituir o braço escravo pelo braço assalariado. (RAMOS, 1942, p. 171).

Aspectos psíquicos e econômicos foram um dos principais motivos que levaram a assinatura da lei áurea de 13 de maio de 1888, e quando digo psíquicos, não eram de uma ordem da preocupação de uma elite com os negros escravizados, mas sim de um impacto econômico que isso vinha a causar (como bem apontado pelo autor na referência anterior). Entender isso nos faz ter uma ampla visão do que de fato aconteceu.

Para Ramos, foi muito conveniente uma visão adotada pela República, isso porque a mesma viria a casar perfeitamente com as ideias de uma democracia racial, para a qual o Brasil se encaminhava. Diante disso, para quebrar com essa mesma ideia, o próprio já afirma em sua obra: “A própria lição da economia vem nos provar ainda que a abolição era uma necessidade econômica. Mais do que necessidade: uma fatalidade econômica” (RAMOS, 1942, p. 170).

Logo, podemos compreender a forma como Ramos olhou para os pós-abolição. Assim como Nabuco, questionava sobre as consequências que isso acarretava para o país, sendo feitas de forma pensadas apenas para o sentimento de uma elite, ao qual Nabuco apontava como “O arrependimento dos descendentes dos senhores, e a afinidade de sofrimento dos herdeiros de

escravos “(NABUCO, 1883 p. 7). Isso poderia ser uma espécie de *White Savior*³², ou complexo de salvador branco, isso obviamente respeitando o devido contexto das ideias.

Sendo completamente crítico, Ramos não hesita e não poupa palavras em tecer suas críticas quanto as tratativas da República para os negros libertos, o mesmo tinha uma visão muito clara e objetiva do que teria realmente acontecido e de como isso havia sido usado de maneira completamente abusiva e absurda: “A República desconheceu o negro. Ou só o continuou lembrando – uma vez por ano! – não para homenageá-lo, massa para tecer hinos de puro saudosismo aos teóricos de uma abolição, que esqueceu o negro!” (RAMOS, 1942 p. 174).

E não obstante, o autor também passa a relembra que além de ter esquecido o negro na história, também o esqueceu física e materialmente quanto decide não dar nenhuma assistência aos mesmos, resultando em uma experiência aterrorizante, desumana e, principalmente, injusta, perante a tudo que havia acontecido e pelo que ainda acontecia e o que haveria de acontecer. De acordo com Ramos:

O negro adquiriu experiência a sua própria custa. Vencendo obstáculos enormes. [...] Atravessou a ponte difícilíssima da república, que nas suas grandes festas o esqueceu, ao homenageado dos dias quentes da ainda abolição. Chegou até hoje, estropiado das manchas ásperas, das migrações memoráveis. Caminhando pelos seus próprios pés, ainda mal sarados das cicatrizes do tronco. Num país de auto didatas, o negro republicano é o nosso maior autodidata. (RAMOS, 1942, p. 176).

93

Com isso, apresentada as reflexões necessárias, podemos fechar esse subtítulo tendo uma plena compreensão do pensamento de Arthur Ramos quanto ao abolicionismo e o problema gerado pela falta de assistência e reconhecimento do estado Brasileiro como um todo. Da problemática do racismo que o cerca, podemos compreender a forma como seu pensamento se alinha com as figuras negras e abolicionistas anteriores a ele, os quais pautaram seus escritos nas denúncias dos horrores da escravidão e no apagamento social e histórico dos mesmos.

A importância do samba para analisar a identidade afro-brasileira

³² Quando um branco acredita que pode salvar a miséria do mundo (que seus antepassados ajudaram a construir) e aproveitam dessa situação para expor estes pequenos corpos pretos nas redes sociais, eles estão colaborando para reforçar estereótipos, como os de que África é um continente miserável e que os africanos são incapazes de sobreviver sem a ajuda dos brancos (BERNARDES, 2020).

Os debates culturais e de identidade são uma evidência tanto na obra fonte dessa pesquisa, quanto na sua trajetória como médico, antropólogo e intelectual brasileiro, sua leitura sobre os temas eram por vezes muito condizente ao seu contexto, tanto intelectual quanto social ao qual estava posto. Não é a primeira vez nesta pesquisa que abordamos a forma como Ramos tinha uma leitura bem diferenciada da maioria de seus pares, antropólogos brancos da época e principalmente presentes no Brasil. É necessário compreender a forma como ele foi combativo. Neste sentido, esse subtítulo analisa na importância da musicalidade e, mais precisamente, do samba, seja no contexto das juntas negras, seja no contexto posterior a elas, destacando o ativismo negro.

Ramos compreendeu como fundamental para a formação cultural a música produzida tanto pelos africanos e africanas escravizados quanto pelos negros libertos e seus descendentes. Para compreender melhor isso, voltamos as juntas negras, tão citadas no subtítulo anterior dessa pesquisa, onde é o berço de todo esse patrimônio cultural negro. O autor nos apresenta de uma maneira muito simples: “Afóra esse objetivo de defesa, nesta obra de mutualismo, houve outros grupos de recreio condicionados pelo regime de escravidão, ou surgidos durante a fase canto e dança atravessam a vida do negro em terras da América” (RAMOS, 1942, p. 125).

Com isso, podemos compreender então que, segundo os escritos do autor, podemos fazer a análise de que a dança e a música foram além de um objeto de formação cultural, mas uma ferramenta de resistência. Podemos afirmar isso, quando pensamos o contexto do pós-abolição da escravidão onde a junção dos mesmos em meios urbanos era vista como um problema pela polícia, principalmente quando eram vistos em grupos (SILVA, 2018) e da mesma forma como podemos compreender a partir do recorte da fonte:

O poder aglutinante desta música e desta dança, que saíram dos círculos negros e se espalharam pela vida nacional de um continente todo. Música e dança que contam uma história de grave poder emocional e de que depois participaram os brancos que a ouviram! As rodas de samba. Os “pontos” de macumba e dos candomblés. As melopeias de Pai João, na senzala. Os Spirituals dos campos de algodão do Mississippi. As danças e os cantos antilhanos. Os cantos mágicos do Bush Negro das Selvas das Guianas (RAMOS, 1942, p. 125-126).

Percebemos que existe um toque muito sutil na análise quanto à importância significativa para a população, e conseqüentemente para a obra, tanto que o mesmo faz essa reafirmação na sequência:

Foram muitos os grupos recreativos do Negro, do Brasil. Nas plantações e nas cidades, eles se reuniam frequentemente, durante o tempo da escravidão e depois dele. As rodas de samba e de batuque, as sobrevivências de muitos autos cerimoniais de caça, guerra e amor... encheram a sua vida em outras terras. (RAMOS, 1942, p. 126).

Para o conjunto da análise e da importância cultural das rodas recreativas, Ramos teve a sensibilidade de perceber o papel primordial da mesma, olhando tanto para o passado como para o presente da questão que o mesmo analisava. Compreender a sua importância, desde a senzala até o pós-abolição, foi um elemento chave para que hoje possamos pensar a formação intelectual do antropólogo.

Para tratarmos melhor dessa temática e para analisarmos da maneira mais histórica possível é necessário que estejamos dispostos a pensar por mais de um autor. Neste caso, acho necessário, aqui, fazer o diálogo das ideias de Ramos com as ideias da doutora em ciências sociais Maria Eduarda Araújo Guimarães, que em sua tese de doutorado “Do Samba ao Rap: A música negra no Brasil”, de 1998, em que faz uma análise muito completa sobre a importância cultural da música para a cultura afro-brasileira:

Em um país onde a cidadania oficial não incorpora de modo efetivo grande parte do contingente populacional, especialmente os negros, mestiços e pobres, a identificação do indivíduo com a nação tende a se realizar por meio de manifestações culturais [...] é através dessas manifestações culturais que a população brasileira excluída de um acesso a cidadania “plena”, ou seja, aquela que também os incluísse no universo político, econômico e social, consegue se reconhecer como brasileiro, como pertencente a nação. (GUIMARÃES, 1998, p. 13).

95

Como fica evidente no trecho de Guimarães, podemos compreender que a temática cultural vem afetar não apenas no sentido identificação étnica, mas de nacionalidade e de cidadão de direito, ao qual mesmo que sequestrados, agora estavam vivendo e seus descendentes estariam subjugados a viver, quer queiram ou não. Porém, creio que seja necessário fazer uma pequena pausa na discussão, para deixar evidente que o objetivo da pesquisa não é analisar a história do samba, mas a sua importância significativa dentro da obra de Ramos.

Com a discussão feita até aqui, podemos então dar um salto no debate e assim abranger ainda mais a nossa noção da importância desse aspecto cultural para a fonte. Assim como o título da fonte diz, Ramos explica que uma aculturação negra é o ato de um indivíduo ou grupo se adaptar a outras culturas. Cabe aqui abrir um breve parêntese para falar que no ano de 1941 o antropólogo participou de um curso ministrado por Melville Jean Herskovits sobre aculturação, o que

consideramos ser um ponto fundamental em seus estudos sobre a aculturação africana no Brasil. Na compreensão de Ramos a aculturação deve ser entendida como um processo sociológico e antropológico:

Nos contatos sociais e culturais, conhece-se um grupo de processos similares que sociólogos e antropólogos têm classificado em conceito de adaptação, acomodação, ajustamento, aculturação, etc. As diferenças repousam no ponto de vista considerado pelo estudante. Assim, adaptação é um processo biológico; acomodação, um processo social; ajustamento, um processo psico-social; e aculturação um processo cultural. Os conceitos são por vezes modificados e confundidos, dependendo dos pontos de vista das várias escolas. (RAMOS, 1942, p. 219 – 220).

Aqui podemos compreender que o autor tem plena consciência da diferença entre as mudanças físicas, psicológicas e culturais que determinadas ações causavam, tanto que as divide em nomenclaturas diferentes para que sejam compreendidas de maneira simples. Creio que por meio da leitura, podemos dizer que os processos que Ramos identifica aqui no Brasil ocorrem entre o ajustamento e a aculturação, isso porque novamente precisamos compreender o contexto em que o autor e as informações que o mesmo possuía na sua época.

Quanto à própria ideia de aculturação e de sua existência tanto filosófica quanto histórica, julgamos ser necessário empreender aqui uma melhor noção do problema. Visto que de uma ótica crítica, não existe uma maneira de afirmar que de fato os africanos e africanas escravizadas foram aculturados, visto que a luz da violência (física, psíquica e cultural) sofrida pelos mesmos, nos leva a crer que antes mesmo de qualquer processo de inserção essas pessoas foram postas frente a uma imposição cultural a qual foi regradada e redigida pela crueldade do homem branco.

Com isso, e para encaminhar o final dessa discussão, creio que o sociólogo Reginaldo Prandi nos explica bem, em sua obra “De Africano a afro-brasileiro: identidade, etnia, religião”, publicada em 2000, a forma como essa aculturação vai se dar no Brasil, de uma forma mais centralizada a qual Ramos trouxe em sua obra. De acordo com Prandi:

Os casamentos entre nações, a miscigenação com o branco e com o índio, a adoção da cultura nacional promovera com intensidade o apagamento das diferentes culturas africanas. Quanto mais distante no tempo estamos, mais intenso terá sido o processo de absorção do africano à cultura brasileira em formação, menos marcas culturais específicas terão sobrado” (PRANDI, 2000, p. 56).

Acreditamos que com as informações coletadas e discutidas neste subtítulo podemos compreender a importância do Samba nas pesquisas de Ramos, seja na sua forma musical, seja na

dança, que contempla a cultura afro-brasileira de uma maneira a qual nenhum outro aspecto cultural vem a fazer. Isso porque o mesmo traz consigo as raízes de África, da religião, da resistência e principalmente de uma história que luta constantemente contra o apagamento de seus principais nomes e que o mesmo vem a representar o símbolo mais de resistência e existência a tentativa de aculturação a qual foi explorada neste artigo.

Conclusão

Ao longo desta pesquisa, se tornou muito claro a forma como os aspectos culturais, sociais e políticos tinham uma importante centralidade nas pesquisas de Arthur Ramos, ou mesmo, em sua trajetória. Compreendido como um importante intelectual de seu tempo, durante todo o relato passamos a compreender de forma muito mais precisa a sua contribuição para os estudos antropológicos no Brasil, não apenas no sentido de inspiração a tantos outros, mas de abrir caminhos e quebrar barreiras de estudos os quais não se dava a devida atenção.

Como proposto na metodologia, compreender a obra e a trajetória intelectual de Arthur Ramos foi um trabalho que demandou um olhar muito delicado sobre os seus escritos. Compreender que os escritos do antropólogo faziam parte de um contexto intelectual, como um produto de seu tempo, foi essencial para que durante toda a discussão se compreendesse que Ramos tinha uma visão muito objetiva e crítica sobre a escravidão, tanto quanto na tratativa da mesma no pós-abolição. Olhar para a obra de Ramos com um olhar mais histórico faz toda a diferença para compreender o papel atuante e intelectual do autor nas discussões sobre antropologia, raça e cultura africana. Isso permite compreender as potencialidades e limitações de suas obras à luz das ideias do seu tempo.

Por fim, concluímos que Arthur Ramos foi um antropólogo e médico bastante comprometido com a luta política, sendo também foi um intelectual muito importante na luta para o reconhecimento da cultura afro-brasileira. Também concluímos que os estudos de Ramos, que hoje se aliando aos estudos, escritos e protestos de tantos outros intelectuais negros e movimentos negros de sua época, tem uma importância primordial no sentido de que um pode se apoiar ao outro. Ramos teve acesso tanto aos estudos de campo quanto a leitura de escritos produzidos a sua própria época, o que possibilitou que a sua obra fosse fundamental na antropologia do seu tempo,

mas também na influência que exerceu nas gerações posteriores, inclusive de intelectuais negros comprometidos com a valorização da cultura africana. Não é por acaso que a obra de Ramos contribuir para formar uma tradição de estudos antropológicos, traçando uma linha muito clara de como o pensamento antirracista foi se formando com o tempo e para cada um em seu tempo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

BERNARDES, Thais. **O mito do ‘branco salvador’ exalta a generosidade da branquitude e a miserabilidade da negritude**. 2020. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/o-mito-do-branco-salvador-exalta-a-generosidade-da-branquitude-e-a-miserabilidade-da-negritude/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUIMARÃES, Maria Eduarda Araújo. **Do Samba ao Rap**: a música negra no Brasil. 2021. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&A, 1992.

KRAAY, Hendrik. Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai. **Afro-Ásia**, Salvador, n.46, p. 123, 2012.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 1999, v. 14, n. 41.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PRANDI, R. **DE AFRICANO A AFRO-BRASILEIRO: ETNIA, IDENTIDADE, RELIGIÃO**. **Revista USP**, [S. l.], n. 46, p. 52-65, 2000. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i46p52-65. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32879>. Acesso em: 19 maio. 2021.

RAMOS, Arthur. **Aculturação negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. O campo, o museu e a escola: antropologia e pedagogia em Franz Boas. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 23, n. 49, p. 61-88, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832017000300003>.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 1988.

SILVA, Ana Lúcia da. **PEDAGOGIAS CULTURAIS NOS SAMBAS-ENREDO DO CARNAVAL CARIOCA (2000-2013)**: a história da África e a cultura afrobrasileira. 2022. 264 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Cap. 1.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fgv, 1988. p. 262.

SANTOS, Ale. **Rastros de resistência**: histórias de luta e liberdade do povo negro. São Paulo: Panda Books, 2019.

TAMANO, Luana Tieko Omena. **A mestiçagem no microscópio: entre a detração e a particularização, permaneceu a democracia racial**: uma análise de a mestiçagem no Brasil de Arthur Ramos (1930- 1950). 2011. 233 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011